

Inés Scarlato García

**CORPO E TEMPO LIVRE:  
AS PLAZAS VECINALES DE CULTURA FÍSICA EM  
MONTEVIDÉU (1911-1915)**

Dissertação submetida ao Programa de  
Educação da Universidade Federal de  
Santa Catarina para a obtenção do Grau  
de Mestre em Educação  
Orientador: Prof. Dr. José Jaison  
Bassani

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Scarlatto García, Inés  
CORPO E TEMPO LIVRE: AS PLAZAS VECINALES DE CULTURA  
FÍSICA EM MONTEVIDÉU (1911-1915) / Inés Scarlatto García ;  
orientador, Jaíson José Bassani - Florianópolis, SC, 2015.  
152 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-  
Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Corpo. 3. Tempo livre. 4. Praças  
comunitárias de cultura física. 5. Montevidéu. I. Bassani,  
Jaíson José. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**"CORPO E TEMPO LIVRE: AS PLAZAS VECINALES DE CULTURA FÍSICA EM  
MONTEVIDÉU (1911-1915)"**

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso  
de Mestrado em Educação do Centro de  
Ciências da Educação em cumprimento parcial  
para a obtenção do título de Mestre em  
Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 28/08/2015

Dr. Jaison José Bassani (PPGE/UFSC-Orientador)

Dr. Norberto Dallabrida (UDESC-Examinador)

Dra. Clarícia Otto (UFSC-Examinadora)

Dr. Santiago Pich (PPGE/UFSC-Examinador)

Dra. Ana Cristina Richter (PPGE/UFSC-Suplente)

**INÉS SCARLATO GARCÍA**

**FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/AGOSTO/2015**

**Profa. Ione Ribeiro Valle**  
Coordenadora do PPGE/CED/UFSC  
Portaria n. 1746/GR/2014



## AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas e instituições que colaboraram com a realização deste trabalho, destaco só alguns deles que merecem um especial agradecimento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jaison José Bassani, pela oportunidade, pela confiança, paciência e dedicação. Por cada instância de encontro, discussão e crescimento promovido.

Ao *Colóquio de Orientandos e ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Educação e Sociedade Contemporânea*, pelos tempos e esforços dedicados a pensar, dizer, opinar, discutir e pelos momentos compartilhados. Especial agradecimento para o Prof. Dr. Alexandre Fernández Vaz, pelos vínculos acadêmicos gerados e sustentados, pela constante motivação e apoio na formação entre vizinhos.

Ao *Grupo de Políticas Educativa y Políticas de Investigación (GPEPI)* pela oportunidade de crescimento e formação acadêmica. Especialmente a Raumar Rodríguez Giménez, Cecilia Seré, Cecilia Ruegger e Karen Kuhlsen, pelas instâncias de crescimento e formação habilitadas, pelos conselhos e acompanhamentos e principalmente pela amizade.

Ao *Instituto Superior de Educação Física da Universidade da República* do Uruguai pelos apoios e facilidades que possibilitaram meus estudos de Mestrado no Brasil.

Aos professores Clarícia Otto (UFSC), Santiago Pich (UFSC) e Norberto Dallabrida (UDESC) pelas leituras atentas ao trabalho e pelos comentários construtivos e alentadores.

A *Biblioteca Nacional, ao Centro de Fotografia de Montevideú*, e a divisão de arquivo da *Dirección Nacional de Deportes do Ministério de Turismo y Deporte*, por disponibilizar documentos e espaços para a realização deste trabalho. Agradeço especialmente a Marta Gomensoro (DINADE) e Arnaldo Gomensoro (DINADE) pelas frutíferas conversas e por disponibilizar material importante para o desenvolvimento desta pesquisa.

A *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, pela bolsa de estudo do Programa de Cooperação Regional “Docentes CAPES-UDELAR”.

A minha família, a que me acompanha desde sempre, a que floresce e a qual adotei. Especialmente aos meus pais, irmãos e sobrinhos pelo carinho, pelo acompanhamento e estímulo. As minhas amigas pela

profunda e sincera amizade. Ao Fernando, pelo amor, a amizade, a paciência e a companhia, ainda na distância.

A Salvador Alberto Scarlato, meu avô, por ter me inserido naqueles e estes “mundos de interesse”.

## RESUMO

A presente dissertação inscreve-se em uma série de problemáticas próprias do campo da Educação Física no Uruguai, ao analisar, nas primeiras décadas do século XX, condições históricas, políticas e culturais que deram lugar à emergência de um saber sobre o tempo livre, com sua tradução em um saber sobre o corpo. Nesse sentido, indagamos os primeiros anos de funcionamento da “Comissão Nacional de Educação Física” (CNEF), no período de 1911 a 1915, especialmente no que se refere à idealização e criação da primeira “Plaza Vecinal de Cultura Física” na capital Montevideú. Vários têm sido os trabalhos e investigações centrados no estudo das primeiras décadas do século XX no Uruguai. Reconhecido pela historiografia uruguaia como período de modernização do país, é associado às políticas reformistas impulsionadas pelo governo de José Batlle e Ordóñez, que foi presidente entre os anos de 1903-1907 e 1911-1915. Este conjunto de novas políticas, produto de uma série de diálogos, lutas e disputas materializadas naquilo que se chama de *batllismo*, tinha por finalidade, nos termos de Michel Foucault, a “maximização da vida da população”. A população apresenta-se como realidade com natureza e mecanismos próprios, nos quais será preciso intervir. O corpo e a espécie são ali, onde a (bio)política opera, fim e instrumento de governo. Mecanismos de disciplina e de segurança se combinam para a produção do corpo individual e coletivo: distinguir, separar, organizar, produzir tempos e espaços, estabelecer práticas e rotinas a serem integradas, corporificadas no próprio indivíduo. A conhecida “lei das oito horas”, impulsionada por José Batlle e Ordóñez em 1906, e aprovada finalmente em 1915, pretendeu uma racionalização e normalização da jornada do trabalhador. A concreção dessa lei faz parte do estabelecimento das condições de possibilidade do que hoje reconhecemos como tempo livre. Uma nova esfera do tempo social emerge como realidade e foco de intervenção governamental. A CNEF apresenta-se como um dos âmbitos que se encarregará não tanto de proibir ou permitir, senão de regular, administrar, produzir um “dever ser” para essa nova realidade. Foi nessa direção que analisamos um, senão o principal, projeto que concentrou os esforços dos primeiros anos de funcionamento deste novo organismo, as “Plazas Vecinales de Cultura Física”, indagando-nos sobre o lugar e a função desses espaços “populares” de “cultura física” na cidade de Montevideú. Nossas fontes principais foram atas de sessão e outras publicações da CNEF no período, bem como o projeto de criação das “Plazas Vecinales de Cultura Física”,

de autoria de a publicação do, Juan A. Smith (1913), primeiro presidente da CNEF. Jornais, revistas, fotografias da época (achados principalmente na “Biblioteca Nacional de Montevideo”, “Archivo de Fotografía de Montevideo” e “Ministerio de Turismo y Deporte”), foram outras importantes fontes para a construção de nosso objeto de investigação. Os resultados da pesquisa mostram que as praças de cultura física e esporte engendraram, organizaram e sistematizaram um conjunto de práticas de intervenção e saberes sobre o corpo e o tempo livre, constituindo-se como elemento substancial na formação de Montevideú como “cidade modelo”, que devia guiar-se por um “civismo ativo e participativo”, expandindo esta nova “religião civil”, que teria que dominar o espaço público, para outros âmbitos: uma *cultura física* a serviço da formação da *cultura cívica*.

**Palavras-chave:** Corpo. Tempo Livre. Praças comunitárias de cultura física. Montevideú.



## RESUMEN

La presente disertación se inscribe en una serie de problemáticas propias del campo de la Educación Física en Uruguay, al analizar, en las primeras décadas del siglo XX, condiciones históricas, políticas y culturales que dieron lugar a la emergencia de un saber sobre el tiempo libre, con su traducción en un saber sobre el cuerpo. En este sentido, indagamos en los primeros años de la Comisión Nacional de Educación Física (CNEF), período 1911-1915, especialmente en lo que refiere a la idealización y creación de la primera “Plaza Vecinal de Cultura Física” en la capital Montevideo. Varios han sido los trabajos e investigaciones centrados en el estudio de las primeras décadas del siglo XX en Uruguay. Reconocido por la historiografía uruguaya como período de modernización del país, es asociado a las políticas reformistas impulsadas por el gobierno de José Batlle y Ordóñez, que fue presidente entre los años 1903-1907 e 1911-1915. Este conjunto de nuevas políticas, producto de una serie de diálogos, luchas y disputas materializadas en aquello que se llama de *ballismo*, tenía por finalidad, en los términos de Michel Foucault, la “maximización da vida de la población”. La población se presenta como realidad con naturaleza y mecanismos propios, en los cuales será preciso intervenir. El cuerpo y la especie son allí, donde la (bio)política opera, fin e instrumento de gobierno. Mecanismos de disciplina y de seguridad se conjugan para la producción del cuerpo individual y colectivo: distinguir, separar, organizar, producir tiempos y espacios, establecer prácticas y rutinas a ser integradas, corporificadas en el propio individuo. La conocida “ley de las ocho horas”, impulsada por José Batlle y Ordóñez en 1906, y aprobada finalmente en 1915, pretendió una racionalización y normalización de la jornada laboral del trabajador. La concreción de esta ley forma parte del establecimiento de las condiciones de posibilidad de lo que hoy reconocemos como tiempo libre. Una nueva esfera del tiempo social emerge como realidad y foco de intervención gubernamental. La CNEF se presenta como uno de los ámbitos que se encargará no tanto de prohibir o permitir sino de regular, administrar, producir un “deber ser” para esa nueva realidad. Fue en esa dirección que analizamos uno, sino el principal, proyecto que concentró los esfuerzos de los primeros años de funcionamiento de este nuevo organismo, las “Plazas Vecinales de Cultura Física”, indagando sobre el lugar y la función de esos espacios “populares” de “cultura física” en la ciudad de Montevideo. Nuestras fuentes principales fueron actas de sesión y otras publicaciones de la CNEF del período, así como el proyecto de creación de las “Plazas

Vecinales de Cultura Física”, publicación de autoría de, Juan A. Smith (1913), primer presidente de la CNEF. Diarios, revistas, fotografías del período (encontrados principalmente en “Biblioteca Nacional de Montevideo”, “Archivo de Fotografía de Montevideo” y “Ministerio de Turismo y Deporte”), fueron otras importantes fuentes para la construcción de nuestro objeto de investigación. Los resultados de la investigación muestran que las plazas de cultura física e deporte, gestan, organizan y sistematizan un conjunto de prácticas de intervención y saberes sobre el cuerpo y el tiempo libre, constituyéndose en elemento sustancial en la formación de Montevideo como “ciudad modelo”, que debía expresar un “civismo activo y participativo”, expandiendo esa “religión civil” que habría de dominar el espacio público, para otros ámbitos: una *cultura física* al servicio de la formación de la *cultura cívica*.

**Palabras clave:** Cuerpo. Tiempo libre. Plazas vecinales de cultura física. Montevideo.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Mapa de cidade de Montevideú. Ano 1905. ....	46
<b>Figura 2.</b> Fotografia aérea do bairro Cidade Velha, vista ao Porto de Montevideú. Ano 1930. ....	46
<b>Figura 3.</b> O “Gran Café y Confitería La Giralda”. Ano 1905. ....	50
<b>Figura 4.</b> “Plaza Constitución” (ou “Plaza Matriz”). Ano 1910. ....	50
<b>Figura 5.</b> “Plaza Independencia” e Avenida 18 de Julho. Ano 1916. ..	51
<b>Figura 6.</b> Mapa atual do bairro Cidade Velha. ....	85
<b>Figura 7.</b> Fotografia aérea do bairro Cidade Velha, vista ao Porto de Montevideú. Ano 1930. ....	86
<b>Figura 8.</b> Zona de “El Bajo” durante as obras de construção da Orla Sul. Década de 1920. ....	89
<b>Figura 9.</b> Plano da “Plaza Vecinal de Cultura Física N°1”. Ano 1913. ....	90
<b>Figura 10.</b> “Plaza Vecinal de Cultura Física” N°1 na Cidade Velha. Entre 1914-1917. ....	91
<b>Figura 11.</b> “Plaza Vecinal de Cultura Física” N°1 na Cidade Velha. Entre 1914-1917. ....	92
<b>Figura 12.</b> “Plaza de Deportes” N° 2 – Goes. Entre 1916-1920. ....	119
<b>Figura 13.</b> “Plaza de Deportes” N° 2 – Goes. Entre 1916-1920. ....	119
<b>Figura 14.</b> “Plaza de Deportes” N° 2 – Goes. Entre 1916-1920. ....	120
<b>Figura 15.</b> “Plaza de Deportes” N° 2 – Goes. Entre 1916-1920. ....	122
<b>Figura 16.</b> “Plaza de Deportes” N° 1 – “Ciudad Vieja”. Entre 1916-1920. ....	122
<b>Figura 17.</b> “Plaza de Deportes” N° 3 – “Parque Urbano”. Ano 1916. ....	124
<b>Figura 18.</b> “Plaza de Deportes” N° 3 – “Parque Urbano”. Ano 1916. ....	124
<b>Figura 19.</b> “Plaza de Deportes” N° 3 – “Parque Urbano”. Ano 1916. ....	125
<b>Figura 20.</b> “Plaza de Deportes” N° 3 – “Parque Urbano”. Ano estimado 1918. ....	126
<b>Figura 21.</b> “Plaza de Deportes” N° 3 – “Parque Urbano”. Ano estimado 1918. ....	127
<b>Figura 22.</b> “Plaza de Deportes” N° 1. Ano 1930. ....	127
<b>Figura 23.</b> “Plaza de Deportes” N° 1. Ano 1930. ....	128
<b>Figura 24.</b> “Plaza de Deportes” N° 1. Ano 1931.....	128



## SUMARIO

INTRODUÇÃO .....	15
<b>CAPÍTULO 1 - MONTEVIDÉU: A CIDADE MODERNA DE UM “PAÍS MODELO” .....</b>	<b>31</b>
1.1. A POPULAÇÃO COMO PROBLEMA DE ESTADO URUGUAIO .....	31
1.2. TEMPOS E ESPAÇOS MODEROS NA CIDADE DE MONTEVIDÉU .....	37
1.3. GOVERNAR À FORMA <i>BATLLISTA</i> . CULTURA CÍVICA .....	52
<b>CAPÍTULO 2 - GOVERNAR O CORPO DO INDIVÍDUO E DA POPULAÇÃO .....</b>	<b>63</b>
2.1. A “COMISIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA”: “EN GUERRA CONTRA LA DECADENCIA, LOS VICIOS Y LA DEGENERACIÓN” .....	65
2.2. ESPAÇOS “POPULARES” DE CULTURA FÍSICA .....	75
2.2.1. Da população alvo .....	75
2.2.2. Da localização estratégica .....	84
2.3. REGISTRO E PRODUÇÃO DE SABER.....	93
<b>CAPÍTULO 3 - AS “PLAZAS VECINALES” ENTRE A “CULTURA FÍSICA” E A “EDUCAÇÃO FÍSICA” .....</b>	<b>111</b>
3.1. DA “CULTURA FÍSICA” AO “ESPORTE” .....	111
3.2. ELEMENTOS PARA UMA GENEALOGIA DA CULTURA FÍSICA .....	129
<b>CAPÍTULO 4 - À GUIA DE CONCLUSÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMPO LIVRE.....</b>	<b>137</b>
FONTES .....	145
REFERÊNCIAS .....	147



## INTRODUÇÃO

No ano de 2006 ingressei como estudante do Curso de Licenciatura<sup>1</sup> em Educação Física do Instituto Superior de Educação Física (ISEF) de Montevidéu/Uruguai. Comecei e transitei meus estudos nesta instituição sabendo que éramos “a primeira geração universitária”, que seria formada já não na órbita ministerial<sup>2</sup>, como ocorria até então, senão no âmbito da Universidade da República. Porém, nenhum de nós sabia de fato se isso acarretaria alguma consequência e, em termos de formação, quais seriam efetivamente as mudanças.

A formação de especialistas na área da Educação Física (EF) no Uruguai seria uma preocupação presente, ao menos, desde 1911 com a criação da “Comisión Nacional de Educación Física” (CNEF). Entre 1920 e 1936 foram ministrados uma série de cursos de formação para “Maestros de Plazas de Deportes”, o principal antecedente para o curso de “Profesores de Educación Física”, anos depois transformado no ISEF no âmbito da CNEF. O ISEF seria criado por decreto do Poder Executivo, no dia 3 de maio de 1939, como instituição pública responsável pela formação destes profissionais. Tanto a instituição quanto a formação oferecida por ela sofreriam importantes mudanças até a atualidade. As

---

<sup>1</sup> No Uruguai existe uma única formação pública em Educação Física. Este “licenciado” graduado no ISEF é formado para atuar nos diferentes âmbitos de ensino da educação física do sistema educativo, tanto na esfera pública como privada. Porém, o processo de integração do ISEF à UdelAR não ficaria livre de tensões. Pelo contrário, a criação do “Instituto Universitario de Educación” (IUDE) da “Ley General de Educación” (promulgada em dezembro de 2008), encarregado da formação de professores de distintas áreas para atuação na “Educação Básica” no Uruguai, tem colocado em questão o “devido” lugar do ISEF. Ainda reafirmando sua permanência no âmbito da UdelAR, se trabalha atualmente na procura de uma maior articulação institucional entre o “Consejo de Formación en Educación” (CFE) e a “Administración Nacional de Educación Pública” (ANEP) e o ISEF. Um sinal desta linha de trabalho tem sido a criação de um “Programa Conjunto” para a formação em Educação Física (projeto que vem sendo discutido para ser implementado brevemente, tanto no âmbito do CFE quanto do ISEF).

<sup>2</sup> Como será detalhado na sequência, entre os anos 2000 e 2005, o ISEF e a formação de professores de educação física dependeu financeira e administrativamente da estrutura do “Ministerio de Turismo y Juventud”, nomeado a partir de 2005 “Ministerio de Turismo y Deporte” (URUGUAI, 2000; 2005). Antes disso, desde 1939, dependeu da “Comisión Nacional de Educación Física” (CNEF), vinculada diretamente ao Poder Executivo.

recientes pesquisas de Dogliotti (2012), Rodríguez (2012) e Torrón (2009) indicam que, na configuração discursiva prevalente na formação de professores de Educação Física, teria sido privilegiado o caráter técnico, conjugado com elementos da “tradição normalista” da formação de professores em geral, a qual se refere a uma tradição “inaugurada con el establecimiento de sistemas nacionales de educación pública, especialmente con la conformación de ámbitos institucionales específicos para la formación de maestros y profesores de enseñanza media, habitualmente llamados escuelas o institutos normales”, e distingue-se da “tradicción universitaria” como “aquella inaugurada en la Edad Media, fundamentalmente vinculada a la transmisión monástico-teológica, y su posterior engarce con el discurso de la ciencia moderna” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 13).<sup>3</sup> Mais precisamente, “la formación de profesores de educación física no pertenece, stricto sensu, a ninguna de las dos tradiciones nombradas. Se puede decir que no inaugura una tercera, sino que se monta en aquellas, subordinada a ellas. Su origen es político-pedagógico más que científico” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 234-235). Porém, ao menos desde a década de 1960, existiria uma intenção explícita de ingresso do ISEF na órbita da “Universidad de la República” (UdelaR):

A fines de los años '80 comienza un período que puede denominarse “profesionalización de la formación en Educación Física”, impulsado por un grupo de profesores que formulan un nuevo plan de estudios, implementado a partir de 1992. El ‘Plan 92’ incluyó cursos de investigación, una de las claves para que, en marzo del 2003, la Universidad de la República reconociera el título de Profesor de Educación Física con el nivel de licenciatura. A

---

<sup>3</sup> Como Rodriguez (2012, p. 234) vai esclarecer a partir do estudo dessas tradições no caso do Uruguai, elas “no son discursivamente ‘puras’. Hay elementos del espíritu universitario, científico-humanista, en la instalación y desarrollo del sistema de formación de maestros y profesores de enseñanza media. También hay elementos normalista, pedagógicos, en la discursividad universitaria. En ambos casos, el componente ideológico es el que muchas veces abre una brecha para que algo de otra tradición se engarce. De todos modos, observados desde un cierto lugar, y con recortes discursivos ad hoc, se puede decir que normalismo y universidad son dos tradiciones antitéticas. Esto no refiere a una esencia de cada una de las tradiciones, sino a aquello que operando un cierto sesgo, permite identificar lo siguiente: del lado de la tradición normalista, la preocupación gubernamental es quizás uno de sus rasgos sobresalientes; del lado universitario, la preocupación por el saber o la ciencia.”



fines del 2005 se concretó el reclamado ingreso a la UdelaR, al confluír un complejo proceso impulsado por las autoridades del instituto y la voluntad política del Poder Ejecutivo. (PLAN CONJUNTO, 2015, p. 4).

Uma vez o ISEF na órbita universitária, que ocorreu formalmente em 2006, foi impulsionada outra série de mudanças para a sua adequação à nova inserção institucional. No ano de 2008, foi concretizada uma reestrutura acadêmico-administrativa no ISEF, com a criação dos Departamentos Acadêmicos, em torno dos quais estruturam-se as funções universitárias (investigação, ensino e extensão). A proposta finalmente aprovada e implementada incluiu os seguintes quatro Departamentos: “EF y prácticas corporales”, “EF y deporte”, “EF y salud”, “EF, tempo libre y ocio”. A concreção desta proposta implicou várias instâncias de debate na esfera institucional. Uma das principais discordâncias encontrava-se na discussão entre a compatibilidade do primeiro e o segundo departamento, dado seu caráter de redundância (os esportes seriam uma forma específica de “práticas corporais”), que finalmente foram incluídos na proposta. Porém, não mereceram maiores discussão a pertinência da saúde e do tempo livre e ocio no campo da Educação Física.

Talvez tenham sido inicialmente os âmbitos extracurriculares os que plasmaram mormente essa ideia de “pertencer à UdelaR”, ou melhor, à lógica universitária de formação. No meu caso especificamente, foram a participação nos âmbitos de cogestão universitária e a inserção e atuação no *Grupo de Políticas Educativa y Políticas de Investigación (GPEPI)*,<sup>4</sup> do Departamento de Investigación do ISEF, os dois momentos

---

<sup>4</sup> O *Grupo de Políticas Educativa y Políticas de Investigación (GPEPI)* surge da reunião de duas linhas de pesquisa do Departamento de Investigación do ISEF: Corpo e Pedagogia (Responsável: Raumar Rodríguez Giménez) e Tempo Livre e Ócio (Responsável: Karen Kühlsen). O trabalho destas linhas começa a se perfilar nos finais dos '90, redefine-se em 2002 e converge no GPEPI desde novembro de 2004. Blog do GPEPI: <http://gpepi.blogspot.com/>. O GPEPI integra desde 2004 o “Núcleo Educación para la Integración” da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), que tem como um de seus objetivos o tratamento conjunto da problemática educativa em relação ao processo de integração regional, desenvolvendo a integração latino-americana no marco da democracia participativa. A minha participação no GPEPI começa no ano 2009, sendo ainda estudante de Bacharelado em EF, como colaboradora honoraria da linha de *Tiempo libre y ocio*. No ano 2010 concurso como docente do ISEF e

mais significativos em que pude vivenciar diretamente esse processo de inserção da Educação Física no sistema universitário e acadêmico. O GPEPI foi o espaço que permitiu uma problematização epistêmica e epistemológica do campo da Educação Física, preocupado com a produção de conhecimento.

Poderia assinalar que o presente trabalho tem tudo a ver com esse grupo, tanto no que respeita as possibilidades de viabilização para o seu desenvolvimento quanto à problemática em questão. Seria graças às articulações acadêmicas entre o GPEPI e o *Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea*, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal em Santa Catarina, que os estudos no Programa de Pós-graduação em Educação na UFSC foram possíveis. A escolha da temática tem a ver com os objetivos do GPEPI,<sup>5</sup> guardando estreita relação com as linhas de investigação do ISEF *Cuerpo, educación y enseñanza* e *Políticas educativas, cuerpo y currículum* e em direta inserção na linha de *Tiempo libre y ocio*. O recorrente interesse na temática do corpo e do tempo livre no Uruguai marcaria o plano de pesquisa para a obtenção de uma bolsa de estudos financiada pela CAPES em cooperação regional com a Universidade da República do Uruguai (bolsa “CAPES-UdelaR docentes”, Edital 2013).

Como membro da linha de investigação “Tiempo libre y ocio” e docente do Departamento de “Educación Física y tiempo libre y ocio”, tenho me interessado especialmente pela questão do tempo livre. Como tem sido possível essa relação entre Educação Física e tempo livre? Mais ainda, o que está implicado no termo “tempo livre”? Como tem sido possível chegar a falar de um tempo livre? Como foi possível até mesmo que chegamos a reclamar por um tempo livre como um direito? Na procura de respostas a essas perguntas e outras inquietações é que a presente pesquisa mobiliza-se, no sentido de fazer uma “história de nossas verdades”, indagando as condições de possibilidade de emergência de um discurso sobre o tempo livre no contexto uruguaio.

---

continua a minha participação no grupo desde esse lugar até a atualidade. Atualmente trabalho como docente do *Departamento de Educación Física, Tiempo libre y Ocio*.

<sup>5</sup> Objetivos específicos do GPEPI: “a. Contribuir a la comprensión del desarrollo de la EF desde su historicidad como campo de saberes específico. b. Producir conocimiento que evidencie las relaciones entre una política educativa y una política de investigación en dicho campo. c. Indagar en la episteme particular que se configura en torno a la educación del cuerpo y la enseñanza en las tradiciones dominantes de la EF.” (Disponível em: <<http://gpepi.blogspot.com>>)

O objetivo desta pesquisa foi adentrar na discussão da criação e difusão de um dos então novos espaços públicos promovidos pelo Estado moderno uruguaio nas primeiras décadas do século XX, as “Plazas vecinales de cultura física”, tomando-as como uma política de intervenção e produção do tempo livre. Ainda que a categoria “tempo livre” não aparece nas fontes relativas ao nosso problema, a hipótese é que, mesmo assim, trata-se de uma das primeiras políticas que tem a ver com a formação de certo tipo de saber sobre as práticas corporais sistematizadas durante o tempo livre. Quais foram os argumentos que deram lugar à necessidade das “Plazas vecinales de cultura física” nas primeiras décadas do século XX? Qual seria a sua função? A quem elas estariam dirigidas? Quais seriam os efeitos desejados? Quais seriam as táticas e estratégias?

Desde finais do século XIX até princípios do XX, o “Uruguay ‘se modernizó’, es decir, acompañó su evolución demográfica, tecnológica, económica, política, social y cultural a la de la Europa capitalista, entrando a formar parte plenamente de su círculo de influencia directa” (BARRÁN, 2004, p. 218). A população que crescia exponencialmente desde as últimas décadas do século XIX assistiu ao desenvolvimento da indústria e ao impulso de uma cultura centrada na vida urbana e cívica, tendo o Estado como centro. Dentre as novidades com as quais se depara o século XX, anuncia-se a chegada do *batllismo* como principal força política que, não sem confrontos e negociações, embandeira o projeto de reformas para formar o “país modelo” em referência à Europa, mas recebendo fortes influências americanistas e mantendo um olhar atento e competitivo também com a vizinha cidade de Buenos Aires.

Na sociedade uruguaia contemporânea, o “*batllismo de Batlle y Ordóñez*” se constitui em alvo de atenção tanto no âmbito acadêmico quanto político. Nos termos de Caetano (2011), assistimos a uma “*batllistización*” que é simbólica, mas também ideológica, sendo tomada por integrantes de diversos setores políticos, sem estar representada por um setor em particular. No âmbito acadêmico acham-se inúmeras e diversas investigações a respeito dos períodos 1904-1907 e 1911-1915<sup>6</sup>,

---

<sup>6</sup> Ainda que o ano de 1916 tenha representado um momento de freio às políticas reformistas do *batllismo* (NAHUM, 1979), determinado pelo “Alto de Viera” (Feliciano Viera, sucessor designado pelo próprio Batlle), a nova constituição vigente a partir de março de 1919 foi fruto do pacto entre o *batllismo* e o nacionalismo opositor. Destaca-se como novidade em relação à Carta de 1830: a excisão da Igreja do Estado, sufrágio universal masculino, estabelecimento do poder executivo bifásico (Presidente e Conselho Nacional de Administração),

nos quais o Uruguai teve como presidente José Batlle y Ordóñez (1856-1929). Como explica Caetano (2011), pesquisar sobre o primeiro batllismo e a sua época se converteu para muitos historiadores em uma forma de resistir e responder aos crimes e iniquidades cometidos durante a ditadura cívico-militar (1973-1985).<sup>7</sup> Nesse sentido, emerge a pergunta: por que, no âmbito desta pesquisa, seguir analisando esse período? Várias são as motivações. Uma primeira motivação, destaca-se a centralidade tanto da figura de Batlle y Ordóñez quanto das novas legislações que se inauguram no período. Seguindo o percurso de Caetano (2011, p. 16), a proposta aqui é pensar o *batllismo* mais como “*proyector-sintetizador*” de sua época que como fundador de ideias e reformas. Nessa linha, a soberania que adquire o Estado, assim como as novas formas legislativas, representa, em termos foucaultianos, “formas terminais” do poder (FOUCAULT, 2009, p. 88). A tentativa é analisar as condições de possibilidade desse poder, ou, nos termos de Foucault (2009, p. 89), “el punto de vista que permite volver inteligible su ejercicio”. Uma segunda motivação, no que refere à temática em particular desta pesquisa, diz

---

reconhecimento das empresas públicas, flexibilização dos procedimentos de reforma constitucional, entre outras (CAETANO, 2011). Nas palavras de Caetano (2011, p. 26), o ano de 1916 “fue freno, detención, parálisis en los planes reformistas, pero no retroceso”. Assim, é comum achar na bibliografia nacional a referência ao período batllista como as primeiras três décadas do século XX, o que anuncia um impulso que transcende ao próprio Batlle y Ordóñez (CAETANO, 2011; NAHUM, 2011).

<sup>7</sup> A nota de advertência com a qual se publica a edição de 2011 do livro “Historia Uruguay. Vol. 8: La época batllista 1905-1929” reafirma o anunciado por Caetano (2011). Diz Nahum (2007, In: 2011, p. 5): “Este libro se escribió en plena dictadura cívico militar y [...] quiso ser una muestra a la ciudadanía en general de lo admirable que había sido el Uruguay del período estudiado en muchos aspectos. Para que lo compararan –íntimamente, porque no se podía hablar– con la miseria de aquel presente. Y también un llamado, soterrado, a superar ese episodio nefasto y volver a levantar un país con los valores cívicos y morales forjadas en las primeras décadas del siglo”. E continua: “A pesar de los cambios de los últimos dos años, que deseo mirar como el comienzo del retorno a algunos de aquellos valores, este llamado a recuperarlos sigue vigente”. As mudanças as quais o autor faz referência aludem à chegada ao governo, pela primeira vez em 2005, do partido político uruguaio associado à esquerda: o “Frente Amplio”. Sendo esse setor associado aos ideais “batllistas” do início do século XX, marca-se uma distância com o atual “batllismo” associado com o setor de direita. Este assunto das esquerdas e direitas na tradição política do Uruguai mereceria especial atenção que, no entanto, não vai ser aprofundada nesta pesquisa.

respeito à perspectiva de indagar as “Plazas Vecinales de Cultura Física”<sup>8</sup> como concretização de uma política por parte do Estado para a promoção de certas práticas durante o tempo livre. Este tema, embora tenha sido alvo já de alguns estudos – ainda que incipientes e esparsos – na área de Educação Física no Uruguai, merece ser aprofundado, inclusive por conta da existência de fontes ainda não pesquisadas. Apesar de ser uma temática pouco estudada no âmbito acadêmico, apresenta-se como uma das políticas que se reedita desde a inauguração da primeira praça até a atualidade, transcendendo inclusive a existência do próprio organismo que as tinha criado.

O presente estudo focaliza a cidade de Montevidéu, centro político-burocrático, comercial e industrial que se apresentou como *laboratório* para as políticas reformistas que impulsionou o *batllismo* durante as primeiras décadas do século XX. Atempo-nos especialmente ao período compreendido pela segunda presidência de José Batlle y Ordóñez (1911-1915), momento no qual, seguindo Barrán e Nahum (1979), se concretizou, mormente, o projeto de reformas. Além disso, o período selecionado coincide com os primeiros anos de funcionamento da “Comisión Nacional de Educación Física” (CNEF), que, criada em 1911 em direta dependência do Poder Executivo (PE), inscreveu-se como parte das novas políticas batllistas de intervenção social. A CNEF foi protagonista da criação, gestão e administração dos primeiros espaços de “cultura física popular” impulsionados pelo Estado na cidade de Montevidéu. A primeira “Plaza Vecinal de Cultura Física” foi inaugurada no ano 1913, como um dos espaços que permitiam fazer um uso “conveniente” do tempo fora do trabalho (e da escola). Seria inaugurada na zona mais antiga da cidade: a “Ciudad Vieja”, bairro que reunia a maior parte da atividade comercial e financeira, com o único porto e aduana da cidade, assim como as principais atividades sociais, com salas de espetáculos, bares e cafés (BARRIOS PINTOS, 1971), caracterizado pelas grandes e luxuosas casas legadas do século XIX, que albergavam os setores mais enriquecidos da população local, e que começavam a conviver com o crescente setor proletário. O projeto das praças afronta um crescimento explosivo e uma propagação em nível nacional destes espaços de cultura física popular durante as primeiras décadas do século

---

<sup>8</sup> A denominação “Plazas vecinales de cultura física” corresponde ao nome designado na inauguração do projeto (ano de 1913). No ano de 1915, existindo três praças na cidade de Montevidéu, modifica-se a denominação para “Plazas de Deportes”, nome com o qual se difunde o projeto em nível nacional até a atualidade.

XX, chamando a atenção, como dito acima, os reiterados esforços estatais na reedição e impulso dos mesmos.<sup>9</sup> Significativo exemplo dessa afirmação radica no recente lançamento, por parte da “Dirección Nacional de Deporte”<sup>10</sup> do Uruguai, do projeto “*Plazas del siglo XXI*”, que se propõe “renovar el concepto existente de Plazas de Deportes para dar cabida a uno moderno”.<sup>11</sup>

A partir dessa breve exposição, que trata tanto de certa dimensão pessoal quanto também da trajetória de estruturação de um campo de intervenções e de produção de saberes (Educação Física) no Uruguai, se pode perceber que as perguntas que alimentam esta investigação, ao lançarem um olhar para o passado e mais especificamente sobre a criação e desenvolvimento das “Plazas Vecinales de Cultura Física” como materialização de uma política pública estatal para a promoção de certas práticas durante o tempo livre, partem do desejo de mais bem compreender aquilo que somos e fazemos hoje no âmbito da Educação Física, em geral, e do ISEF, em particular. Sob esse ponto de vista, diria

---

<sup>9</sup> Cabe destacar que momentos de desenvolvimento combinam-se com períodos de decadência destes espaços públicos, como foi no período da ditadura cívico-militar (1973-1985), seguido pelos esforços na redemocratização do país. Esse assunto é abordado na dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC de Seré Quintero (2014).

<sup>10</sup> A “Comisión Nacional de Educación Física” extingue-se no ano 2000 e suas competências passam ao então recém criado “Ministerio de Turismo y Juventud” (URUGUAI, 2000). No ano 2005, com uma nova reorganização ministerial, cria-se a “Dirección Nacional de Deporte” como “Unidad Ejecutora” do programa de “Formulación, ejecución, supervisión y evaluación de planes en materia de deporte e instrumentación de la política en la materia” no âmbito do novo “Ministerio de Turismo y Deporte” do Uruguai (URUGUAI, 2005). Recentemente, em março de 2015, o PE enviou ao Parlamento um projeto de lei para a criação de uma “Secretaria Nacional de Deporte”. A nova Secretaria iria adquirir as competências da dissoluta estrutura ministerial e passaria a depender diretamente da Presidência da República. O segundo parágrafo de este projeto de lei já adverte em que medida as esferas do esporte e da educação física tem permanecido e permanecem ainda – ao menos nos parâmetros das políticas – numa aparente indistinção, produto do sentido comum que rege o campo: “El deporte en el sentido más amplio de la palabra engloba una serie de acciones como el juego, ejercicio, educación física, deporte propiamente dicho y recreación” (URUGUAI, 2015). Uma breve e crítica análise dessa iniciativa é achada em Rodríguez Giménez (2015) (Disponível em: <<http://nexo-sport.blogspot.com.br/p/contenidos.html>>)

<sup>11</sup> Pagina web da “Dirección Nacional de Deporte” do “Ministerio de Turismo y Deporte” do Uruguai. (Disponível em: <<http://www.deporte.gub.uy>>)

que, guardadas as devidas diferenças e proporções, toma-se aqui aquela dúvida que movimenta as pesquisas “arquiogeneológicas” desenvolvidas por Michel Foucault (que não por acaso, como se verá, constitui uma das principais referências deste trabalho): “como nos tornamos aquilo que somos hoje?”

Do ponto de vista acadêmico, vários são os antecedentes desta pesquisa. Os trabalhos historiográficos sobre o período em questão, como o de Caetano (2011) e os de Barrán e Nahum (1979; 1982), foram de crucial importância para delimitar nosso problema de investigação. Especialmente significativo nesse sentido é o primeiro volume da obra de Barrán e Nahum (1979), no qual abordam uma visão geral dos fatores que determinaram o período, com peculiar dedicação à questão demográfica, elemento sem o qual, afirmam os autores, não se entenderia a conjuntura do impulso ao reformismo batllista (BARRAN/NAHUM, 1979, p. 8). Nessa pesquisa, os autores trabalham na delimitação e descrição dos setores sociais e das condições de vida da população montevidéana a partir de diversas fontes, entre as quais se destaca o terceiro censo nacional do ano de 1908. Esses elementos são de substancial relevância para compreender o lugar estratégico dos novos espaços de cultura física popular que serão então criados. São abordadas também outras pesquisas que trabalham aspectos específicos da sociedade montevidéana do período.

No que diz respeito à análise da criação da CNEF no ano de 1911, contamos com claros antecedentes, como a Dissertação de Mestrado de Dogliotti Moro (2012), na qual são abordados os principais discursos da formação de professores de Educação Física entre os anos de 1874 e 1948 no Uruguai. No caso da pesquisa de Rodríguez Giménez (2012), centrada no período compreendido entre 1876 e 1939, sua contribuição se dá pela análise da configuração de um *campo de saberes* referidos ao corpo e suas relações e lugares a respeito de duas tradições distinguíveis para o caso do Uruguai: normalista e universitária. A partir disso, o autor indaga a conformação de um campo específico nomeado como *educação do corpo* e uma das formas específicas que adquire: a *educação física*. Pensando nos limites dessas pesquisas, o surgimento da CNEF teria a ver com a “emergencia del cuerpo como objeto de preocupaciones políticas y pedagógicas que suponen la delimitación de una intervención específica: la educación del cuerpo” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 17). Destaque também, como antecedente de nossa investigação, para a pesquisa de Seré Quintero (2014), que realiza uma análise sobre a politização do corpo e a organização do espaço público em Montevideú em um contexto de

reconstrução democrática do país (entre 1985-1990). Essa restauração implicaria “um retorno a um passado idealizado como melhor, recuperando os valores da convivência (democracia, liberdade, tolerância, pluralismo), afirmando um futuro de promessas” (SERÉ, 2014, p. 9). Rememoração e recuperação das primeiras décadas do século XX, quando o governo batllista e, como parte dele, a CNEF, teriam um importante papel no impulso e promoção de espaços de lazer, como parques urbanos e praças.

Para dar conta de nosso objetivo de pesquisa se trabalhou a partir de indicações teórico-metodológicas presentes na obra de Michel Foucault sobre a configuração das sociedades modernas ocidentais. Partindo da tentativa por compreender os movimentos e deslocamentos que constituem o corpus teórico desse autor, que nem é e nem pretende ser totalmente acabado e coerente, nos servimos de algumas “ferramentas” para o exercício de pensar o nosso problema. Para esta aproximação conceitual foram cruciais os trabalhos de Edgardo Castro, que colaboraram na leitura e compreensão dos estudos do filósofo francês. São referências desta pesquisa conceitos que Foucault trabalha principalmente no período que compreende seus estudos genealógicos sobre a sociedade e a política modernas, pesquisas compreendidas entre 1971 e 1979 (CASTRO, 2014). Nesses trabalhos, Foucault se pergunta não necessariamente sobre uma origem, mas sobre as condições de possibilidade do presente, suas formas de funcionamento e sua legitimidade. No pensamento foucaultiano, isto não implica uma ruptura com os estudos do período arqueológico precedente, pelo contrário, ocorre uma integração das análises e a possibilidade de estabelecer uma “relação crítica” a respeito de seus trabalhos anteriores (CASTRO, 2014). Por este motivo, a descrição arqueológica dos elementos discursivos e não discursivos constitui-se em um componente indispensável nesses estudos. Segundo Castro (2011, p. 144), o objeto próprio da arqueologia de Foucault são “los enunciados considerados desde el punto de vista de sus condiciones historicas de existencia”. Nos estudos genealógicos do filósofo francês Michel Foucault acerca da sexualidade nas sociedades modernas ocidentais,<sup>12</sup> começa-se por identificar uma “hipótese repressiva” acerca do sexo. Essa assinala que, a partir do século XVII, abre-se uma idade da repressão, própria das sociedades burguesas e da qual ainda não teríamos nos libertado. Neste trabalho Foucault mostra

---

<sup>12</sup> Refere-se à *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*, Paris: Gallimard 1976. Nesta pesquisa foi utilizada a versão em espanhol, publicada em Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.



que, pelo avesso, o que acontece a partir de então é uma “‘puesta en discurso’ del sexo” (FOUCAULT, 2009, p. 17), que no século XVIII se acelera ao mesmo tempo em que se multiplica e diversifica no campo do exercício do poder. Nas palavras de Castro (2007, p. 7), “más que a una represión del discurso acerca de la sexualidad, asistimos a una extraordinaria proliferación discursiva”. A partir desse ponto de partida, Foucault chega à conclusão de que a função dos discursos libertadores têm sido estabelecer novas formas de sujeição e controle. O que propõe Foucault na sua “analítica do poder”, antes que um método, é um “punto de vista, un ajuste de la mirada, una manera de hacer girar el soporte de las cosas por el desplazamiento de quien las observa” (FOUCAULT, 2011, p. 145). Propõe-se pensar aqui, no âmbito deste trabalho, não no que deveria ser – neste caso o tempo livre –, senão analisar e descrever o que ele tem sido. Para isto tenta-se transcender certa representação jurídico e negativa do poder,<sup>13</sup> para pensá-lo em termos de jogos de relações móveis e não igualitárias, imanentes a outros tipos de relações, desempenhando um papel diretamente “produtor” em relação a certos objetivos (não em termos de vontades individuais) (FOUCAULT, 2009). Poder que consiste, de modo geral, “en conducir conductas y disponer en su probabilidad induciéndolas, apartándolas, facilitándolas, dificultándolas, limitándolas, impidiéndolas” (CASTRO, 2007, p. 8).

O primeiro capítulo deste trabalho centra-se no esforço por compreender e descrever a configuração do Uruguai moderno, localizando Montevideu como a “cidade modelo” que vai transluzir os novos ideais. Trabalha-se a partir de elementos que, desde a perspectiva foucaultiana, vão se constituir nas chaves para compreender as principais mudanças do período: reformulação do problema da população, produção de um tempo e espaço urbanos associados à ideia de progresso da ciência e da técnica e novas formas de governar em relação à configuração de uma sociedade de normalização. Pode-se dizer que a via de acesso a essa Montevideu do início do século XX foi pelos trabalhos historiográficos

---

<sup>13</sup> Esta representação do poder estaria arraigada na história do Ocidente, demarcando as análises políticas do poder com as seguintes características: o poder só poderia estabelecer *relação negativa*, adquirindo forma general de limite ou carência; representaria a *instância da regra*, prescreve, dita a lei, legisla, age de forma jurídico-discursiva; estabeleceria um *ciclo do proibido*, proíbe ameaçando com a supressão do que proíbe; agiria por meio de uma *lógica da censura*, ligando o que proíbe ao informável e, portanto, ao inexistente; e, por último, existiria uma *unidade do dispositivo*, agindo de igual forma em todos os níveis: de cima para baixo (FOUCAULT, 2009, p. 80-82).

sobre o período que, junto com crônicas literárias da época, como as de Josefina Lerena de Blixen (1967),<sup>14</sup> e documentos jornalísticos selecionados, colaboraram para melhor esboçar o problema desta pesquisa. Indagou-se nas formas de vida que convergiriam nesta cidade, especificamente no bairro “Cidade Velha”, procurando achar as regularidades e confrontos nos discursos, o que seria valorizado, o que fora denunciado. As ideias do filósofo alemão Walter Benjamin, assim como os trabalhos desenvolvidos a partir de suas ideias, resultaram em uma chave interessante para pensar o modo em que as experiências de vida na conformação das cidades modernas vão produzir novas formas de sensibilidade. Compreender as principais características e mudanças deste período nos levou ao *batllismo* como principal força política do período. Os documentos jornalísticos do período foram de suma importância para adentrar nos temas de debate e os setores em disputa. Especial atenção mereceu o projeto de regulação da jornada laboral como uma das políticas “reformistas”, impulsionadas pelo setor *batllista*, que toma por objeto de intervenção e administração a vida biológica da população. A partir do projeto de lei se aprofundou o olhar sobre as principais argumentações no parlamento e a suas repercussões no jornal “El Día”,<sup>15</sup> em debate com outros periódicos da época.

No segundo capítulo, analisamos a criação da CNEF, efeito de uma outra política impulsada pelo setor no governo. Na primeira parte, a partir das argumentações “em defesa” dessa nova política, chama a nossa atenção a ideia de “melhoramento da raça” e combate da “degeneração”. Que implicações têm esses enunciados para constituição de práticas de tempo livre? Quem são os degenerados? Como age a CNEF neste “combate”? Para indagar essas ideias, servimo-nos da análise foucaultiana em relação à guerra de raças e ao nascimento do racismo biológico. Na segunda parte deste segundo capítulo, da aproximação às competências e modos de agir da CNEF, adentra-se em uma das principais medidas

---

<sup>14</sup> Josefina Lerena de Blixen (1889-1967) começou no jornalismo e continuou com a publicação de vários livros, sendo o primeiro de ensaios, “A media voz”, publicado em 1934. “Novecientos” se constitui em um dos quatro livros escritos a partir das lembranças de sua infância vivida em Montevidéu.

<sup>15</sup> Trabalhou-se a partir de artigos do jornal “EL DÍA” entre o período 1886-1925. Estes artigos seriam reunidos na publicação uruguaia mensal “Cuadernos de marcha”, nos N° 31 y N° 32, publicados em novembro e dezembro de 1969, respectivamente, e dedicados a José Batlle y Ordóñez. Também seriam consultadas as edições completas do jornal “EL DÍA” entre maio e junho do ano de 1913, as quais se acham microfilmadas na Biblioteca Nacional de Montevidéu.

impulsionadas pelo organismo no período estudado, foco principal de nossa investigação: a criação das “Plazas vecinales de cultura física”. As discussões sobre a criação, promoção e gestão destes novos espaços de “cultura física popular” na cidade de Montevidéu oferece elementos para compreender o modo pelo qual funcionam e se articulam nesses dispositivos os mecanismos de poder da disciplina e do biopoder. Quer dizer, como esses espaços combinam determinados mecanismos de poder, com finalidade de governar tanto o corpo do indivíduo quanto o da espécie, da população. Seguindo essa linha de trabalho, na terceira parte do capítulo tentamos demonstrar como estes dispositivos implementam mecanismos para conhecer e, a sua vez, produzir o corpo individual e coletivo. O saber sobre o corpo é um saber que fala e prescreve sobre a moral e a higiene.

Para o desenvolvimento deste segundo capítulo, tomou-se como fonte principal a publicação do primeiro presidente da CNEF, Juan Arturo Smith, de 1913, intitulada “Plazas vecinales de cultura física”. Na tentativa de compreender, achar sentidos naquilo que ali era dito, ingressa-se na leitura das atas das sessões dos primeiros anos da CNEF (fontes que não haviam sido estudadas até então), assim como em outras publicações deste organismo. Nosso olhar procurou centrar-se nos consensos e confrontos, nas discussões e argumentações, no que se repetia e no que se omitia, quer dizer, tudo em relação ao que foi dito e de que modo se chegou a dizer o que se disse. As atas da CNEF, desde a sua criação, no ano de 1911, até 1915, foram documentos-chave neste trabalho. As atas do período posterior ao selecionado formam consultadas pontualmente para algum tema que merecera uma atenção especial. Essas atas foram facilitadas pelo setor de Arquivo Documental do “Ministerio de Turismo y Deporte”. As publicações da própria CNEF foram encontradas na Biblioteca Nacional e na Biblioteca do ISEF, ambas localizadas em Montevidéu. No percurso da pesquisa, tentando achar informação a respeito do que foi realmente efetivado do projeto de “plazas vecinales de cultura física”, para além dos elementos dispersos nas atas de sessão, nos deparamos com centenas de fotografias provenientes dos arquivos da CNEF. Segundo o registro das atas, esse organismo preocupara-se com o registro (também fotográfico) das atividades, eventos e obras promovidas, contratando para isso os serviços de fotógrafos. As fotos, agrupadas por grandes e pesados albums, alguns muitos estragados, assim como parte das próprias fotos, registravam variados cenários relativos à cultura física do país, ao menos desde o ano 1916 até a década de 1950, período estimado a partir das escassas

fotografias que possuíam alguma anotação (no verso ou sob a forma de legenda) relativa à localização temporal e espacial. Desse grupo vasto e desorganizado de material fotográfico, foi selecionado aquele relativo às já nomeadas, segundo a nossa estimativa temporal, “Plazas de Deportes”. A partir da categorização dessas fontes por ano e cidade – as “plazas” foram construídas por todo o Uruguai e não apenas na capital –, foram selecionadas para análise algumas poucas fotografias das praças em funcionamento em Montevidéu, principalmente as relativas ao período 1916-1920, correspondentes às praças 1, 2 e 3 (construídas nesta ordem), localizadas, respectivamente, nos bairros “Ciudad Vieja”, “Goes” e “Parque Urbano”. Embora sem possibilidades de abordar em profundidade este tipo de fonte nesta pesquisa, acredita-se que o fato de termos acessado e mobilizado esse material nas bibliotecas e arquivos visitados (ISEF, Ministerio de Turismo y Deporte), visibiliza a relevância destes para futuras pesquisas no campo.<sup>16</sup>

No terceiro capítulo, tentamos abordar uma questão que chama notoriamente a nossa atenção nas fontes de pesquisa e que já tinha merecido o destaque nas pesquisas antecedentes: o termo “cultura física”. Na primeira parte dessa seção, e partir de pesquisas antecedentes que falam de uma passagem da ginástica ao esporte como fundamento e elemento da cultura física tomada pela educação física, tentamos uma possível via de interpretação sobre a mudança na denominação das então idealizadas “plazas vecinales de cultura física” para a “plazas de deportes”, como passaram a ser chamadas desde o ano 1915. Que implicações essa mudança de denominação comportaria? Essa mudança de nome poderia indicar mudança mais ampla, expressando “outra” direção em torno da educação do corpo? Sem serem cabalmente respondidas essas perguntas, são mobilizadas como possíveis vias de explicação para algo que não pode ser localizado com precisão nas fontes investigadas. Na segunda parte do capítulo, tentamos compreender a presença do termo “cultura física” nas fontes utilizadas, a sua distinção em relação à “educação física” e a sua relevância referente ao projeto de expansão da “cultura cívica” que se instalou como alternativa à católica. Apontamos, finalmente, algumas vias para continuar aprofundando a temática em futuras pesquisas.

---

<sup>16</sup> No período de realização desta pesquisa, no dia 24 de novembro de 2014, foi firmado um convênio entre o “Arquivo Fotográfico de Montevideo”, da “Intendencia Municipal de Montevideo”, e a “Dirección Nacional de Deporte”, do “Ministerio de Turismo y Deporte”, para trabalhar a partir deste material na sistematização do arquivo fotográfico da CNEF.

Na última parte deste trabalho, seguimos perseguindo aquela que foi/é uma das principais questões de nossa investigação: o que do tempo livre nas políticas analisadas nesta pesquisa? O que estaria implicado na ausência do termo “tempo livre” no período selecionado? Propomos a aproximação as ideias do linguista francês, Jean-Claude Milner (2003), para pensar o desenvolvimento e as possibilidades da organização do tempo próprio das sociedades modernas. Existe uma outra possibilidade do tempo livre para além da dupla *trabalho-tempo de repouso*?



## CAPÍTULO 1- MONTEVIDÉU: A CIDADE MODERNA DE UM “PAÍS MODELO”

### 1.1. A POPULAÇÃO COMO PROBLEMA DE ESTADO URUGUAIO

A partir de 1828, ano que marca o nascimento do Uruguai como país independente, a sociedade foi testemunha de profundas mudanças na sua estrutura econômica, política, social e cultural. Nesse século, até a sua última década, existiu uma imperiosa necessidade de povoar o país, acentuada pelo “vazio demográfico inicial”.<sup>17</sup> Os historiadores Barrán e Nahum (1979) analisam este fenômeno servindo-se de diferentes fontes, incluindo o surgimento da estatística como novidade na década de setenta do século XIX. Nesse estudo detectam na imprensa do ano de 1829 uma declaração da existência de 74.000 habitantes no território nacional. Desse ano até 1873, a população se quintuplicaria, estimando-se um total de 450.000 habitantes. Os estudos estatísticos – o imigrante francês Adolfo Vaillant foi o primeiro demógrafo do país –, ao mesmo tempo em que aperfeiçoavam as técnicas de estimação, passaram a se preocupar com a explicação racional dos dados, indagando a origem dos habitantes, elementos biográficos, índices de mortalidade e de natalidade, formas de vida, costumes, etc. Nas palavras de Foucault, a “aritmética política”, ou a estatística, “que había funcionado hasta entonces dentro de los marcos administrativos y, por lo tanto, dentro de los marcos de la soberanía, descubre y muestra poco a poco que la población tiene sus propias regularidades: su número de muertos, su cantidad de enfermos, la regularidad de sus accidentes” (FOUCAULT, 2011, p. 131). O problema da população deixa de ser relativo apenas à quantidade (povoamento ou despovoamento), adquirindo novas formas em relação a suas próprias “leis” e seus “processos naturais”, cuja naturalidade específica é compreendida a partir das relações entre os homens e a sua coabitação.

---

<sup>17</sup> Os historiadores Barrán e Nahum (1979, p. 15) referem-se à virtual ausência de indígenas no território nacional, o que implicou a urgente necessidade de povoar o novo país. Porém, isso acontece somente a partir 1724, com a fundação, pela coroa espanhola, da cidade San Felipe de Montevideo: um pequeno centro aldeão, mas que foi, desde 1776, ponto terminal das comunicações marítimas entre Espanha e o Rio da Prata. O território foi centro de disputas nas mãos europeias, mas em 24 de novembro de 1791, uma cédula real concede a Montevideo o monopólio para a introdução de negros destinados às posses espanholas nesta parte do continente. No começo do século XIX, em 1805, um terço da população da cidade estava formada por escravos, cujo tráfico foi decisivo no seu desenvolvimento econômico (BARRIOS PINTOS, 1971).

Em outras palavras, trata-se de “la naturaliza de la sociedade”<sup>18</sup> (FOUCAULT, 2011, p. 404). A população e seu governo já não poderiam ser pensados em relação ao modelo da família,<sup>19</sup> mas será a própria família o instrumento privilegiado para governar a população e incidir sobre seus fenômenos, como no caso das campanhas. A função do Estado é garantir a gestão da “sociedade civil” – como contraparte do primeiro<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> No curso do *Còllege de France* ditado nos anos 1977-1978 e posteriormente publicado do livro “*Sécurité, territoire, population*”, Foucault teria prometido analisar a gênese do “poder sobre a vida” (anunciado no curso de 1976) que se desenvolveria a partir do século XVIII. Porém, uma reorientação do curso o levaria a fazer uma história da *governamentalidade* a partir dos primeiros séculos da era cristã. Assim, vai chegar ao desenvolvimento dos Estados modernos ocidentais onde se produz um deslocamento na forma de compreender o lugar e a função do governo. Da fundamentação medieval do poder soberano, que identifica o governo como o guia das almas e localiza sua origem em Deus, passa-se a uma teoria da governamentalidade que tem como base a existência do “homem” em termos modernos de individualidade, consolida-se uma relação entre o Estado e o cidadão, implicando um novo campo de aplicação da ação governamental. As novas formas que incorpora o problema da população, com a nova racionalidade governamental a partir do século XVIII, transcendem a antiga relação quantidade, trabalho, docilidade para compreender a população como realidade relativa e específica. Relativa aos salários, às possibilidades de trabalhos, e específica quanto a uma dupla característica. A primeira: os fenômenos de transformação da população regulam-se por “leis naturais intrínsecas” a ela mesma. A segunda: as interações e os efeitos intrínsecos à população acontecem não por serem constituídos e promovidos pelo Estado, senão por um vínculo espontâneo, regido por uma “ley de armonización de los intereses” (FOUCAULT, 2011, p. 403).

<sup>19</sup> Para Foucault (2011), o desbloqueio da arte de governar desde o final do século XVIII tem a ver com uma ruptura na concepção anti-maquiviática de governo, na qual o governo do Estado seria análogo ao modelo econômico de governo da família. Neste governo como *oikonomia*, o soberano, caso do padre, tem que velar e administrar todo o que se refere à casa: seus membros, os bens e a propriedade.

<sup>20</sup> No curso do *Còllege de France* do ano 1979, publicado em 2004 como “*Naissance de la biopolitique*”, Foucault vai aprofundar sobre o conceito de “sociedade civil”. Nos discursos filosóficos e políticos a partir do século XIX, a “sociedade civil” se apresenta como realidade que se impõe, luta, escapa ao governo, ou ao Estado. Porém, como explica Foucault (2008, p. 404), “a sociedade civil não é uma realidade primeira e imediata. A sociedade civil é uma coisa que faz parte da tecnologia governamental moderna”, não como seu produto “puro e simples”, mas como “realidades de transação”, quer dizer, uma realidade produto das relações de poder num momento determinado. Tem um caráter real, mas também transitório na história, que seria “correlativa dessa forma de



–, para o qual já não adianta regulamentar. A governamentalidade moderna é concebida em termos positivos:

Será necesario manipular, será necesario suscitar, será facilitar, será necesario dejar hacer, será necesario, dicho de otro modo, administrar y no reglamentar. Esta gestión tendrá esencialmente por objetivo no tanto impedir cosas, sino hacer en modo que las regulaciones necesarias y naturales funcionen o, mejor, hacer regulaciones que permitan las regulaciones naturales. [...] Los mecanismos de seguridad o la intervención, digamos, del Estado tendrá esencialmente por función asegurar la seguridad de estos fenómenos naturales que son los procesos económicos o que son los procesos intrínsecos de la población. Éste será el objetivo fundamental de la gubernamentalidad. (FOUCAULT, 2011, p. 403-404).

O papel do Estado estará regido pelo princípio fundamental de respeito a esses processos naturais imanentes à população e à economia. Delimitado o campo de jogo governamental, aparecerão “domínios de intervenção” possíveis e necessários, que será preciso nem tanto regulamentar (em termos de proibido e permitido), senão principalmente manipular, regular. O interesse “como conciencia de cada uno de los individuos componentes de la población y como interés de ésta, cualesquiera que sean los intereses o aspiraciones individuales de quienes la constituyen, será, en su carácter equívoco, el blanco y el instrumento fundamentales del gobierno de las poblaciones” (FOUCAULT, 2011, p. 132). Por sua vez, um “bom governo” tem que garantir o respeito das liberdades, “la integración de las liberdades y los limites propios a ellas dentro del campo de la práctica gubernamental es ahora un imperativo” (FOUCAULT, 2011, p. 404).

---

tecnologia governamental chamada liberalismo”. Trata-se de “Um governo onipresente, um governo a que nada escapa, um governo que obedece às regras do direito, mas um governo que respeita a especificidade da economia, será um governo que administrará a sociedade civil, que administrará a nação, que administrará a sociedade, que administrará o social.” (FOUCAULT, 2008, p. 403).

A técnica estatística aportaria novos elementos, achando as causas do crescimento exponencial nas significativas correntes imigratórias, acompanhadas do elevado crescimento vegetativo que caracterizaria aquele século. O padrão demográfico que teria marcado o período (presente na cidade capital Montevidéu até 1880 e no interior do país até aproximadamente 1890) assentava-se no modelo de família composto de um casal jovem, principalmente a mulher (média nacional de 20 anos) e numerosos filhos (média nacional de oito filhos) (BARRÁN; NAHUM, 1979). O papel da mulher como “esposa e mãe” passava do poder paterno ao do marido, sendo um dos principais ideais da sociedade a fecundidade como sinônimo do valor do matrimônio. A elevada taxa de mortalidade – principalmente a infantil<sup>21</sup> – marcaria uma proximidade com a morte como fenômeno normal e cotidiano. Apesar dos níveis de mortalidade nunca terem sido desmedidamente elevados, o desenvolvimento da medicina,<sup>22</sup> assim como a instalação de um poder central efetivo – que reduziria as recorrentes guerras civis do período – teriam influenciado em uma diminuição ainda maior.

“Vazios demográficos” – tanto pelas mortes como pelas migrações para as nações vizinhas: cidades do Brasil e Argentina –, necessidade de desenvolver a pecuária extensiva com uma estrutura econômica não tecnificada, precariedade dos meios de transporte, insegurança no meio rural com um Estado ainda débil (e distante “fisicamente”), vontade de desenvolvimento da cidade-porto... enfim, tudo isso configurava um cenário propício para o crescimento da população, consolidação da família numerosa e a recepção de milhares de europeus. Os fluxos de imigrantes que chegaram entre 1830 até 1890 foram principalmente de

---

<sup>21</sup> Na década entre 1880-1890 houve uma elevada taxa de mortalidade infantil: uma em cada três crianças morria (dado declarado no censo de 1908). Este fato, entre outros, poderia explicar a importante presença de imagens e publicidades sobre cuidados infantis nas revistas da primeira e segunda década do século XX (“Vida Nueva” e “Vida Montevideana”). Sem ser assunto específico deste trabalho, o problema da infância se faz presente. Neste percurso anunciam-se pistas e análises incipientes para futuras pesquisas sobre a temática.

<sup>22</sup> Como explica Foucault, a medicina no ocidente -desde meados do século XVII na Alemanha e nos séculos XVIII e XIX na França e Inglaterra respectivamente- nasce como prática social: “No se evolucionó poco a poco de una medicina cada vez más "estatizada" y socializada, sino que la gran medicina clínica del siglo XIX va inmediatamente precedida de una medicina estatizada al máximo. Los otros sistemas de medicina social de los siglos XVIII y XIX son atenuaciones de ese modelo profundamente estatal y administrativo introducido ya en Alemania” (FOUCAULT, 1977, p. 10).

espanhóis, italianos, franceses, ingleses, mas também de brasileiros. No censo de 1860, 34,83% da população provinham do estrangeiro e começam a ganhar progressivamente o controle sobre a vida econômica. No ano de 1877 representavam 64,91% dos proprietários de Montevidéu e 52,29% do interior. Assim, as classes conservadoras do novecentos seriam conformadas principalmente por estrangeiros e seus filhos, já que as grandes propriedades da terra ficariam em suas mãos.

Esse modelo de crescimento demográfico explosivo,<sup>23</sup> caracterizado “por nacer a la ‘antigua’ y morir a la ‘moderna’” (BARRÁN; NAHUM, 1979, p. 29), persistiria para além do que as necessidades econômico-políticas começaram a exigir entre 1875-1890. Neste período, o poder central consolidou-se – primeiro com o militarismo (1876-86) e posteriormente com o batllismo, em 1904 –, os campos foram alambrados, apareceu o trem como meio de transporte que substituiu as tropas. E com essas e outras mudanças, a crise de desocupação instalou-se na campanha. A capital, que timidamente começava o desenvolvimento industrial, apresentou-se como esperança para os milhares de desocupados do interior do país. A miséria foi inevitável enquanto permaneceu o antigo modelo demográfico. Entre 1900 e 1920 consolidou-se um novo modelo, mais adequado às novas circunstâncias, que Barrán e Nahum (1979) chamaram de “moderno”.

O século XX iniciou-se em uma conjuntura de desocupação e migração como consequência do confronto entre o crescimento demográfico legado e a nova estrutura político-econômica que se visava. A sociedade ampliava-se demograficamente e com esta também o seu território. A primeira onda imigratória europeia do século, entre 1905 e 1913, afetou principalmente a capital, gravitando em 13% a sua população, somando-se com a importante migração provinda do interior. Os caminhos da economia e da sociedade impulsionaram a urbanização do país. Foi Montevidéu, a cidade capital com 309.231 habitantes estimados no censo de 1908,<sup>24</sup> com seu grande porto de desembarque transatlântico, o único centro político-burocrático, comercial e industrial do país que ofereceu possibilidades de ascensão social, pelo menos mais do que o interior. O que teria acontecido na Paris a partir da segunda

---

<sup>23</sup> Enquanto “Inglaterra en 1890 veía crecer su población a un ritmo anual de 13,30 por mil habitantes. El Uruguay asistió en la década de 1880-90 a un crecimiento vegetativo del 22,75 por mil promedio anual” (BARRÁN; NAHUM, 1979, p. 29).

<sup>24</sup> Um 30% da população nacional ocupando o 0,3% do território do país.

metade do século XIX<sup>25</sup> se visualizaria nas primeiras décadas do século XX em Montevídeu: o desenvolvimento das cidades, a aparição de uma população operária que se constituiria no proletariado e consequentes tensões políticas no interior das cidades. Elementos que levariam à necessidade de “constituir la ciudad como unidad, de organizar el cuerpo urbano de un modo coherente y homogéneo, regido por un poder único y bien reglamentado” (FOUCAULT, 1977, p. 11).

O modelo demográfico mudaria progressivamente, compensando as decorrências do século XIX. As famílias reduziriam o número de filhos, o valor da fecundidade seria substituído pela exaltação do culto à virgindade (BARRÁN; NAHUM, 1979). A idade ideal para o matrimônio seria alterada (para a mulher, entre 25-27 anos) e desde o exterior do país iniciava-se o controle da natalidade, não sem confronto com o puritanismo dos costumes locais conservadores.<sup>26</sup> Cada vez mais, o bom governo teria que “mejorar el destino de la población” (FOUCAULT, 2000), para o qual deve “invadir a vida enteramente” (FOUCAULT, 2009, p. 132).<sup>27</sup> A sexualidade abria-se como campo sobre o qual intervir

---

<sup>25</sup> Se faz referência ao Paris que Foucault (1977) ilustra na conferência sobre “História da medicalização”, especificamente ao analisar o surgimento da medicina urbana no contexto francês.

<sup>26</sup> Os historiadores Barrán e Nahum (1979) falaram sobre a introdução, desde o exterior, das ideias de Malthus na sociedade uruguaia, expondo como claro exemplo de confronto entre ambas as atitudes (antiga e moderna em relação ao controle da natalidade) o caso de Enrique Job Reyes, homem do interior, casado com a poeta Delmira Agustini (senhora de “boa sociedade” montevideana e de origem imigratória), para quem envia uma carta no ano 1914, onde declara: “... (tu madre) el día de nuestro casamiento, en una entrevista que tuvimos en la sala y que tu presenciaste de lejos, pues yo, ni después de casados te conté, por delicadeza, llegó a hacerme revelaciones monstruosas de impureza y deshonor, y poniéndome de ejemplo que ella lo hacía con tu padre [...] lo monstruoso, lo repugnante del consejo de tu madre [...] lo que me mostró el fondo perverso de su alma, en toda su desnudez, a pretexto de que no te hiciera madre...” (SILVA apud BARRÁN; NAHUM, 1979, p. 60).

<sup>27</sup> Tanto no curso do *Collège de France* de 1976, publicado posteriormente como “*Il faut défendre la société*”, quanto na publicação, no mesmo ano, do primeiro volume da “*Historie de la sexualité: la volonté de savoir*”, Foucault fala sobre os mecanismos de poder sobre a vida que se produzem no Ocidente. Vai dizer que, a partir do século XVII, estes mecanismos adquirem duas formas principais. O primeiro a se formar, centrado no adestramento e maximização do “corpo como máquina”, foi a anátomo-política do corpo humano (viabilizado por mecanismos de disciplina). O segundo, formado na metade do século XVIII, centra-se no “corpo-especie”, “en el cuerpo transido por la mecanica de lo viviente y que sirve

para produzir efeitos sobre o fenômeno populacional da cidade. Nas palavras de Richter (2013, p. 31-32):

Essa responsabilidade biológica com relação à espécie, esse projeto médico e também político, pode ser observado, conforme Foucault, na administração do sexo e sua fecundidade, na organização de uma gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências. Toda essa tecnologia do sexo deixou de lado o problema da morte e do pecado para focalizar a exigência de normalidade em vinculação com o problema da vida e da doença. Ela focalizou o corpo, a saúde e seu funcionamento, criando novas técnicas para a maximização da vida. A esse poder Foucault denominou *biopoder*, um poder sobre a vida que se diferencia da violência do poder soberano que faz morrer e deixa viver. Invertendo essa forma de poder cujo exercício se expressa na violência sobre a vida, no poder de matar, de tirar a vida, o biopoder investe a vida, faz viver.

## 1.2. TEMPOS E ESPAÇOS MODERNOS NA CIDADE DE MONTEVIDÉU

Una época que ignoraba los impertinentes problemas de tránsito y el nerviosismo que esta provocaba, una época en que a ninguno se le había ocurrido inventar la prisa y donde todos caminaban a pie. No circulaban los automóviles y sólo para muy largos recorridos se subían al tranvía. [...] Un tiempo que no conocía las indisciplinadas bicicletas, ni las motocicletas de estridencias agresivas, cuando los coches de caballos eran, que eran el lujo de los ricos, dejaban a todos

---

de suporte a los procesos biológicos: la proliferación, los nacimientos, la mortalidad, el nivel de salud, la duración de la vida y la longevidad”, age mediante mecanismos de intervenção e regulação: a “biopolítica da população” (FOUCAULT, 2009, p. 131-132). O surgimento desta nova tecnologia de poder não implica a exclusão das primeiras técnicas da disciplina, senão o contrário. Integra-se, apoia-se sobre às primeiras, num outro nível, já não no corpo/homem, mas agora no corpo/espécie, o que Foucault (2000, p. 220) chama “*biopolítica* de la especie humana”.

indiferentes y mirando aquellos cupés cerrados (LERENA ACEVEDO, 1967 apud RAVIOLO, 2007, p. 33).<sup>28</sup>

Sem condições de assegurar que isto não aconteça em todas as épocas e em todos os lugares de uma forma ou de outra, Sevchenko (1998, p. 514) chama a atenção a respeito desta geração em especial, que viveu entre o final do século XIX e início do XX nas grandes cidades: “Nenhuma impressão marcou mais forte [...] que a mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos”. Sem dúvida, foram essas décadas cenários de importantes mudanças, como o caso dos novos recursos tecnológicos que vão mudar escalas, potências, velocidades, afetando, alternado, desorientando as formas de percepção até então vigentes.<sup>29</sup> Assim como Josefina Lerena (1969) retrata a fisionomia dos “*Novecientos*”, como “aquella época amable y rezagada, com su tono social y su atmosfera de simpatía”,<sup>30</sup> Luis Enrique Azarola Gil (1882-1964)<sup>31</sup> falaria das mudanças da “vida aldeã” que caracterizava Montevideú até as últimas décadas do século XIX. Em seus escritos vai

---

<sup>28</sup> Josefina Lerena Acevedo (1889-1967), montevideana de família patricia por ambas as partes, teria recebido uma educação bastante avançada para seu sexo. Começou no jornalismo e continuou com a publicação de vários livros, sendo o primeiro de ensaios, “A media voz”, publicado em 1934. “*Novecientos*”, seria publicado meses antes de morrer, como um dos quatro livros de escritos ensaísticos sobre as lembranças de sua infância e juventude vivida em Montevideú. (RAVIOLO, 2007)

<sup>29</sup> Sevchenko (1998, p. 522) tenta apontar no “esforço para desvendar e compreender o modo pelo qual a experiência de viver nas grandes cidades modernas, planejadas em função dos novos fluxos energéticos e marcadas pela onipresença das novas técnicas, influencia e altera drasticamente a sensibilidade e os estados de disposição dos seus habitantes”. Trabalha a partir do contexto brasileiro, especificamente do Rio de Janeiro, “sem dúvida”, onde vai recair “esse papel de metrópole-modelo” nesse período.

<sup>30</sup> Lerena Acevedo (1967) apud Raviolo (2007, p. 33).

<sup>31</sup> Luis Enrique Azarola Gil foi um diplomata montevideano que estudou sobre as origens do Rio da Plata, especificamente da cidade de Montevideú a partir dos arquivos historiográficos da época achados tanto no Uruguai como na Espanha. Destacam-se as obras: “*Veinte linajes del siglo XVIII*”, “*Crónicas y linajes de la Gobernación del Plata*”; “*Los San Martín en la Banda Oriental*”; “*Los Maciel en la Historia del Plata*”; “*Apellidos de la Patria Vieja*”, “*La Epopeya de Manuel Lobo. Contribución a la Crónica de la Colonia del Sacramento*”, “*Los orígenes de Montevideo*”, “*La sociedad uruguaya y sus problemas*”, “*Creer*”, y “*Ayer*”. Disponíveis na Biblioteca Nacional de Montevideú.

descrever, de modo algo melancólico, a emergência de uma outra “mentalidade” associada à forma de perceber e viver o tempo na cidade montevidiana:

Esa ciudad prolongó sus caracteres heredados hasta 1906. Anteriormente habían sido los suyos cambios parciales, de crecimiento en extensión y población, pero desde el año citado fue la mentalidad de la urbe la que presentó modalidades distintas [...] La tracción a sangre era el pasado y la lentitud, pero también el símbolo de nuestra vida patriarcal y plácida [...] El tranvía electrónico y el automóvil importaron el falso dinamismo de la urgencia, la inquietud y la existencia de toda velocidad. Desde entonces Montevideo cambió, y desvió sus ojos de las maravillosas puestas de sol para fijarlos en el reloj pulsera... (AZAROLA GIL, 1953 apud BARRÁN; NAHUM, 1979, p. 113-114).

O filósofo berlinense Benjamin escreveu nas décadas de 1930 e 1940 sobre as características da vida nas grandes cidades europeias dos finais do século XIX. Afetado por outros intelectuais e literatos da época e o modo como eles, por meio de suas obras, especialmente na literatura (com Proust, Hoffmann, Poe e, sobretudo, Baudelaire<sup>32</sup>), compreendiam e sentiam as vicissitudes das transformações vividas com grande intensidade naquele tempo e espaço, acharia especial interesse no processo de modernização da cidade parisiense, “modelo” expansivo que teria como consequência a produção de uma nova sensibilidade associada a um empobrecimento da *experiência (Erfahrung)* humana na cidade. Bassani, Richter e Vaz (2013) analisam a obra deste filósofo a partir da relação entre corpo e técnica. Essa passagem denunciada por Azarola (1953), da lentidão do passado ao “falso dinamismo de la urgencia, la inquietud”, associada aos novos avanços tecnológicos para se deslocar na cidade, evidencia, de certa forma, a relação analisada pelos autores acima. “A cidade exige a apreensão de uma nova temporalidade, de inéditas

---

<sup>32</sup> Assumindo as diferenças epistemológicas e metodológicas que distanciam as perspectivas de Foucault e Benjamin, podemos reconhecer ao menos um elemento que os conecta, como seria o movimento na tentativa de compreender o presente. Um exemplo desta relação é indicado por Castro (2004, p. 56), quando Foucault refere-se ao estudo de Benjamin sobre Baudelaire respeito à noção de “estética da existência”. Sobre este assunto ver Castro (2004).

formas de velocidade” (BASSANI; RICHTER; VAZ, 2013, p. 77), o que tem o seu correlato sobre a educação dos gestos, dos sentidos, enfim, do corpo. A “nova mentalidade da urbe”, marcada pela existência “a toda velocidade” caracterizada por Azarola (1953), seria parte dessa nova subjetividade associada à vida nas cidades modernas.

Como afirmam Bassani, Richter e Vaz (2013, p. 79), “para Benjamin, a *experiência* [ainda presente no mundo pré-industrial] exige um tempo de reflexão que seria incompatível, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, como aquele da esteira da produção, na qual o trabalho é realizado *contra o tempo*, ou daquele das grandes metrópoles”. Como também Scevcenko (1998) esforça-se em demonstrar, valendo-se também do pensamento benjaminiano, muitas das transformações vividas na modernidade estão relacionadas ao desenvolvimento da tecnologia, o que resultaria, “segundo Benjamin, na intensificação do *fator de choque* (*Chockmoment*) em praticamente todas as esferas da vida, acarretando a estruturação de uma nova forma de percepção” (BASSANI; RICHTER; VAZ, 2013, p. 79). Na sequência, os autores explicam:

Como consequência da contínua mobilização contra a profusão de choques aos quais o indivíduo está submetido diariamente nas grandes cidades, tem-se, de acordo com a interpretação benjaminiana de uma intuição de Freud, um empobrecimento da memória, que passaria a armazenar cada vez menos traços mnemônicos. Neste sentido, ao tipo de sensibilidade gestada no cotidiano cada vez mais complexo das metrópoles da época, com seus desafios e ritmos mais acelerados, não corresponde mais o conceito de *experiencia* (*Erfahrung*), mas o de *vivência* (*Erlebnis*). (BASSANI; RICHTER; VAZ, 2013, p. 79).<sup>33</sup>

O esgotamento da experiência não seria só para o caso dos soldados voltados da guerra, senão também de “toda uma geração que passara a viver sobre o ritmo da tecnologia”<sup>34</sup> (BASSANI; RICHTER;

---

<sup>33</sup> Para aprofundar na distinção dos conceitos de experiência e vivência em Benjamin, consultar, entre outros, o já mencionado trabalho de Bassani, Richter e Vaz (2013).

<sup>34</sup> Benjamin vai escrever “O narrador” ao final da Primeira Guerra Mundial. Neste ensaio, Benjamin vai anunciar a extinção da figura do narrador em direta relação



VAZ, 2013, p. 81). O tempo moderno é o do relógio, de um tempo cronológico, unificado, estandardizado e quantificado, produzível nos parâmetros de máxima eficiência em nome do progresso. Como diz Benjamin (2011, p. 229), “a ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo”.<sup>35</sup>

---

com a perda da “facultad de intercambiar experiencias”. Isto não aconteceria só no caso dos combatentes que voltavam “mudos” da batalha, sem experiência comunicável, e da história que se escreve sobre estes acontecimentos. Quem narra, diz Benjamin, é “un hombre que tiene consejos para el que escucha”, mas isto não parece importar para os consumidores da nova imprensa. A antiga novela é tomada pelo modelo capitalista burguês substituindo a forma da narrativa. A diferença, diz Benjamin (s/d, p. 4), é que “El narrador toma lo que narra de la experiencia; la suya propia o la transmitida, la toma a su vez, en experiencias de aquellos que escuchan su historia. El novelista, por su parte, sé ha segregado. La cámara de nacimiento de la novela es el individuo en su soledad”. O que cobra relevância é a informação, esta “cobra su recompensa exclusivamente en el instante en que es nueva. Sólo vive en ese instante, debe entregarse totalmente a él, y en él manifestarse. No así la narración pues no se agota” (p. 6). A experiência, associada a “produção artesanal” tanto do narrador quanto do artesão, desaparece com as novas técnicas industriais. O novo deve ser agora sempre igual. Isto, nos marcos das mudanças industriais e tecnológicas ocorridas nas grandes metrópoles na arvorada do século XX, tem suas consequências, embora não necessariamente ruins, sobre a configuração das formas de percepção e sensibilidade.

<sup>35</sup> O último escrito de Walter Benjamin, denominado “*Sobre o conceito da História*”, seria publicado após sua morte, no ano de 1940. Nestas teses, escritas em diálogo com o seu amigo alemão Gershom Scholem (1879-1982) (influenciado pelas ideias do messianismo), o autor faz uma crítica à historiografia “burguesa” e “progressista”. A primeira, da tradição acadêmica de Ranke a Dilthey, pretendia “reviver o passado através de uma espécie de identificação afetiva do historiador com seu objeto” (GAGNEBIN, 2011, p. 8). Desde a segunda perspectiva, a história é concebida como um progresso linear e inevitável, bem como previsível por meio da ciência. Foi a concepção que marcou a social democracia alemã de Weimar, que distinguiu o pensamento do teórico marxista Karl Kautsky (1854-1938) (GAGNEBIN, 2011). Pode se analisar nesta obra uma continuidade que se entrelaça desde o primeiro ao último parágrafo sobre as ideias de história e de tempo. As perspectivas historicistas que Benjamin vai criticar nesta obra, associam o conceito de história a um transcorrer linear e inevitável, em um “tempo vazio e homogêneo”, ou seja, o tempo cronológico, unificado, estandardizado e quantificado. O historicismo instala o eixo no presente, mas a sua expectativa fica no futuro, na fé numa continuidade automática, irresistível: no progresso. Esta garantia no progresso está dada pelo

Montevideu não era estritamente uma “grande cidade”, contudo, recebia direta influência das metrópoles europeias, pretendendo se tornar uma cidade “‘modélica’, en términos de expresión acabada de modernidad, belleza y hasta grandiosidad republicana” (CAETANO, 2010, p. 25). A cidade iria alterando a sua aparência, assim como os costumes e experiências dos indivíduos nela. Como descreveria Urruzola (2001), a nova cidade devia funcionar de acordo com os critérios de “estancia” e movimento (ficar e ir), para os quais contribuiriam sobremaneira os últimos avanços tecnológicos, facilitando o deslocamento no espaço urbano. As primeiras linhas elétricas de trem no centro da capital foram inauguradas no final do ano de 1906. Antes disso, todas as linhas eram movidas por tração animal. A frequência de traslados das famílias montevidéanas sextuplicou-se de 1890 a 1913, constituindo o trem como meio de transporte massivo e cotidiano tanto para os operários e habitantes dos subúrbios quanto para os setores das camadas médias da população.<sup>36</sup> Os primeiros automóveis, como meio de

---

domínio da natureza – incluindo a natureza interna, o corpo – por meio da técnica e da ciência. Esta é a concepção burguesa de história como consecução de fatos que vão se arquivando como coisa morta: “Pois irrecuperável é cada imagem do presente que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela” (BENJAMIN, 2011, p. 224).

<sup>36</sup> Barrán e Nahum (1979) dedicam grandes esforços tentando compreender os diversos setores da sociedade montevidéana do início do século XX, especificamente na segunda parte do livro: “La sociedad”. Se servem, para essa tarefa, da interpretação do “III Censo de Población y I de Industria”, do ano de 1908, publicado em 1911 pelo “Director General de Estadística”, Dr. Ramón López Lomba. Porém, como Barrán e Nahum (1979, p. 147) expressam: “Ningún Censo de población se propuso jamás [...] revelar la composición social”. Ante essa dificuldade e sob a hipótese de que a composição social do Uruguai dos novecentos estava ligada (entre outras variáveis menores) ao controle da propriedade da terra e aos níveis de renda, se propõem indagar particularidades da capital Montevideu (com cerca de 30% da população nacional e a nova atividade industrial que se impunha com força). A partir desse ponto, os autores tomam um elemento pouco observado do censo de 1908, para indagar sobre os níveis de renda da população: o Censo das habitações (vivendas). Partem então do dado de que 63,80% do total das casas habitadas eram alugadas e o censo detalhava em 19 categorias os valores de aluguel (desde \$0,50 a \$250 mensais), assim como o material de construção, a presença ou não de serviços (de uso particular ou comum), até o número de banheiros, todo isso distinguido as seções judiciais (que dão-nos informação sobre os bairros). Daqui, e considerando outras variáveis, elaboram um quadro de setores sociais de acordo com os níveis de aluguéis, diferenciando um “*nível popular*”, que conformaria 54,73% da

transporte individual, foram incorporados pelos extratos superiores da população montevidéana a partir de 1905, multiplicando seu número, entre 1905 e 1916, de 100 para 4012 (passando de 0,39% a 9,76% do total dos veículos utilizados em Montevidéu). Como destacaram Barrán e Nahum (1979, p. 116), a consolidação desses meios de transporte distanciaram ainda mais o habitante da cidade daquele do meio rural:

El ritmo del primero ya no tiene puntos de contacto con el del segundo. Cuando el caballo marca el límite máximo de velocidad de ambos pobladores en el siglo XIX, la visión del mundo que les llegaba era idéntica. Ahora no. El mundo que miran es diferente porque los ojos ya no perciben lo mismo. El habitante del medio rural todavía observa y respeta el ceremonial de la naturaleza; el montevideano lo ha violado venciendo la distancia por el tranvía, el automóvil y el teléfono; haciendo fugaz el paisaje real; transformando la noche en día a través de la luz eléctrica; tornando anónimo al vecino.

O telefone, a luz elétrica, o gás foram outras das novidades que indicavam o “progresso” daquele período. (BARRÁN; NAHUM, 1979, p. 113-118). Como destacam Bassani, Richter e Vaz (2013, p. 82) estas, entre outras invenções, guardam entre si um elemento comum: “a redução de uma série de processos complexos a um simples gesto”. Citando a Benjamin, os autores afirmam que “a técnica submeteu, assim, o sistema sensorial a um treinamento de natureza complexa” (BASSANI; RICHTER; VAZ, 2013, p. 82). A utilização destas invenções requer que movimentos simples, que vão desde o acionar um botão, manusear as páginas de um folhetim, riscar um fósforo ou acender um isqueiro, até caminhar entre outras pessoas e veículos, ou circular nas galerias e ruas iluminadas à noite, sejam automatizados, quase mecanizados. Os autores, aludindo à obra de Benjamin, vão detectar nestes mecanismos a perda de determinados elementos identitários (sob os quais se forjaram uma época

---

população da capital, um “*nível médio*”, que conformaria 40,79%, e um “*nível alto*”, conformado por anos 4,48% restante da população. Os primeiros dois níveis têm ainda outras subdivisões (BARRÁN; NAHUM, 1979, p. 158). Logo depois, debruçam-se sobre as condições de vida dos setores detectados. Ainda que sujeito a equívocos, que os próprios autores advertem, este estudo é tomado para aportar a compreensão da divisão social da época.

e uma classe social, como a aristocracia), mais especificamente, “a supressão dos traços de individualidade na multidão” (BASSANI; RICHTER; VAZ, 2013, p. 81). Essa perda do rastro da individualidade, o anonimato assinalado acima por Barrán e Nahum (1979), pode-se achar na configuração dos espaços comuns na cidade. A rua, os locais de trabalho, o trem, em contraposição com o espaço íntimo e pessoal da casa, constituem-se em “espaços despessoalizados e despessoalizantes” (BASSANI; RICHTER; VAZ, 2013, p. 82). Para Benjamin, isto tem a ver, entre outros aspectos, com o emprego do aço e do vidro nas construções no espaço público (mas também, progressivamente, nas residências, como nos edifícios de apartamentos que vemos hoje em nossas cidades), materiais que “não registram os rastros e nem deixam marcas daqueles que por ali transitam” (BASSANI; RICHTER; VAZ, 2013, p. 82).

Ao tratar das mudanças das principais cidades europeias a partir do século XVIII, Sennett (2008, p. 220) dirá que, “partindo da ideia de um corpo saudável, limpo e deslocando-se com total liberdade, o desenho urbano previa uma cidade que funcionasse assim. Desde os primeiros tempos do período Barroco, o foco de planejamento fixou-se na mais eficiente circulação possível ao longo das ruas principais”. No caso de Montevideu, dois séculos depois do período descrito por Sennett, grandes obras seriam realizadas também neste sentido: ampliação de avenidas e estabelecimentos de novos espaços públicos que funcionassem como “pulmões urbanos”. No início do século XX, uma empresa francesa seria encarregada da grande obra pública do novo porto de Montevideu, iniciada em 18 de julho de 1901 e finalizada globalmente em 25 de agosto de 1909. O mesmo governo do período encaminharia outras obras importantes, como o Parque Urbano, o Palácio Legislativo e a Beira-mar. Essas e outras construções, como os novos bairros fundados a partir das propriedades privadas de terra<sup>37</sup>, empregariam grande parte da massa imigratória europeia que, pouco a pouco, ia consolidando o proletariado urbano.

A cidade ampliava-se, afastando-se do povoado colonial montevideano nas proximidades do porto. A Cidade Velha perdurava

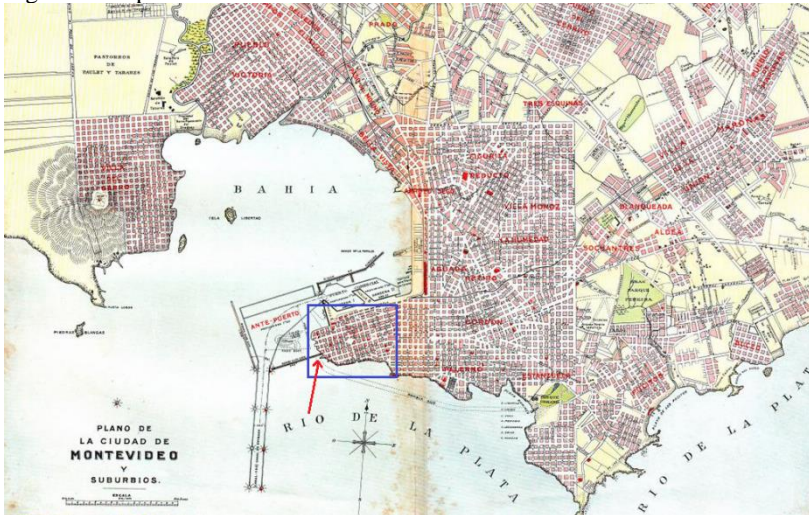
---

<sup>37</sup> A grande maioria dos bairros de Montevideu foi criada por grandes proprietários de terras que, à frente de empresas particulares, venderam terrenos a prazo para construção de casas, principalmente para imigrantes italianos e espanhóis. Dentre esses empresários, destacam-se os nomes do montevideano Francisco Piria, do argentino Florencio Escardó e do espanhol Emilio Reus (BARRIOS PINTOS, 1971).

como principal centro comercial, desde onde se projetava – no extremo oposto ao porto – a principal avenida de Montevidéu, “18 de Julio”. Cerca de setenta bairros foram fundados entre os anos de 1879 e 1915 por Francisco Piria (GONZÁLES SIERRA, 1996, p. 209), trinta novos bairros só entre 1907 e 1911 (CASTELLANOS, 1971, p. 250). A grande maioria do setor com menor renda da sociedade morava nas zonas menos urbanizadas. Em torno de 36,15% da população mais pobre ocupavam os bairros Pantanoso, Cerro, Unión, Peñarol, Colón, Maroñas e Reducto (BARRÁN; NAHUM, 1979), zonas essas onde se radicavam as grandes indústrias do país, fonte de trabalho para a maioria do setor: o “ferrocarril” (Peñarol), as “curtiembres” (Maroñas e Nuevo Paris), os saladeiros e frigoríficos (Cerro e Pantanoso).

No centro de Montevidéu – Cidade Velha e Avenida 18 de julho até a Praça “Cagancha” – morava a maioria a população mais abastada, mas que convivia nesses bairros com 25,56% da população dos extratos mais baixos, que tinham acedido a residências nessa cotizada zona da cidade, a grande maioria morando nos denominados “Conventillos”: edificações feitas com o propósito de hospedar um grande número de locatários, conformadas por muitas pequenas habitações integradas por um pátio central onde se radicavam os serviços comuns. De forma inversa acontecia nos bairros Paso Molino e Pocitos, onde a população mais pobre era maioria, mas coexistindo com as luxuosas “Casas quintas” do Prado e os “Chalets” de veraneio de “Los Pocitos”. A classe alta soube também gerar seus próprios espaços de exclusividade afastados do centro da cidade: o bairro Carrasco nasce no ano 1910 como lugar de recreio deste setor próximo da costa. Aqui seria construído, por iniciativa de empresários particulares, o grande Hotel Carrasco e seria o paisagista francês (residente em Buenos Aires), Charles Thays, quem daria a distinguida distribuição das ruas do balneário: “original, pues se aparta de la vulgaridade de los trazados” (TOMEIO, 2013, p. 152).

Figura 1. Mapa de cidade de Montevideú. Ano 1905.



Fonte: Aula 5, Faculdade de Arquitetura, s/d, p. 13. Marcado com o retângulo azul, o bairro "Ciudad Vieja", primeiro centro povoado que conta com o porto de Montevideú. Em vermelho assinala-se a "Escollera Sarandí", onde nasce a rua Sarandí e cruza-se com a rua Juan L. Cuestas (local da primeira "Plaza Vecinal de Cultura Física").

Figura 2. Fotografia aérea do bairro "Cidade Velha", vista ao Porto de Montevideú. Ano 1930.



Fonte: Centro de Fotografia de Montevideo. Em vermelho assinala-se a "Escollera Sarandí", onde nasce a rua Sarandí e cruza-se com a rua Juan L. Cuestas (local da primeira "Plaza Vecinal de Cultura Física").

Como indicam Barrán e Nahum (1979, p. 30), até a chegada do novo século, “ningún espectáculo atraía a las multitudes porque éstas estaban compuestas de familias que protagonizaban sus diversiones en las tartulias, el carnaval y la vida de barrio concentrado en sí mismo y del que muy poco se salía”. Porém, “a la diversión protagonizada por el hombre sucedió la diversión ofrecida como mercadería: el espectáculo” (BARRÁN; NAHUM, 1979, p. 119). Um outro sinal das mudanças qualitativas em relação à urbanização foi, como indicam esses autores, o habitante se tornar espectador, especialmente “del más visual de los espectáculos: el cine”. Entre 1890-1900, o principal dos espetáculos na capital foi o teatro. Os estudos estatísticos da época indicavam que, nessa década, o montevideano assistia, em média, peças teatrais de duas a três vezes por ano. Em 1910, a frequência média anual em atividades culturais aumentou para 11 vezes (das quais 7 corresponderiam ao teatro e 4 ao cinema) e, entre 1911-1912, o cinema passaria a frente do espetáculo teatral como principal atividade cultural frequentada pelos cidadãos (BARRÁN; NAHUM, 1979). Como advertia Benjamin, o cinema anunciava-se como expressão artística correspondente à nova sensibilidade gestada pelos avanços da técnica: “nele, o espectador encontrará uma forma de arte cuja essência é a sucessão rápida e brusca de imagens montadas deliberadamente, correspondendo ao *efeito de choque* ao qual ele está exposto constantemente no cotidiano” (BASSANI; RICHTER; VAZ, 2013, p. 82). Scevcenko (1998, p. 517-518) analisou os relatos e repercussões da primeira sessão de cinema no Rio de Janeiro, no dia 8 de julho de 1896, um ano depois das primeiras apresentações de imagens em movimento na Europa, com o filme *A chegada do trem na estação*, de Louis Lumière. Das admirações e meditações que mereceu esta nova técnica, o autor destaca a formulação do historiador americano Dickson, que destacaria: “a sensação de que ela [a técnica cinematográfica] comporta efeitos mágicos, a inferência de que seu advento multiplica os potenciais humanos, a consciência de que ela altera a percepção e a condição do homem comum”, em outras palavras, “o impacto da tecnologia, contemplando expectativas da sociedade, interfere, no entanto, nos projetos de cada indivíduo” (SCEVCENKO, 1998, p. 520).

Segundo o cinematógrafo e ensaísta montevideano Álvaro Sanjurjo (2008), no dia 18 de julho de 1896 teria acontecido a primeira sessão cinematográfica na cidade de Montevideu. A partir de dados oferecidos por jornais e revistas do período, Sanjurjo indica que essa

sessão aconteceu no “Salón Rouge”,<sup>38</sup> localizado no bairro “Ciudad Vieja”, gerando a estranhamento e admiração dos espectadores. Destacamos um dos fragmentos jornalísticos citados no trabalho de Sanjurjo (2008, s/p):

EL SIGLO, día martes 21 de julio de 1896.

‘Las figuras y escenas que en este aparato se ven en pequeño se destacan en proporciones casi naturales en el primero reflejándose sobre un gran lienzo blanco. Es una maravillosa linterna mágica a cuyas vistas comunica vida y movimiento la electricidad. Los ojos y el ánimo quedan absortos al contemplar los resultados obtenidos por el gran mago norteamericano. Aquello es un prodigio, es algo que despierta el orgullo del hombre al contemplar hasta donde ha llegado el poder de su inteligencia. Como es natural, las escenas se desarrollan en la oscuridad. Los rayos eléctricos enfocados en el aparato se reflejan sobre el lienzo blanco. Aparecen allí paisajes, ferrocarriles, vapores, bailes, escenas de costumbres, etc.’

Segundo a interpretação benjaminiana, uma das principais funções da arte seria auxiliar ao homem no aprendizado de essa *segunda natureza* que vai constituir a técnica, estabelecendo a possibilidade de um equilíbrio entre homem e o aparelho:

o filme serve para exercitar o homem nas novas percepções e reações exigidas por um aparelho técnico cujo papel cresce cada vez mais em sua vida cotidiana. Fazer do gigantesco aparelho técnico do nosso tempo o objeto das intervenções humanas —é essa a tarefa histórica cuja realização dá ao cinema o seu verdadeiro sentido.<sup>39</sup> (BENJAMIN, 1985, p. 174).

---

<sup>38</sup> Conhecido atualmente como “Casa de Antonio Montero” ou “Museo Romántico”, dependente da “Dirección Nacional de Cultura” do “Ministerio de Educación y Cultura”, continua localizado na rua “25 de Mayo”, entre “Zabala” e “Misiones”. (Disponível em: <[http://www.mec.gub.uy/innovaportal/v/1176/2/mecweb/museo\\_historico\\_nacional\\_-\\_casa\\_de\\_antonio\\_montero\\_museo\\_romantico?contid=310](http://www.mec.gub.uy/innovaportal/v/1176/2/mecweb/museo_historico_nacional_-_casa_de_antonio_montero_museo_romantico?contid=310)>).

<sup>39</sup> Como indicam Bassani, Richter e Vaz (2013, p. 83), da interpretação benjaminiana, “o verdadeiro sentido” do cinema radica na possibilidade do ator



A câmara do cinema também abre “um universo diferente e desconhecido do olhar” humano até então.<sup>40</sup> A partir dessa interpretação, pode-se dizer que o aparelho técnico treina, educa os sentidos e as formas de percepção, potencializando o olhar como o sentido que vai adquirir um caráter central na vida cidadina moderna.

O centro da urbe e outros bairros foram cenários de novos cafés, confeitarias e clubes, onde se desenvolviam as cotidianas “tartulias”, e alguns contavam com orquestras e outros serviam como simples pontos de encontro. Hotéis e cassinos apresentaram-se também como sítios de bailes e de espetáculos, reforçando a indústria do entretenimento que já se anunciava no século XIX (MARÍÑO, 2000). Alguns bares e cafés de Montevideu colonial adquiririam novos arquétipos modernos desde a chegada dos “Novecentos”, com a incorporação do “mostrador” e das grandes janelas que primariam a visibilidade do espaço público com a exposição às ruas.<sup>41</sup>

---

de se vingar “da alienação imposta à maioria das pessoas que, ao contrário dele, não conseguem conservar sua dignidade diante da máquina”. Como acontece na fábrica, onde o operário é “destituído de sua humanidade, ao se torna-lo um apêndice vivo de um sistema morto”: a máquina.

<sup>40</sup> Diz Benjamin (1985, p. 189), “a diferença está principalmente, no fato de que o espaço em que o homem age conscientemente é substituído por outro em que sua ação é inconsciente”. Segundo ele, a câmara permitiria a experiência do *inconsciente ótico*.

<sup>41</sup> Na interessante tese doutoral da arquiteta uruguaia Laura Fernández Quinteiro, intitulada “Arquetipos de uma identidade urbana. Cafés y bares montevideanos (1900-1960)”, publicada em 2012, investiga-se uma série de obras, desde os comércios da cidade montevideana colonial ao surgimento dos diferentes formatos de bar/café nas primeiras décadas do século XX. Nem sempre planejados por especialistas, estes espaços para o encontro humano “conformaron puertas de la ciudad en la frontera de lo público” (QUINTEIRO, 2012, p. 9), enquanto alguns priorizaram a abertura ao espaço público, outros priorizaram a proteção da intimidade, de modo que a penumbra ainda foi permitida. Se realiza a análise destas constantes compositivas até a década de 1940, momento no qual o surgimento das novas formas comerciais de escala global – *malls ou shoppings* – implantariam uma outra identidade urbana.

Figura 3. O “Gran Café y Confitería La Giralda”. Ano 1905.



Fonte: Centro de Fotografía de Montevideo. Exposición: “Bares y almacenes”, 2011. O café seria inaugurado na última década do século XIX, localizado na Avenida “18 de Julio”, próximo à “Praça Independência”. Nos primeiros anos da década de 1920 foi demolida “La Giralda”, para se construir o atual “Palacio Salvo”.

Figura 4. “Plaza Constitución” (ou “Plaza Matriz”). Ano 1910.



Fonte: Centro de Fotografía de Montevideo. Exposición “lo perdido, lo transformado, lo conservado”, 2012. Vista desde a rua Rincón. No fundo, da

esquerda à direita: o “Cabildo” de Montevidéu sobre a rua Juan Carlos Gómez, o “Grand Hotel Lanata” e o “Clube Uruguay” sobre a rua Sarandí.

Figura 5. Plaza Independencia e Avenida 18 de Julho. Ano 1916.



Fonte: Centro de Fotografia de Montevidéu. “Fotografías de Montevidéu Antiguas”, “Plaza Independencia”, 2011.

A identidade urbana mudava, empreendimentos particulares e sem planejamento geral da cidade combinavam-se com as novas projeções por parte do Estado, que tentavam antecipar e deter o avanço impulsivo dos primeiros (CAETANO, 2010). Foi no período inicial da presidência batllista que se planejaram as “vontades do setor” de refundar Montevidéu, tendo por objeto transformar o que restava do velho século XIX para dar passagem à nova cidade moderna de vocação urbana. O que Caetano (2010, p. 25) chamou “cidade batllista”, foi cenário para o desenvolvimento de uma cidadania com perfis republicanos:

la nueva Montevideo debía confirmar la centralidad de la política, expresar y a la vez habilitar un civismo activo y participativo, integrar el hábitat de los ciudadanos desde el protagonismo y la simbolización protectora del Estado. Al mismo tiempo, debía traducir del modo más concluyente la noción genérica de predominio de lo público sobre lo privado y del Estado sobre el mercado,

“monumentalizando” valores y virtudes cívicas, todo lo que debía encarnarse en grandes “templos laicos” propios de una “religión civil” que dominara en el espacio público. (CAETANO, 2010, p. 25).

Esse “embelezamento” urbano fez convergir dentro da proposta do primeiro batllismo – não sem confrontos com outros setores políticos e econômicos – os projetos de “cidade verde e integrada”, “cidade capital” e “cidade balneária” (CAETANO, 2010, p. 25), simultaneamente à promulgação de uma vasta série de regulamentações e ordenanças municipais.<sup>42</sup>

### 1.3. GOVERNAR À FORMA *BATLLISTA*: CULTURA CÍVICA

O novo século assistiu ao nascimento dos movimentos políticos modernos no Uruguai, dentre os quais o batllismo – da mão do “Partido Colorado”<sup>43</sup> – foi o mais gravitante. José Batlle y Ordóñez, montevideano

---

<sup>42</sup> As primeiras legislações urbanísticas limitando as construções a livre disposição dos particulares apareceram na primeira década do século, junto com a criação da “Sección de Embellecimiento de Pueblos y Ciudades del Ministerio de Obras Públicas”, do no ano de 1911. Realizou-se também um concurso de projetos para “el trazado general de avenidas y ubicación de edificios públicos” no mesmo ano, a partir do qual aprovou-se um plano regulador da cidade, em 1912 (Baroffio, Gianelli, Guidini). (CAETANO, 2010).

<sup>43</sup> Desde o período de independência de Uruguai, as divisas brancas e coloradas marcaram diferenças de interesses disputando o domínio no território nacional. O “Partido Colorado” predominou sobre o “Partido Nacional” como o setor governante no século XIX, porém recém com a chegada do século XX alcançou-se a centralidade do Estado sobre todo o território nacional. Ainda assim, as diferentes tendências dos governos “colorados” demonstram a diversidade radicada no mesmo setor. No século XX consolidam-se diferentes setores na interna dos partidos, com a chegada do noticioso batllismo, os “velhos colorados” distanciaram-se formando o “riverismo” em 1913. Ainda assim, o batllismo reafirmou-se como a versão colorada do moderno, permanecendo no partido e reconhecendo-se, mais que como pensamento de um homem, como “fuerza ideológica, uma tendência nacional, uma bandera militante” (EL DÍA, 1916). Nas primeiras décadas do século XX fundam-se também os denominados “Partidos de Ideas” ainda minoritários mas presentes na trama política: “Partido Socialista” (1910), “Unión Cívica” representando o ideário católico (1911) e “Partido Comunista” (1921). (BARRÁN/NAHUM, 1982).

nascido no bairro da Aguada<sup>44</sup>, onde foram radicados seus ascendentes de origem imigratória da Catalunha, foi presidente do Uruguai em dois períodos: 1903-1907 e 1911-1915. Uma vasta bibliografia encontra-se a seu respeito e do movimento político que, em meados da segunda década do século XX, se autorreconhecia como “fuerza ideológica, una tendencia nacional, una bandera militante”.<sup>45</sup> Do ponto de vista de Caetano (2011), o batllismo constitui-se no movimento político que – desde o Estado – sintetizou em linhas estruturais, que se inseriam nas últimas décadas do século XIX, a constituição de um “país modelo”, expressão que simbolizaria o país de utopias e prospecções que foi o Uruguai dos noventa. O batllismo apresenta-se, assim, como foi dito anteriormente, “más como *synetizador-proyector* que como *fundador*” (CAETANO, 2011, p. 16), destacando a especial determinação na consolidação de uma nova matriz de cidadania, caracterizada pelo acento “republicanista”, assim como a forja de uma “moral laica” alternativa à católica.

Tanto as pesquisas de Milton I. Vagner (1968) quanto as de Barrán e Nahum (1979) (1982) e Caetano (2011) insistem na ideia de que a chegada ao governo de José Batlle y Ordóñez teve uma grande particularidade. Na opinião dos setores conservadores, Batlle era associado com as guerras civis, assim como com as “tendências radicais” em matéria econômica e social. Expôs e difundiu seu pensamento em matéria política, econômica e social no seu jornal “El Día”, editado desde o ano de 1886. Destinou reiteradas colunas combatendo o militarismo de Máximo Santos,<sup>46</sup> e já à frente do governo, expôs suas ideias sobre o

---

<sup>44</sup> O bairro “La Aguada” constitui-se num centro povoado desde finais do século XVIII, sendo incorporado junto com o “Cordón” à Cidade Nova o 31 de dezembro 1861. Iniciou-se como ponto de abastecimento de água e areia ao centro da cidade comunicando-se por meio da importante diagonal Agraciada (Atual “Avenida del Libertador”). Posteriormente, desde mediados do século XIX, abasteceu de verduras e hortaliças desde a “Plaza de las Carretas”, posterior Mercado Agrícola habilitado desde 1913. Desde finais do século XIX sede de governo e o 25 de agosto de 1925 inaugurou-se o Palacio Legislativo. (BARRIOS PINTOS, 1971).

<sup>45</sup> EL DÍA, 30 de setiembre de 1916. (apud MARCHA, 1969b).

<sup>46</sup> No mesmo ano em que participa da “Revolución del Quebracho” – que a juventude universitária levantou contra Santos – Batlle denúncia e combate as ideias do militarismo também pela imprensa, debatendo com os jornais “La Situación”, “La Nación”, “El Siglo”, “La Democracia” (MARCHA, 1969a). No ano posterior, 1887, El Dia deixou de ser publicado, retomando suas atividades, agora como jornal popular, no ano de 1889, o primeiro a ser vendido na rua a “vintén” (dois centésimos).

desenvolvimento das indústrias do país – tendente a ganhar independência dos investimentos estrangeiros –, a defesa do movimento operário – especialmente em relação ao projeto de lei sobre a regulação da jornada laboral –, entre outros debates do período. Ainda que contasse com a simpatia da classe operária, ele não chegaria ao governo pelo apoio dos setores populares, os quais – de modo semelhante aos setores intermediários da população – não tinham sido consultados nas eleições da época.<sup>47</sup> A sua chegada ao governo, nos termos de Arena (apud VANGER, 1968, p. 65), “la obra más perfecta de la inteligencia, del método y de la tenacidad”, foi possibilitada pela existência de um sistema político autônomo – mas não independente – em relação às possíveis influências sociais que pudessem ter existido no período das suas ascensões ao governo. Barrán e Nahum (1979) destacam especialmente a geral desvinculação, até desinteresse, das classes conservadoras – setores da sociedade em posse do principal capital econômico do país – a respeito da vida política do país na ocasião.

Uma vez no governo – e culminada a guerra civil de 1904, gerada em confronto com o setor do Partido Nacional liderado por Aparicio Saravia –, o batllismo alcançou a unidade do Estado, regido exclusivamente pelo partido triunfante: o “Colorado”. Porém, só conseguiu insinuar alguns aspetos de seu programa,<sup>48</sup> e foi no seu segundo

---

<sup>47</sup> Não existindo a intervenção popular direita – regendo a Constituição de 1830 – Batlle foi eleito Presidente da República pelas duas câmaras do Poder Legislativo reunidas na “Asamblea General, el día primero de Marzo, por votación nominal, a pluralidad absoluta de sufragios”. Cinquenta e cinco votos de um total de oitenta e dois legisladores determinaram a maioria absoluta, conquistando a adesão dos deputados e senadores “colorados” e oito “nacionalistas” liderados por Eduardo Acevedo Diaz. (BARRÁN; NAHUM, 1979).

<sup>48</sup> Pesquisas sobre o este período defendem a ideia de que o governo de Claudio Williman (1907-1911) – ainda representando ao mesmo setor político e com o apoio de Batlle – implicou um freio às políticas econômicas e sociais insinuadas no primeiro período de governo batllista. Porém, o próprio Batlle conhecia as limitantes da conjuntura e planejava uma reeleição visando um novo cenário: “He trabajado para preparar un plan de reformas sociales, encaminadas todas a tutelar y a redimir las clases trabajadoras. [...] hasta ahora hemos tenido un Senado de buenos patriotas, pero conservadores. El nuevo Senado será, al contrario, netamente liberal y no pondrá obstáculos a las reformas. [...] Yo considero que en países como el nuestro, donde el problema de la libertad está ya resuelto, es necesario empezar a resolver los problemas sociales” (BATLLE, 1906 apud VANGER, 1968, p. 243).

período de governo, iniciado em 1911, que se concretizou o impulso reformista.

Um dos assuntos que mereceu maior confronto e debate com o batllismo foi a defesa e até incitação à “luta” – sempre no parâmetro da legalidade – do movimento operário. Tal movimento significaria para Batlle a chegada do “pueblo trabajador a la vida pública”, ou seja, fazer do povo população:<sup>49</sup>

esa enorme masa de hombres que habían creído hasta ahora que su interés consistía, y su deber, en trabajar en silencio, ajenos a toda agitación popular, en la estrecha esfera de acción en la que ejercían su oficio [...] Dejémoslos que hablen y que saquen sus cuentas, estimulémoslos a que mediten sobre sus consecuencias y deberes [...] Entonces nuestra vida política cambiará de aspecto y nuestra república merecerá el nombre de república. (EL DÍA, 9 de diciembre de 1895 apud MARCHA, 1969a, p. 52).

Substituição da guerra pela luta cívica. Como diria Foucault (2000, p. 204), uma das questões fundamentais da política e da história que atravessa tanto o século XIX quanto o XX, seria: “Cómo se puede comprender una lucha propiamente en términos civiles?”. Isto vale não só na relação entre as nações senão, e essencialmente, no espaço privilegiado do Estado.<sup>50</sup> Como no exemplo dado por Foucault (2000) sobre o problema da história para Agustín Thierry,<sup>51</sup> a guerra torna-se só

---

<sup>49</sup> Diz Foucault (2011, 64-65), “el Pueblo es el que, con respecto a ese manejo de la población, en el nivel mismo de ésta, se comporta como si no formara parte de ese sujeto-objeto colectivo que es la población, como si se situara al margen de ella y, por lo tanto, está compuesta por aquellos que, en cuanto pueblo que se niega a ser población, van a provocar el desarreglo del sistema. [...] El pueblo aparece de manera general como el elemento resistente a la regulación de la población, el elemento que trata de sustraerse al dispositivo por cuyo conducto la población existe, se mantiene y subsiste, y lo hace en un nivel óptimo”.

<sup>50</sup> A partir do século XIX e da redefinição da ideia de nação, “lo esencial de su función y su papel histórico no consistirá en ejercer sobre las otras una relación de dominación; será algo distinto: administrarse a sí misma, gestionar, gobernar, asegurar en sí la constitución y el funcionamiento de la figura y el poder estatales”. (FOUCAULT, 2000, p. 204).

<sup>51</sup> Sobre a história da burguesia em “Defender la Sociedad”, aula do dia 10 de março de 1976.

momentânea e instrumental em relação a outros enfrentamentos que não são de caráter belicoso e onde o elemento essencial de relação é o Estado.

Integrar o trabalhador à vida cívica implicaria erradicar as formas de luta, por meio do uso da força física e da violência. “Simpatizamos con las huelgas”,<sup>52</sup> continuou afirmando Batlle e, já no governo, defendeu a greve como ferramenta do setor. Na chegada ao seu segundo período, ante a grande greve operária que começou com o rubro “tranviario”, em 1911, expandindo-se até quase todos os sindicatos da indústria e do comércio,<sup>53</sup> pronunciou um discurso – desde a calçada de sua moradia - aos manifestantes operários em que disse: “Las leyes y el orden que debo observar no me permiten tomar parte activa en vuestra lucha”, e continuou promovendo em seu discurso a unidade e a organização do setor na procura do melhoramento das condições econômicas, respeitando as leis e a ordem.<sup>54</sup> A lei, que “se refiere siempre a la espada”, como potência de morte própria do saber soberano, adquire um outro lugar no marco de um poder que se centra na vida. Não se trata de uma substituição, não há desvanecimento da atividade legislativa, pelo contrário, a lei vai aparecer como instrumento jurídico, operador dos mecanismos contínuos, reguladores e corretivos da norma.<sup>55</sup> Nas palavras de Foucault (2009, p.

---

<sup>52</sup> Foram vários os artigos que dedicou a defender a greve como ferramenta de resistência do movimento obreiro sempre que seja “de manera reflexiva, com probabilidades de éxito [...] he ahí los débiles que se hacen flertes y que, después de haber implorado justicia, la exigen”. A frase citada corresponde ao início do mesmo artigo do EL DÍA, “Las últimas huelgas”, 3 de janeiro de 1896 (apud MARCHA, 1969a, p. 54)

<sup>53</sup> “La primer huelga general en el Uruguay. 23 de mayo de 1911”, assim se intitula o livro de Pascual Muñoz, publicado no ano 2011, no qual debruça-se sobre o surgimento do movimento operário uruguaio e o acontecimento aqui referido.

<sup>54</sup> EL DÍA, artigo: “El Asunto del día”, 1 de junio de 1911 (apud MARCHA, 1969a, p. 60).

<sup>55</sup> Nas sociedades modernas acha-se uma superposição entre a lei e a norma. As técnicas disciplinares surgidas a partir do final do século XVIII mostram a função complementar, mas também diferencial destas. Sobre isso, diz Castro (2014, p. 93): “A lei discrimina entre o permitido e o proibido, remete a conduta dos indivíduos a uma serie de códigos nos quais se estabelece essa diferença, e persegue separar aos não adequados ao legalmente estabelecido. A norma, em contrapartida, se move em relação a um campo de comparação no qual há maior ou menor adequação a respeito do que se considera ótimo; para estabelecer esse padrão de referência, não se serve de códigos, mas de saberes, e, finalmente não busca separar uns de outros, mas adequar, e homogeneizar, normalizar”.



137), “son las formas que tornan aceptable un poder esencialmente normalizador”.

Batlle debateu sobre o assunto das greves com outros jornais, como “La Democracia”,<sup>56</sup> radicalizando a discussão – acentuado com o tom irônico das contestações – com o jornal “El Siglo”. Especificamente discutiu com o diretor desse jornal, o advogado Juan Andrés Ramirez – no caso, exercendo a defesa das empresas “tranviarias” (empresas de transporte) implicadas no conflito de 1911 –, que se declarou opositor ao governo batllista e exigindo a dissolução da Federação Obreira.<sup>57</sup>

A excessiva mão de obra disponível com a que se inaugurou o século XX, em relação aos postos de trabalho requeridos, colaborou para que as condições laborais fossem desfavoráveis para o trabalhador: jornadas que duravam 11 ou 12 horas diárias e, dependendo da demanda e do setor, podiam chegar a até 15 horas (caso dos “tranviarios”<sup>58</sup>) diárias, salários miseráveis principalmente da mão de obra barata: mulheres e crianças, “regulamentos de trabalho” que impunham multas severas, altíssimos níveis de acidentes laborais.<sup>59</sup> Agrupamentos de trabalhadores de certa estabilidade e boa organização – como os da construção – obtiveram, mediante greves, jornada de trabalho de oito horas. Porém, foi preciso garantir – ao menos legalmente – este fato para os diferentes setores da indústria e o comércio. Em 21 de dezembro de 1906, José Batlle y Ordóñez apresentou um projeto de lei objetivando normalizar e regular as condições laborais, anunciado como “proyecto obrero”, por responder aos interesses da classe operária. Nele justificava-se o regime horário de 8 horas diárias de trabalho e o descanso semanal para o trabalhador, limitava-se o trabalho infantil (proibindo-o aos menores de 13 anos e limitando-o até os 18) e garantia-se o direito a um mês de licença sem

---

<sup>56</sup> EL DÍA, destacando entre outros os artigos: “Las huelgas”, 9 de junho de 1905; “Los Agitadores”, 19 de junho de 1905. (apud MARCHA, 1969a, p. 54-57).

<sup>57</sup> Destacam-se os seguintes artigos do jornal “El Día”, do ano 1911: “La huelga”, 15 de maio, “El ratón dentro del queso”, 19 de maio, “Pidiendo sangre”, 27 de maio, “Explicación”, 27 de maio, “Entretenimiento”, 31 de maio, “Resonancias...”, 3 de junho (apud MARCHA, 1969a, p. 59-62).

<sup>58</sup> Pascual Muñoz, 2011.

<sup>59</sup> Esses dados foram extraídos da pesquisa de Barrán e Nahum (1979), na qual analisam em detalhe as condições laborais na indústria em Montevideu no início do século XX. Apoiam seu estudo na análise da “encuesta de 1908 de la Unión Industrial Uruguaya”, na qual declaram proprietários e empregados dos diversos setores industriais sobre as condições de trabalho. No capítulo III: “Las clases populares” (BARRÁN; NAHUM, 1979, p.164-199).

salário por maternidade. Na argumentação do projeto, José Batlle y Ordóñez expunha:

Hay que reconocer al obrero, y, en general, a todos los hombres de trabajo, miembros y factores importantes de una sociedad civilizada, el derecho a la vida de la civilización, a la vida del sentimiento, de las afectaciones, de la familia, de la sociedad y, por lo tanto, el derecho de disponer del tiempo indispensable para participar de esos bienes. Cuando hayan destinado a la alimentación y al reposo de su organismo el tiempo necesario, todavía deben disponer de alguno más para hablar con sus amigos, para armonizar ideas con sus esposas, para conocer y acariciar a sus hijos y para extender su cultura moral e intelectual. (BATLLE Y ORDÓÑEZ, 1906 apud VANGER, 1968, p. 244).

Tanto a lei de regulação da jornada laboral quanto o conjunto de novas legislações impulsionadas no período batllista estabeleceriam o *valor da vida* por sobre todas as coisas. O exemplo extremo e explícito do antedito seria a lei de abolição da pena de morte proposta por Batlle e decretada por Williman em 1907. Como indica Castro (2014, p. 87), “para além das aparências, não são as ideais ou sentimentos humanistas os que explicam essa mudança”. “¿Cómo puede un poder ejercer en el acto de matar sus más altas prerrogativas, si su papel mayor es asegurar, reforzar, sostener, multiplicar la vida y ponerla en orden?”<sup>60</sup> Ou, ainda:

La vida, pues, mucho más que el derecho, se volvió entonces la apuesta de las luchas políticas, incluso si estas se formularon a través de afirmaciones de derecho. El “derecho” a la vida, al cuerpo, a la salud, a la felicidad, a la satisfacción de las necesidades; el “derecho”, más allá de todas las opresiones o “alienaciones”, a encontrar lo que uno

---

<sup>60</sup> Diz Foucault (2009, p. 130): “desde que el poder asumió como función administrar la vida, no fue el nacimiento de sentimientos humanitarios lo que hizo cada vez más difícil la aplicación de la pena de muerte, sino la razón de ser del poder y la lógica de su ejercicio. ¿Cómo puede un poder ejercer en el acto de matar sus más altas prerrogativas, si su papel mayor es asegurar, reforzar, sostener, multiplicar la vida y ponerla en orden?”

es y todo lo que uno puede ser. (FOUCAULT, 2009, p. 137).

Além das argumentações expostas, centradas no direito à vida do trabalhador e na necessidade de que os que produziam fossem – além de produtores – “cidadãos”, alegava-se em resposta aos opositores da unificação da jornada laboral que a nova lei não teria implicações prejudiciais nas atividades produtivas, senão o contrário:

no se ha probado todavía que en el Uruguay los obreros producen menos ahora, con ocho horas de trabajo que antes con diez. Se podría probar lo contrario. [...] pues la jornada de ocho horas, precipitaría la evolución del trabajo en su sentido histórico: a saber: eliminar, dentro del horario adoptado, las horas muertas, en que el obrero o el empleado no producen, y concretar en las ocho horas toda su actividad. Todo el tiempo perdido por esos trabajadores sería, así, aprovechado (EL DÍA apud MARCHA, 1969, p. 64).<sup>61</sup>

O tempo social, tempo cronológico, unificado, estandardizado e quantificado, que caracterizara Benjamin (2011), torna-se objeto de governo, manipulável, produzível, sob a bandeira do progresso. A partir da fragmentação e organização da dimensão temporal, a vida do trabalhador seria administrada e inserida inteiramente em parâmetros de produtividade: oito horas destinadas ao trabalho, oito de descanso e restantes oito de recreação e estudo, compondo o que se chamou na ocasião de “o ideal das três oito”. (GONZÁLES SIERRA, 1996, p. 202). O projeto era inovador em relação ao contexto regional (Brasil e Argentina) e pretendia-se adiantar as problemáticas conhecidas dos países avançados da Europa. Isto era assinalado e criticado pelas Câmaras e foi argumentado na exposição de Batlle:

Nuestra República debe aprovechar estos tiempos de formación que corren para ella, en que es fácil corregir vicios y defectos incipientes, así como implantar instituciones nuevas, y prepararse para ocupar puesto distinguido entre las naciones civilizadas, no por la prepotencia de la fuerza, a la que no debe ni tampoco podría aspirar por la

---

<sup>61</sup> Artigo: “Las ocho horas: por qué no se debe trabajar más”, 7 de maio de 1912.

pequeñez de su territorio, sino por lo racional y avanzado de sus leyes, por su amplio espíritu de justicia, y por el vigor físico, moral e intelectual de sus hijos. (BATLLE Y ORDÓÑEZ, 1906 apud VANGER, 1968, p. 244).

A condição de “povo novo”<sup>62</sup> não seria uma desvantagem, senão exatamente o contrário, ao se tratar de um poder que age na forma de “prevenção, correção e produção”. O espaço e o tempo de trabalho se aderem à dinâmica institucional moderna de retenção do indivíduo, mas não na intenção da exclusão, senão de sequestro, com uma dupla função. Primeiro, “sujeitar o tempo da vida ao tempo da produção [...]. Inclusive quando se trata da função da diversão e do descanso”, e, em segundo lugar, “exercem uma função de controle que não coincide com a institucionalmente estabelecida [...]. exercem um controle indireto sobre a existência, em particular a propósito do corpo, da sexualidade e das relações interpessoais. [...] Produzem o social no sentido do normal” (CASTRO, 2014, p. 94).

A lei tenderia a otimizar a relação entre a população e a produção, produzindo, como consequência, uma cultura do trabalho. Domingo Arena<sup>63</sup> argumentou no Senado:

aun suponiendo que nuestra ley, en algunos casos, trajera aparejada alguna disminución en los salarios, yo la daría en estos momentos por bienvenida; porque es verdad que hay crisis en la industria; pero donde la crisis es real es entre los hombres de trabajo; donde la crisis se siente realmente es entre los que no tienen donde emplear sus brazos para ganar con qué comer y dar de comer a los suyos.

---

<sup>62</sup> A exposição de Batlle continuava: “El hecho de que una reforma no se haya todavía realizado en otro país o no sea generalmente aceptada, alegado con frecuencia en el seno de V. H. para rechazar ideas avanzadas, no debe ser invocado sino con mucha parsimonia, pues nuestra condición de pueblo nuevo nos permite realizar ideales de gobierno y organización social, que en otros países de vieja organización no podrían hacerse efectivos sin vencer enormes y tenaces resistencias”. (BATLLE Y ORDÓÑEZ, 1906 apud VANGER, 1968, p. 244-245).

<sup>63</sup> Domingo Arena (1870-1939) nasceu na Itália e radicou-se com a sua família desde criança no Uruguai. Advogado, jornalista e político reconhecido do setor *batllista*, trabalhou no jornal “El Día”, onde se tornou colaborador direto e amigo de José Batlle e Ordóñez. (VANGER, 1968).

Pues bien; en esta situación la reforma del horario siempre tendrá como consecuencia inmediata una demanda mayor de brazos. Consecuencia: que comerán algunos un poco menos, pero comerán lo suficiente muchos más...! (DOMINGO ARENA, 1915 apud BARRÁN; NAHUM, 1979, p. 45).

A nova legislação da jornada laboral, catalogada como “grandioso experimento”<sup>64</sup> aos olhos das nações vizinhas, foi aprovada no final do segundo período presidencial de Batlle, em 17 de novembro de 1915, entrando em vigor seis meses depois de sua sanção.<sup>65</sup> Ainda assim, não faltaram críticas à nova lei que limitava o horário dos indivíduos nos locais de trabalho. O tempo que ficava além da jornada abria-se como possibilidade, mas, ao mesmo tempo, como risco frente aos perigos sociais. Em uma publicação católica do jornal “Tribuna Popular” do ano 1923 indicava-se:

‘o ideal das três oito ficou reduzido a mera fórmula; os obreiros, na generalidade dos casos, as 8 horas destinadas ao esparecimento intelectual e espiritual passam nas tabernas, cafés e tugúrios, dedicados ao vício sob diversos aspectos, alcoolismo, jogo e prostituição’. (GONZÁLES SIERRA, 1996, p. 202).

Liberdade/segurança do indivíduo e da sociedade entram no arbítrio do Estado. Como indica Foucault (2008, p. 90),

O liberalismo se insere num mecanismo em que terá, a cada instante, de arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno da noção de perigo. No fundo, se de um lado [...] O liberalismo é uma arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses, ele não pode – e é esse o reverso da medalha –, ele não pode

---

<sup>64</sup> Palavras a respeito da lei de oito horas do Uruguai do Dr. Juan B. Bustó, líder socialista argentino, no discurso das celebrações do dia 1 de maio de 1916, em Buenos Aires, Argentina, presente no artigo do jornal “El Día”, “Conceptos ajenos. La jornada de ocho horas”, 6 de maio de 1916. (MARCHA, 1969a, p. 67-68).

<sup>65</sup> O projeto final legislou a jornada diária máxima de 8 horas e a carga de trabalho semanal de um máximo de 48 horas a cada seis dias de labor. (URUGUAI, 1915).

manipular os interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade, do jogo segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos aos perigos.

Na medida que se estabelece a regulação da jornada máxima de trabalho diário um tempo excedente, de não trabalho, configura-se como realidade. Habilita-se um novo âmbito de intervenções possíveis e necessárias: uma nova esfera do tempo social que, por meio de velhos e novos mecanismos, será preciso regular, promover, produzir.

## CAPÍTULO 2 – GOVERNAR O CORPO DO INDIVÍDUO E DA POPULAÇÃO

El control de la sociedad sobre los individuos no se opera simplemente por la conciencia o por la ideología sino que se ejerce en el cuerpo, con el cuerpo. Para la sociedad capitalista lo importante era lo biológico, lo somático, lo corporal antes que nada. El cuerpo es una realidad biopolítica.<sup>66</sup> (FOUCAULT, 1977, p. 5).

A nova forma de governar, própria dos Estados modernos, instaura uma preocupação política pela vida sem precedentes anteriores. Trata-se do “biopoder” que “se despliega en dos direcciones: al cuerpo y a la población. A través del doble juego de las tecnologías de la disciplina y las tecnologías de regulación” (FOUCAULT, 2000, p. 204-205). De acordo com Castro (2011, p. 16), a noção de biopolítica não é uma categoria fácil de circunscrever, mesmo quando é abordada desde um mesmo referencial teórico:<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> Foucault diz ainda que “la medicina es una estrategia biopolítica [...]. La medicina no estaba interesada en el cuerpo del proletario, en el cuerpo humano, como instrumento laboral. No fue hasta la segunda mitad del siglo XIX cuando se planteó el problema del cuerpo, de la salud y del nivel de la fuerza productiva de los individuos”. (FOUCAULT, 1977, p. 5).

<sup>67</sup> Este é um elemento importante para compreender a obra de Foucault. Os diferentes escritos, aulas, conferências que reúnem, o que se conhece como “obra” deste autor, não deveriam ser lindos como um conjunto, linear e homogêneo. Apesar da tendência de procurarmos as continuidades na leitura, nem sempre elas aparecem, deixando lacunas nesta tentativa de utilizar conceitos presentes na obra de Foucault como ferramentas para o pensamento. Castro (2011) vai se ocupar justamente de analisar em detalhe a obra de Foucault, integrando estes movimentos próprios dos conceitos do filósofo francês na sua interpretação. Para compreender o conceito ambivalente “biopolítica”, Castro (2011) vai procurar os sentidos deste termo antes e depois de Foucault, viajando desde Rudolf Kjellén (o criador do termo) até a sua recepção italiana nos trabalhos de Giorgio Agamben e Roberto Espósito. Na linha de pensamento deste último, o conceito de biopolítica na obra de Foucault admite duas interpretações, diz Castro (2011, p. 156): “en uno de ellos, la biopolítica es una articulación interna de la soberanía y, en el otro, la soberanía es sólo una máscara formal de la biopolítica”. Essa ideia é esclarecida com as palavras de Espósito: “el modelo biopolítico lleva dentro la espada afilada de un poder soberano que, al mismo tiempo, la atraviesa y la sobrepasa. Si se considera el Estado nazi, se puede decir

Para Foucault la biopolítica remite al modo en que la vida biológica de la población en su conjunto se ha convertido en objeto de administración y gobierno mediante los mecanismos de normalización que, como se ocupó de mostrar, no funcionan del mismo modo que los dispositivos jurídicos de la ley. (CASTRO, 2011, p. 16).<sup>68</sup>

Seguindo as leituras que nos oferece Castro (2011) para pensar o conceito de biopolítica na obra de Foucault, o corpo torna-se “realidade biopolítica” na medida que se constitui no lugar de encontro entre a política e a vida:

El cuerpo es, en efecto, el lugar donde se conjuga el individuo y la especie. Con la biopolítica, con el gobierno del cuerpo individual y de la población, la metáfora del cuerpo se corporifica: el cuerpo deja de ser una metáfora jurídico-política y se convierte en una realidad biológica y un campo de intervención. [...] El gobierno es gobierno de la vida biológica. (CASTRO, 2011, p. 155).

---

indiferentemente, como lo hace precisamente Foucault, que ha sido el viejo poder soberano el que sirvió del racismo biológico que había surgido inicialmente contra él o, al contrario, que el nuevo poder biopolítico hizo uso del derecho soberano de muerte para dar vida al racismo de Estado”. (ESPÓSITO, 2004 apud CASTRO, 2011, p. 157).

<sup>68</sup> Foucault vai distinguir a função da norma como mecanismo de disciplina do seu funcionamento na dinâmica do biopoder. No caso da disciplina, vai utilizar o termo “normación” para explicar o caráter primário e fundamental de ajuste ao modelo ótimo que é a norma (FOUCAULT, 2011, p. 75). Para o caso da biopolítica, vai explicar que “Ahora, al contrario, habrá un señalamiento de lo normal y lo anormal, un señalamiento de las diferentes curvas de normalidad, y la operación de normalización consistirá en hacer interactuar esas diferentes atribuciones de normalidad y procurar que las más desfavorables se asimilen a las más favorables. [...] parte de lo normal y se vale de ciertas distribuciones consideradas, para decirlo de alguna manera, como más normales o, en todo caso, más favorables que otras. Y esas distribuciones servirán de norma. La norma es un juego dentro de las normalidades diferenciales. Lo normal es lo primero y la norma se deduce de ello, o se fija y cumple su papel operativo a partir del estudio de las normalidades. Por consiguiente, [...] ya no se trata de una normación sino más bien, o en sentido estricto, de una normalización. (FOUCAULT, 2011, 84).



Especificamente em relação às formas de intervenção sobre o corpo, podemos dizer que “proyecto civilizador-cultural actúa sobre la vida material corporal, sobre la vida orgánica propiamente dicha. Al establecer las formas de una pedagogía que atañe tanto a la moral, las costumbres, como al gesto e incluso al propio organismo en sus aspectos anátomo-fisiológicos” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 30). Se bem que isto não representa uma novidade do século XIX, mas é nesse momento que se aprofunda, refina e sistematiza um conjunto de saberes e práticas de intervenção e produção do corpo civilizado. Desse modo, pode-se situar o surgimento da “Comisión Nacional de Educación Física”, no marco do segundo período de presidencia batllista, em relação à “emergencia del cuerpo como objeto de preocupaciones políticas y pedagógicas que suponen la delimitación de una intervención específica: la educación del cuerpo” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 17).

## 2.1. A *COMISIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA*: “EN GUERRA CONTRA LA DECADENCIA, LOS VICIOS Y LA DEGENERACIÓN”

No dia 7 de julho de 1906, o Poder Executivo (PE) enviou à Assembleia Geral o projeto de lei criando os jogos atléticos anuais e estabelecendo o montante de 50.000 pesos destinados à premiação dos vencedores em tais jogos. A nota firmada por José Batlle y Ordóñez e Claudio Williman sustentava a proposta da seguinte forma:

Tiende este proyecto a fomentar en los habitantes del país el gusto y la pasión por los ejercicios físicos que hacen a las razas más sanas y más fuertes. Nuestra acción en ese sentido ha sido casi nula hasta el presente, y en cambio hemos invertido e invertimos sumas ingentes en la educación mental de la juventud y de la infancia por medio de las escuelas y universidades.

Desconocemos, al proceder así que existen para las razas dos medios esenciales de superioridad, uno fisiológico y otro mental, pero que ante todo es preciso que una raza sea físico-orgánicamente fuerte. Todas las selecciones del espíritu, dice Alfredo Fouillé, no valen para un pueblo lo que el vigor, la salud, y por consecuencia la fecundidad. En lo que concierne al pueblo, agrega, una personalidad rica de conocimientos numerosos

pero con una mala constitución física, es de poco valor, porque los descendientes morirán faltos de salud, en una o en dos generaciones. A la inversa, una bella y robusta constitución aunque no sea acompañada de ningún talento, merece ser conservada, porque en las generaciones que vendrán, la inteligencia podrá desenvolverse indefinidamente.

Nuestro país parece olvidar la parte de verdad que encierran esas afirmaciones. Si se destaca por los sistemas de enseñanza que rigen en sus escuelas y universidades, deja que arrastren una vida lánguida en los gimnasios y centros atléticos que solo se mantienen gracias al esfuerzo de algunos obstinados. Los ejercicios físicos, los distintos deportes no son practicados con la frecuencia y la generalidad que los hacen benéficos y que permiten que tengan verdadera influencia en la vida del pueblo, en sus triunfos, hasta en su aspecto. (CNEF, 1949, p. 3).<sup>69</sup>

De acordo com Dogliotti (2013), os exercícios físicos forneceriam diretamente os fins eugênicos, ficando a cargo da fisiologia, em contraposição ao aspecto mental – “dos medios esenciales de superioridad”. Já que, como lemos acima, sendo o primeiro aspecto “el punto de partida sobre el que se edificará el segundo”, só “una bella y robusta constitución aunque no sea acompañada de ningún talento, merece ser conservada”. Assim, a Educação Física seria um dos mecanismos de combate contra a degeneração, através da preservação anátomo-fisiológica dos indivíduos. Mas, também, apresentava-se como um dos dispositivos para o aperfeiçoamento – e uniformização – “das raças”. O desenho moderno implicou no Uruguai o impulso de um projeto de cidadão caracterizado por uma marca igualitária, tanto quanto homogeneizante. “Las dos caras del modelo ciudadano ‘hiperintegrador’ podían resultar así tan contrastantes: disciplinamiento, homogeneidad y hasta racismo por un lado; el más amplio de los humanismos y de los cosmopolitanismos por el otro. Integración generosa pero con el costo de la sanción a la diferencia” (CAETANO, 2011, p. 35). O poder sobre a vida tem a sua contraface, o poder soberano de morte, que, ao contrário de desaparecer, constitui-se num complemento do primeiro:

---

<sup>69</sup> Nota que acompanhava o projeto de lei do PE do dia 7 de julho de 1906, transcrita no “Plan de Acción” da CNEF, 1949.

Esa muerte, que se fundaba en el derecho del soberano a defenderse, o a exigir ser defendido, apareció como el simple envés del derecho que posee el cuerpo social de asegurar su vida, mantenerla y desarrollarla [...] Ese formidable poder de muerte [...] parece ahora como el complemento de un poder que se ejerce positivamente sobre la vida, que procura administrarla, aumentarla, multiplicarla, ejercer sobre ella controles precisos y regulaciones generales. (FOUCAULT, 2009, p. 129).

Seria possível matar legitimamente a quem representa uma espécie de perigo biológico para a sociedade (FOUCAULT, 2009). A partir dos estudos sobre os mecanismos de poder biopolíticos, Foucault vai analisar a noção de guerra articulada com a noção de raça biológica.<sup>70</sup> Nos termos de Castro (2014, p. 105), Foucault move-se na direção de uma “genealogia do discurso de guerra de raças para mostrar como o conceito de raça, não tem nem original nem necessariamente um sentido biológico”. Neste percurso, irá se deter nas “múltiplas transformações” que adquiriu este discurso. Desde o século XVII até a Revolução Francesa, vai reger a ideia de uma sociedade dividida de forma binária, os mecanismos de guerra social achariam a sua matriz na existência de duas raças contrapostas (FOUCAULT, 2008, p. 64). Após, e sobretudo a partir do século XIX, esta teoria de guerra de raças adquire duas transições. A primeira em relação ao nascimento da teoria das raças em um sentido histórico-biológico, e a segunda como teoria da guerra social, se definindo como luta de classe. O desenvolvimento do racismo biológico social vai instalar, sobre a velha ideia de uma sociedade binária,

---

<sup>70</sup> No referido curso “Em defesa da sociedade”, Foucault vai fazer um percurso na história do discurso da luta e da guerra de raças, a partir do século XVIII até o surgimento do racismo de Estado no princípio do século XX. Diz Foucault (2008, p. 31): “Querría tratar de ver en qué medida el esquema binario de la guerra, de la lucha, del enfrentamiento de las fuerzas, puede identificarse efectivamente como el fondo de la sociedad civil, a la vez principio y motor del ejercicio del poder político [...] ¿El poder es sencillamente una guerra proseguida por otros medios que las guerras o las batallas?”. Foucault vai chegar a estas perguntas a partir da inversão da proposição de Clausewitz, a qual estabelece que “la guerra no es más que la continuación de la política por otros medios”. A inversão deste aforismo, objeto problematizado no curso, diria que “a política no es más que la continuación de la guerra por otros medios”. (FOUCAULT, 2008, p. 28).

“o desdoblamiento de uma única raza em uma superraza e uma subraza”. O novo discurso vai ser: “Tenemos que defender la sociedad contra todos los peligros biológicos de esta outra raza, de esa subraza, de esta contraraza que, a disgusto, estamos construyendo” (FOUCAULT, 2008, p. 65-66). Este vai ser o surgimento do racismo de Estado:

Un racismo que una sociedad va a ejercer sobre sí misma, sobre sus propios elementos, sobre sus propios productos un racismo interno, el de la purificación permanente, que será una de las dimensiones fundamentales de la normalización social (FOUCAULT, 2008, p. 66).<sup>71</sup>

A nota que argumentava a lei de criação dos jogos atléticos anuais, anteriormente referida, continuava da seguinte forma:

Un escritor que había residido largo tiempo en Londres decía que a su regreso a Francia la multitud le había parecido menos bella que la multitud inglesa. Allá, agrega, el hombre es esbelto, fino, de una real elegancia, y esa superioridad parece responder a dos causas: alimentación más racional y práctica diaria de deportes.

Estimulemos, pues, los deportes, recordando que influyen eficazmente en la mayor salud del pueblo y son, además, una escuela insustituible de voluntad y de ánimo.

Tiene fe profunda el PE y cifra sus más vivas esperanzas en el éxito de esta iniciativa que tiende

---

<sup>71</sup> Na tese de Richter (2013) se aprofunda sobre esta questão a partir das obras de Foucault e dos trabalhos de Castro. Nesse sentido, a autora dirá, em complemento ao que foi dito até aqui, que “essa recodificação do tema da luta de raças como luta de classe e racismo de Estado encontram-se, segundo Foucault, na base do nazismo e do stalinismo que eclodem no século XX e que legitimam o Estado não mais pelas vias da soberania jurídico-filosófica, mas pela sua função de defesa, de purificação e aprimoramento da raça. O poder soberano de punir ou de expor seus súditos à morte converte-se em poder biopolítico de luta pela vida que se ordena pela norma. E o direito de matar se tornará aceitável na medida em que eliminar (ou isolar os anormais) a raça ruim, ou as impurezas no interior do Estado, deixará a vida em geral mais sadia, livre de perigos biológicos (CASTRO, 2004). A guerra, como conflito biológico torna-se necessária para organizar, cultivar e proteger a vida.” (RICHTER, 2013, p. 35).

a reaccionar contra el abandono suicida, y espera que, si se adopta, nuestras multitudes presentarán dentro de varios años el aspecto sano y armonioso que el escritor francés descubriría en las multitudes británicas. (CNEF, 1949, p. 4).

A superioridade dos ingleses<sup>72</sup> não se devia estritamente a aspetos étnico-raciais que os colocassem em posição de superioridade frente a outros povos, como os franceses, por exemplo. A superioridade deles tinha seu correlato nos hábitos saudáveis: “alimentação racional” e “prática diária de esportes”. A prática esportiva teria efeitos diretos na “saúde”, na “vontade” e o “ânimo” do “povo” do amanhã: higiene e moral da população. O futuro estava em jogo e este projeto pretendia salvar à sociedade contra sua degeneração. Como explica Castro (2012), a degeneração seria uma primeira forma de racismo biologista que aparece no século XIX: “El racismo no ha sido, primeramente, una ideología política. Ha sido una ideología científica que circulaba por todas partes, tanto en Morel como en los otros [exponentes de la teoría de la degeneración]. Y su utilización política ha sido llevada a cabo por los socialistas, por la gente de izquierda, antes que por la gente de derecha” (FOUCAULT apud CASTRO, 2012, p. 460)<sup>73</sup>. Nas primeiras décadas do século XX, em Montevideu, esta “guerra” voltava-se a uma causa de luta comum, sendo a educação física uma das vias de combate. A citação a seguir, extraída de uma revista publicada em 1914 pela “Sociedad de gimnasia y esgrima *L’Avenir*”,<sup>74</sup> é bastante ilustrativa neste sentido:

El número de instituciones atléticas aumenta incesantemente en nuestro país. *L’Avenir* no ve competidores en ellas, sino aliados en guerra contra la decadencia, los vicios y la degeneración. *L’Avenir* prestará gustosa su concurso para la

---

<sup>72</sup> Acha-se um discurso similar em relação à superioridade dos ingleses nas últimas décadas do século XIX por parte de José Pedro Varela, um dos mais influentes intelectuais uruguaios daquele período. Este assunto foi abordado em Dogliotti (2014).

<sup>73</sup> O campo da psiquiatria tem um importante desenvolvimento no Uruguai desde meados do século XIX, recebendo a forte influência da Teoria da Degeneração de Morel. Este assunto é abordado nos trabalhos de Nicolás Duffau Soto, pesquisador do “Instituto de Historia” da “Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación” da UdelaR (Montevideu- Uruguai).

<sup>74</sup> Informação sobre esta instituição apresenta-se na seguinte seção.

fundación de sociedades análogas en el interior, y su ideal sería –hoy quizás aún utópico- de que en toda localidad de nuestro país, hasta en la más insignificante y apartada, existiera una asociación de cultura física.

[...] *Así formaríamos una raza fuerte, viril y sana. Así haríamos Patria.*

¿Será este bello proyecto algún día realidad? De cualquier manera, L’Avenir trabaja y seguirá trabajando sin desmayo por el mejoramiento de nuestra raza, y por consiguiente, por el engrandecimiento de nuestra Patria. (L’AVENIR, 1914, p. 6).

O projeto de lei de criação dos jogos atléticos anuais continuaria em discussão e no dia 13 de novembro do mesmo ano (1906), a “Comisión de Fomento de la Honorable Cámara de Representantes” apresentaria um informe – elaborado pelo Ministro de Instrução Pública, Dr. Antonio Cabral – aceitando a ideia geral do projeto, introduzindo, no entanto, algumas alterações. Foi proposto que o orçamento de 50.000 pesos indicado fosse destinado, além de para as premiações, para o “fomento da educación física y en la instalación de plazas de juegos populares, establecimiento de baños públicos y todas las otras mejoras que responden al mismo fin”,<sup>75</sup> ou seja, defender e maximizar a vida. Na sequência do informe, o Dr. Antonio Cabral esclareceu:

vuestra Comisión se inspira en las conclusiones unánimemente aceptadas hoy por los higienistas y los pedagogos: la tendencia de la educación física no debe ser la de formar atletas ni individuos excepcionalmente dotados sino, y con especialidad, la de elevar el nivel medio de la capacidad y la resistencia física general.<sup>76</sup>

A reelaboração do projeto de lei determinava, junto à instituição dos jogos atléticos anuais – destinados a “todos los habitantes del país, no profesionales” –, a criação da “Comisión Nacional de Educación Física”, regida pela superintendência do PE e de caráter honorário. O projeto não

---

<sup>75</sup> Informe da “Comisión de Fomento” de 13 de noviembre de 1906, transcrito no “Plan de Acción” da CNEF, 1949.

<sup>76</sup> Informe da “Comisión de Fomento” de 13 de noviembre de 1906, transcrito no “Plan de Acción” da CNEF, 1949.

foi sancionado até o ano de 1911 – no segundo período de governo batllista –, sendo promulgada a Lei Nº 3.789, de 7 de julho daquele ano. A lei prescrevia que a nova comissão encarregada da “cultura física” do país<sup>77</sup> fosse integrada pelo reitor da Universidade, o inspetor nacional de Instrução Pública, o presidente do Conselho Nacional de Higiene e o Diretor da Academia Militar. Além desses membros “ex officio”, o PE nomearia “pessoas de competência” até completar os 11 integrantes previstos na legislação.

Os “competentes” para se encarregar da cultura física, além dos representantes das instituições de ensino, educação e saúde pública e militar, seriam pessoas principalmente vinculadas a instituições esportivas e de cultura física do país.<sup>78</sup> O primeiro da lista, Juan Arturo Smith – ex-dirigente do Partido Nacional censurado após apoiar a candidatura de Batlle y Ordóñez à presidência em 1903 e que tinha fundado, junto com Batlle, a “Sociedad de Tiro y Gimnasio Montevideano”, em 1887 (GUTIÉRREZ, 1991) –, seria eleito por unanimidade como primeiro presidente da CNEF durante a primeira sessão. Exerceria o cargo até a sessão do dia 23 de dezembro de 1914,

---

<sup>77</sup> A CNEF – segundo o artigo 6º da referida Lei – destinava-se para os seguintes fins: “Organizar todo lo referente a los concursos anuales en la República. La formación de asociaciones de cultura física racional. Relacionar las asociaciones nacionales existentes, entre sí y con las extranjeras, unificando la acción y los métodos. Publicar revistas especiales y libros de propaganda popular. Fomentar la fundación de plazas de juegos, gimnasios, baños públicos y *stands* de tiro. Recabar de las autoridades, de las corporaciones y de los particulares, asignaciones de fondos, donativos y otros recursos para impulsar la cultura física en el país. Organizar conferencias públicas en los establecimientos nacionales para los padres de familias, sobre higiene infantil. Combatir las causas de deterioro físico, en la infancia y juventud, de todas las clases sociales. Proyectar un plan racional de educación física obligatoria en las escuelas de instrucción primaria y en los establecimientos de instrucción secundaria.” (URUGUAI, 1911).

<sup>78</sup> No dia 7 de agosto do ano 1911 reunia-se pela primeira vez a CNEF no “Círculo de Armas”. Além dos quatro membros “ex officio”, o PE nomearia a Juan A. Smith, Rodolfo de Arteaga (Presidente da “Liga Uruguay de Football”), Pedro Towers (Presidente da “Asociación Cristiana de Jóvenes” de Montevideu), Hector R. Gómez (Presidente do “Círculo de Armas”), Manuel Aubriot (Presidente do “Montevideo Rowing Club Uruguay”), Carlos Sturzenegger e José María Zamora (Presidente do “Touring Club Uruguayo”). (CNEF, 1911, p. 1). Os membros da CNEF seriam nomeados a cada dois anos pelo PE (podendo ser reeleitos), inaugurando novo período e redistribuindo os cargos internos da Comissão.

quando se aceita a sua renúncia, porém já não figurava nas atas desde outubro de 1913. Juntamente com a eleição do presidente, foram designados vice-presidente, secretário, tesoureiro e contador. Os secretários – Zamora durante o primeiro período, que vai até 7 de julho de 1913<sup>79</sup> – seriam responsáveis pelo registro das atas que, até a sessão de 19 de março de 1915, seriam escritas manualmente.<sup>80</sup>

A CNEF se reunia semanalmente, previa convocatória do secretário, com o quórum mínimo de funcionamento e tomada de resoluções de cinco integrantes. Geralmente as sessões ordinárias tinham duração entre uma hora e uma hora e meia, podendo chegar até duas horas e meia de acordo com os assuntos presentes na ordem do dia. Também eram convocadas sessões extraordinárias quando um tema requeria especial atenção ou atrasava-se na agenda. O trabalho da comissão se organizava a partir de informes pré-elaborados tanto pelos membros da CNEF quanto pelas “comissões delegadas”: “Comisión jurídica”, “Comisión de fomento y propaganda”, “Comisión de recursos”, “Comisión técnica” e “Comisión de Relaciones Exteriores” (CNEF, 1911, p. 6). Os assuntos eram apresentados mediante uma exposição e posteriormente eram debatidos quando correspondia. Assim, as atas têm uma extensão variável entre uma ou duas páginas, até 12 ou mais quando se transcreviam esses informes e discussões. Os diferentes temas abordados pela CNEF eram incorporados pela consideração de seus integrantes. Uma vez apresentados os assuntos pelos próprios membros ou por correspondência, geralmente institucional, avaliava-se a resolução imediata ou a sua incorporação na ordem do dia.

Nas primeiras sessões, a CNEF se ocupou de circunscrever o seu âmbito de atuação, definindo prioridades respeito aos fins preestabelecidos pela lei. É possível perceber nas atas dos primeiros anos um grande protagonismo do presidente da Comissão, Juan Arturo Smith, apresentando a maioria dos informes que estabeleceram a agenda de trabalho da CNEF, mas não sem confrontos e disputas. Porém, pode-se observar que o lugar da palavra começa a ser debatido no final do primeiro período (1911-1913) e, tendo concretizado a criação da primeira “Plaza

---

<sup>79</sup> Nessa sessão Zamora apresentou a sua renúncia à secretaria (CNEF, 1911, p. 282), ainda que as atas foram registradas por ele até o dia 5 de fevereiro de 1913.

<sup>80</sup> Foi aprovada a compra de uma máquina de escrever na primeira sessão da comissão (CNEF, 1911, p. 2). Nas seguintes sessões discute-se a contratação de um “Pro-Secretario” da CNEF, designando na quarta sessão a Rafael Favaro. Ante a ausência de Zamora, aquele assumia o registro das atas, como aconteceria durante a licença de Zamora, entre setembro e dezembro de 1912.



vecinal de cultura física”, Juan Arturo Smith renuncia à sua função. Chama novamente a atenção que no “Plan de Acción” da CNEF, do ano de 1923, quando o então diretor técnico da CNEF, Julio J. Rodríguez,<sup>81</sup> se refere ao projeto das praças, Smith não será mencionado como figura relevante neste processo.

O aumento e consolidação da imprensa escrita e as cartas nas primeiras décadas do século XX no Uruguai já tinha sido destacado por Barrán e Nahum (1979).<sup>82</sup> Estes recursos seriam amplamente aproveitados pela CNEF, utilizados como meio para informar acerca da existência da nova comissão e difundindo as obras e os novos empreendimentos. Destaca-se, do primeiro período da Comissão, a rigorosidade no registro escrito das atas e o uso da imprensa como meio de difusão.

Se resuelve [...] enviar nota comunicando la constitución de la Comisión Nacional de Educación Física, a todas las corporaciones de

---

<sup>81</sup> Julio J. Rodríguez foi o segundo Diretor Técnico da CNEF, permanecendo desde 1920 até 1960, declarando-se ele mesmo sucessor do seu mestre americano e primeiro diretor técnico da CNEF (1913-1918), Jess T. Hopkins. Esse último era mestre em Educação Física graduado na Universidade de Springfield Colège da YMCA norteamericana. No ano 1912 se radicou no Uruguai como encarregado do recém criado Departamento de Educação Física da *Asociación Cristiana de Jóvenes* (ACJ), fundada em 1909 (DOGLIOTTI, 2013). A partir de um convênio de subvenção da ACJ por parte da CNEF, se propõe e aceita ao senhor Hopkins como primeiro diretor técnico da CNEF (CNEF, 1911, p. 209-211), com uma responsabilidade direta sobre o funcionamento das praças de cultura física e a primeira formação de professores. Essas tarefas seriam retomadas por J. J. Rodríguez que, facilitado pelo primeiro, alcançaria realizar estudos universitários em Educação Física na Universidade de Springfield. Sobre este assunto ver: Dogliotti (2012, 2013b, 2013c).

<sup>82</sup> Analisando o período 1880 e 1916, os autores pressupõem motivos que explicariam este fenômeno. Em primeiro lugar, a entrada da sociedade uruguaia em uma mudança econômica caracterizada pelo desenvolvimento da economia do mercado nacional e de estreitos vínculos com o mundo industrial, marcaria a necessidade destas formas de comunicação massiva e a distância. A difusão destes elementos pelo triunfo da cultura escrita sobre a oral, é vinculada ao retrocesso do analfabetismo causada na “reforma escolar vareliana” desde finais do século XIX (assunto abordado mais adiante). Por último, os autores assinalam uma correlação entre urbanização e o predomínio da escrita como forma de relação humana entre os diferentes grupos da sociedade (famílias, clubes, empresas, sindicatos, entre outros) como forma garantida e efetiva de estabelecer acordos e convênios (BARRÁN; NAHUM, 1979, p. 119).

carácter deportivo radicadas en el país y pidiéndoles cooperen en la labor activa y patriótica a que dedicará sus energías esta Comisión, en cumplimiento de los altos fines que por la ley de su constitución se le han encomendado (CNEF, 1911, p. 2).

Se encarga a la Secretaría de la impresión en folleto de dichos Estatutos, incluyendo en esa publicación la Ley de creación de la Comisión Nacional de Educación Física y de los juegos atléticos, el informe del Doctor Don Antonio Cabral, de fecha 13 de noviembre de 1906, el decreto del Poder Ejecutivo designando los miembros de la Comisión y el decreto reglamentario de la ley de 7 de julio de 1911. Dichos folletos se imprimirán en número de un mil. (CNEF, 1911, p. 4).

El Señor Hector Gómez propone que la Comisión se suscriba a varias de las más importantes revistas deportivas del mundo encargándose de ello a la Secretaría. (CNEF, 1911, p. 7).

El Sr. Secretario propone que se envíe nota a todos los diarios de Montevideo, pidiendo den publicidad a las noticias enviadas por esta Comisión. El Señor Gómez modifica la proposición en el sentido de que se envíe solamente una nota al Círculo de la Prensa expresándole ese deseo de la Comisión, por considerar que el Círculo representa a la prensa toda de la capital y su acción en el sentido de obtener la publicidad de dichas noticias será de todo punto eficiente. (CNEF, 1911, p. 8).

A publicação, difusão e propaganda constituíam-se em elemento essencial na campanha pela educação física estatal, conduzida agora pela CNEF. Seria a ferramenta que permitiria relacionar as associações de cultura física existente, “unificando la acción y los métodos”, informar acerca das atividades para a população, assim como procurar recursos que possibilitassem a formação de novas associações ou âmbitos de expansão da cultura física a partir da própria CNEF. Que dizer, a propaganda não seria só um meio para transmitir informação, não visava apenas sugerir, propagar, fazer compreender. Cada vez mais, a imprensa vai se constituir em um mecanismo de persuasão, estímulo, efetivação. Como assinala Schneider, referindo-se às ideias de Darnton (1997), “a imprensa deve ser compreendida como força ativa na história, uma vez que ela ajuda a dar

forma aos eventos que registra; nesse sentido, ela atua como um dos principais ingredientes da construção de novas culturas” (SCHEIDER, 2004, p. 40). O referido jornal popular fomentado pelo batllismo seria uma das vias desta campanha.

O jornal “El Día” contava com uma seção denominada “Movimiento sportivo”, na qual, no que diz respeito ao ano de 1913, as referências ao Turf (no “Hipódromo de Maroñas”)<sup>83</sup> e o football nunca faltavam (EL DÍA, 1913), além disso, publicava-se artigos sobre o trabalho da CNEF. Eram difundidas desde discussões e resoluções das sessões da comissão, notícias das atividades apoiadas, indicando as vias de inscrição para a população - no endereço da CNEF -, até prescrições médicas para prevenir e combater a tuberculose.<sup>84</sup> Além disso, desde o primeiro período de funcionamento da CNEF, manifestava-se a necessidade de editar e publicar uma revista do organismo. Esta iniciativa seria retomada com a incorporação à CNEF do Sr. Ghigliani, a partir da sessão de 14 de setembro de 1914 (CNEF, 1911, p. 323), que passaria a ser o responsável da publicação oficial desta comissão: Revista “Uruguay-Sports”, editada a partir do ano de 1918 (GUTIÉRREZ, 1991, p. 33).<sup>85</sup> Nos termos de Foucault (2011, p. 403), a imprensa torna-se também instrumento no mecanismo de governo da população, justamente por conta da circulação e condensação de discursos provenientes de outros âmbitos. O governo não age pela imposição senão mediante uma “lei de harmonização de interesses” como consciência do indivíduo, e por tanto, da população, fim e instrumento de governo (FOUCAULT, 2011, p. 132).

## 2.2. ESPAÇOS “POPULARES” DE CULTURA FÍSICA

### 2.2.1. Da população alvo

O novo organismo encarregado do “fomento” e “impulso” da cultura física do país tinha um claro objetivo que o distanciava das outras instituições preexistentes vinculadas ao esporte e à cultura física:

---

<sup>83</sup> Como indicado no primeiro capítulo, “Maroñas” é um bairro da cidade de Montevideu onde existe, oficialmente desde 1889 até a atualidade, um hipódromo (GOMENSORO, s/d).

<sup>84</sup> Esta questão será retomada mais adiante neste trabalho.

<sup>85</sup> Dogliotti (2012), entre outros pesquisadores, tem trabalhado a partir desta publicação como fonte de pesquisa.

“popularizar los ejercicios gimnásticos y hacerlos accesibles a la mayor parte de la población, que hoy no los practica” (CNEF, 1911, p. 18).

Um claro exemplo desta distância entre os fins de alguns antigos clubes e a nova CNEF, acha-se nos fins da referida “Sociedad de gimnasia y esgrima L’Avenir”: instituição “que se ha mantenido en pie durante muchísimos años, a pesar de la indiferencia general frente a estas cuestiones de educación física” (CNEF, 1911, p. 87-89). Essa associação foi fundada na cidade de Montevidéu no ano de 1892, impulsionada por um grupo de pessoas francófonas, entre as quais figurava Carlos Sturzenegger,<sup>86</sup> integrante da CNEF. No período em que os esportes começavam a se popularizar e tornarem-se espetáculos,<sup>87</sup> L’Avenir “pareció nacer de espaldas a esa realidad, pero plenamente consciente de la otra: no más terrenos bélicos, no más campos abiertos. Y tampoco sociedades abiertas... L’Avenir se encerró en su fe, en su pasión” (CORTINAS, 1991, 19). Inicialmente, portanto, o acesso a essa associação era restrito, nem todo mundo era apto para integrar seu quadro de associados. Somente os que podiam pagar é que tinham inicialmente possibilidade de frequentar seus espaços restritivos e as práticas que entre seus muros e paredes eram oferecidos. Ainda assim, na revista publicada por esta mesma Sociedade em 1914, as mudanças vividas na instituição na primeira década e meia do século XX são exaltadas e justificas em função dos “ventos que sopravam” em direção ao progresso:

El fin perseguido era el de cultivar la práctica de la gimnasia y de la esgrima. Poco a poco la Sociedad ha ido evolucionando hacia el cosmopolitismo, perdiendo su carácter esencial francés, los Estatutos se han ido reformando en ese sentido, [...] sin violencias ni imposiciones, sino con el

---

<sup>86</sup> Destacado esportista uruguaio nas disciplinas de atletismo e remo, filho de família suíça fundadora de Nueva Helvecia (Colonia-Uruguaí) na última metade do século XIX (GUTIÉRREZ, 1991). O “departamento” (município) de Colonia tem cumprido um importante papel no desenvolvimento do esporte no Uruguaí. Foi o primeiro no qual se reproduz e multiplica o projeto das “Plazas de Deportes” iniciado em Montevidéu. A primeira praça no interior se consolida no ano de 1917. Isto esteve diretamente vinculado ao fato de que o Hotel Real de San Carlos, localizado naquele departamento, destinava a metade de seus ganhos à criação das praças.

<sup>87</sup> “L’Avenir no nació para sumar indiscriminadamente adeptos y adherentes; y menos todavía para agregar público y actores pasivos a sus espectáculos” (CORTINAS, 1991, p. 19).

benéplácito de todos los socios fundadores, al comprender que el progreso de la Sociedad así lo exigía. (L'AVENIR, 1914, p. 4).

O aludido “caráter essencial francês” parece referir-se à função distintiva atribuída a determinadas práticas, ainda que, em relação à ginástica e ao desenvolvimento da educação física, elas não se caracterizaram estritamente pelo caráter exclusivista, pelo menos não na França. Como Crisorio (2007, p. 70) adverte,

Fue Francia, en efecto, el país que más se ocupó en mejorar la educación física de la juventud a fines del siglo XIX y el que lo hizo del modo más comprometido y científico. En ningún otro país el Estado invirtió tanto ni los médicos, los fisiólogos y los hombres de ciencia participaron tan activamente en el estudio de las mejoras que habían de introducirse en la educación física.

Essas “melhoras da educação física da juventude” levariam à integração e promoção dos jogos e atividades fora do ginásio e do espaço escolar.

Durante a sessão do dia 24 de novembro de 1911 da CNEF, a Comissão de “Fomento y Propaganda” apresenta dois informes a respeito do tema “Gimnasios populares”, sendo distribuídos aos membros para que fossem “debidamente estudiados y tratados después” (CNEF, 1911, p. 52). Na seguinte sessão dever-se-ia tratar desses informes, mas, devido à ausência dos membros da comissão envolvida, posterga-se o assunto. O Sr. Smith, aproveitando a oportunidade, comunica aos membros da CNEF que o Sr. Presidente da República concedeu uma audiência para intercambiar ideias e assuntos relativos à CNEF, reafirmando a necessidade de multiplicar os espaços de cultura física para a população:

para llevar a feliz y rápido conclusión estos nuestros propósitos, se hace necesario dotar a la Comisión de Campos de Sport y gimnasios propios donde **el pueblo y niños** escolares, vivero este del cual extraeremos los elementos necesarios para constituir en un próximo futuro una virtuosa inteligente raza sana y vigorosa. Pero estos deseos no podrán pasar de tales si solo contamos con los recursos votados por la asamblea, recursos muy

bastantes si solo nos limitáramos a estimular con premios los actuales deportes, a subvencionar limitadamente algunas instituciones de deportes o cultura física y a la instalación de gimnasios en locales alquilados e inadecuados, pero insuficientes si hemos de adquirir en propiedad campo y locales para deportes y ejercicios donde puedan concurrir hombres y mujeres y seguir hoy, por medio de la persuasión y los atractivos mañana obligatoriamente, a cultivar su belleza y perfección física, génesis de bellas condiciones morales y desarrollo intelectual. [...] Creo como la Comisión [...] que los locales propios son una necesidad [...] Que la Comisión busque local o que formule un plan general que pueda irse efectuando paulatinamente y me lo presente que yo lo estudiaré y ofrezco darle mi caluroso apoyo. (CNEF, 1911, p. 50-52. Grifos nossos).

No caso do Uruguai, também a infância e a juventude – não de forma exclusiva, mas sim privilegiada – seria a população alvo das políticas para “cultivar” a educação física. As crianças, “vivero del cual extraeremos los elementos necesarios para construir em um próximo futuro una virtuosa inteligente raza sana y vigorosa”, como lemos acima, representa a promessa de futuro da sociedade. Estes locais da CNEF seriam o lugar ótimo para cuidar e laborar essa posteridade. Um anuncio feito pelo Sr. Ghigliani do dia 17 de abril de 1917, presente nas atas de sessão da CNEF, recolheria uma notícia da imprensa local que tinha tudo a ver com as competências da Comissão:

TERRENOS BALDÍOS PARA RECREO. El Dr. Ghigliani manifiesta que ha visto por los diarios que el Municipio de Montevideo proyecta poner en vigencia medidas prohibiendo el juego de los niños en la calle. Que tales disposiciones si bien son dignas de aplauso porque contemplan la seguridad de los niños, requieren la intervención de nuestro instituto, por cuanto es menester que no sean privados de sitios de recreo cercanos a las casas, y en tal concepto propone que se procure utilizar los terrenos baldíos para destinarlos a lugar de recreo para niños y que se solicite del Municipio la suspensión del tráfico a determinadas horas fuera del horario escolar, en calles que no hubiera un

tránsito muy grande de vehículos y que no pasen trenes para destinarlas también a sitios de juegos, tal como se hace en muchas ciudades de Norte América. El proyecto es aprobado, dejándose para una de las próximas sesiones el establecimiento del nombre que han de llevar los locales a que hace referencia este proyecto. (CNEF, 1915, p. 197).

As “crianças na rua”, compartilhando os espaços dos adultos (ver novamente imagens 3 e 4, acima), seria uma das situações a erradicar de acordo com as novas sensibilidades modernas, como o historiador francês Philippe Ariès<sup>88</sup> tinha anunciado. Qualquer medida seria útil para garantir a segurança da infância. Mas não obteria eficácia simplesmente com “proibir o jogo na rua”, senão que seria necessária uma intervenção direta no oferecimento de espaços específicos na cidade para o recreio da infância. Espaços de segurança, nas proximidades de suas casas e afastados dos modernos problemas do tráfego, seguindo, como seria assinalado acima por Ghigliani, o modelo americano.

Como seria destacado da citação da CNEF acima, o “povo” representava, junto com a infância, o foco das suas políticas. Esses setores de maior “necessidade” localizados nos bairros superlotados da cidade, vivendo em condições de risco social. Como explica Foucault (1977), a partir do exemplo francês, com o desenvolvimento da estrutura urbana da cidade de Paris, nos finais do século XVIII, aparece uma medicina social associada aos problemas da população urbana. Emerge então o conceito de *higiene pública*, como “variación refinada de la cuarentena”<sup>89</sup>. Esta

---

<sup>88</sup> Refere-se ao livro “História social da criança e da família”, publicado em francês em 1960 e traduzido ao português no ano 1975. Nesta obra o autor aborda o surgimento da infância como preocupação e realidade, trabalhando a partir de fontes historiográficas e iconográficas desde a Idade Média.

<sup>89</sup> Foucault vai distinguir o que se pode chamar “modelo lepra” e “modelo peste” a respeito das formas de exercício de poder. Nas palavras de Castro (2004, p. 290-291), “El modelo lepra, modelo de la exclusión, tiene tres características: 1) implica una separación rigurosa, una regla de no-contracto entre los individuos; 2) se trata de una exclusión en un mundo exterior, más allá de los límites de la ciudad, de la comunidad; 3) esta exclusión comporta una descalificación no necesariamente moral, pero ciertamente jurídica y política. En el modelo de la peste también se encierra, pero se trata de una práctica diferente. El territorio del modelo peste no es lugar de exclusión, sino objeto de análisis detallado, de reticulación minuciosa; se trata de un espacio de inclusión. Respecto de la lepra, el poder excluye; expulsa los leprosos más allá de las fronteras de la ciudad y de las campañas, en un espacio sin determinación. Como si estuviesen muertos, son

nova medicina urbana teria entre seus mecanismos “analizar los sectores de hacinamiento, de confusión y de peligro en el recinto urbano” (FOUCAULT, 1977, p. 16) e controlar e estabelecer uma boa circulação de água e ar (como a expansão das principais avenidas) que assegurassem a higiene pública.

Vários gerenciamentos começaram ser feitos na procura de estabelecer locais para atender esses setores da população a partir de uma expansão da cultura física. A localização, a acessibilidade (disponibilidade de transporte público) e as condições dos locais eram os principais argumentos dos projetos:

una gestión que le fue confiada [al Sr. Gómez] en la sesión del 18 de setiembre último, sobre adquisición de Plaza de Toros, en la Unión, [...] ubicar en aquel paraje, casi ideal, un campo nacional de deportes, un gran gimnasio popular, un local propio para los concursos escolares, con línea férrea y tren eléctrico en las puertas. [...] El Sr. Miembro informante dice que es momento de que la C.N. se dirija al Ministerio de Instrucción Pública, cuanto antes, pidiendo intervenga directamente a fin de que compre esa propiedad para uso de la Comisión Nacional. (CNEF, 1911, p.41).

Se lee un borrador de nota a presentarse a la Intendencia solicitando un terreno en el Parque Urbano, [...] con el fin de instalar allí un campo de deportes. [...] Puesta en discusión esa nota el Sr. Gómez [...] cree que en ese asunto de los campos de deportes que se instalen por la Comisión, se debe proceder primero a un estudio previo y bien

---

acompañados más allá de la civilización por un cortejo y ritos fúnebres; sus bienes pasan a sus herederos. Respecto de la peste, en cambio, se pone a la ciudad en cuarentena, se establece una minuciosa reticulación del espacio habitado, nombrando inspectores que deben controlar que cada uno de los habitantes esté en el lugar que le es propio (encerrado en su casa), se interviene cuando alguien es víctima de la enfermedad, se lleva un exhaustivo y detallado informe de la situación, compilando registros generales, etc. Mientras que la lógica del control de la lepra lleva a la exclusión, en el caso de la peste, en cambio, la lógica del control lleva a la inclusión, a la individualización de los sujetos. “En el fondo el reemplazo del modelo lepra por el modelo peste corresponde a un proceso histórico muy importante que yo calificaría brevemente: la invención de las tecnologías positivas de poder.”



meditado, contemplando las necesidades de la población, densidad de los barrios, etc., antes de decidirse su ubicación. [...] sería también conveniente adquirir otros terrenos en cualquier otro punto, dentro o fuera de la ciudad; como por ejemplo: en el Prado, Paso Molino, en los terrenos que dan al Puerto, o en cualquier otro paraje popular de Montevideo. (CNEF, 1911, p. 63).

O projeto de “Gimnasios populares” foi abordado na sessão do dia 11 de março de 1912, sendo aprovada – “bajo la base de la gratuidad de la cuota” – a utilização da sede da associação “L’Avenir” para emprender o primeiro ginásio popular. Se aceita também a ideia da instalação de ginásios por conta da Comissão, na medida em que fossem obtendo locais apropriados para tal.<sup>90</sup> No dia 8 de maio de 1912 a CNEF

---

<sup>90</sup> “El Sr. Arteaga manifiesta que en la última sesión celebrada por la Comisión de F. y Propaganda, pudieron ponerse de acuerdo los miembros en mayoría y minoría en cuanto a que no se cobre cuota ninguna a los que concurrirán a los gimnasios populares; no así en cuanto a la utilización del local de L’Avenir, [...] El infrascripto Secretario manifiesta que cuando presentó este proyecto a la consideración de la C.N. proponiendo a la vez la utilización del local de L’Avenir para instalar allí, un gimnasio de esta naturaleza, lo hizo convencido de que dicha institución llenaría debidamente su cometido en este asunto; que se ha mantenido en pie durante muchísimos años, a pesar de la indiferencia general frente a estas cuestiones de educación física, y que es digna a su juicio, de merecer el apoyo de la Nacional, máxime cuando la opinión de esta, expresada en distintas oportunidades, es propender al desarrollo y mantenimiento de sociedades de cultura física en el país. Opinan que paralelamente a la instalación de un gimnasio popular en L’Avenir, debe llevarse a cabo lo aconsejado por la Comisión informante en mayoría de que se instalen gimnasios de esa naturaleza bajo la exclusiva dirección y administración de la Nacional, puesto que ambas ideas caben dentro del propósito fundamental que inspiró la presentación del proyecto, y que no son excluyentes, sino que, por el contrario, se complementan. Pero como se trata de un ensayo y como la instalación de gimnasios dependientes directamente de la Nacional llevaría algún tiempo y demandaría gastos considerables determinados por alquiler de locales, contratación de maestros competentes, adquisición de todos los útiles, instalación de baños, sueldos de empleados, etc. Creo que lo más práctico, ya que se aproxima la estación propicia, es comenzar por lo más fácil, que es utilizar el local de L’Avenir de inmediato, llevándose adelante las gestiones para obtener locales en que instalar los gimnasios dependientes exclusivamente de la Comisión”. (CNEF, 1911, p. 87-89).

aprovou a letra do convênio entre ambas as instituições<sup>91</sup> e no encontro do dia 15 de maio começaram a funcionar as aulas populares de ginástica para os “deserdados”<sup>92</sup>. No seguinte 7 de junho, o Presidente da CNEF convoca uma sessão extraordinária motivada pelo importante incremento nas inscrições às aulas populares de ginástica – chegando a seiscentas pessoas – e na urgência de instalar um segundo ginásio popular.<sup>93</sup> Fosse por convicção nos benefícios da educação física, fosse pela preocupação com a segurança das crianças na rua, de qualquer forma, as estratégias da CNEF pareciam ter uma contrapartida no interesse da população.

A demanda pela criação do segundo ginásio chegou à CNEF a partir do oferecimento da seção de exercícios físicos do “Club Nacional de Football”:

Haciendo eco de los nobles y elevados principios que persigue esa distinguida [CNEF] y en el deseo de coadyuvar en su brillante y desinteresada labor en bien de la cultura muscular del hombre, viene a ofrecer el contingente modesto de sus fuerzas [...] Nuestro Club, respondiendo a esa finalidad que debe ser motivo, objeto de todas las instituciones deportivas [materializar el ideal común del

---

<sup>91</sup> A letra do convênio foi sugestão do clube e na sessão de 29 de abril de 1912 a CNEF sugere modificações. Se estabeleceu um gasto máximo de \$350 por conta da CNEF e a incorporação da frase “con intervención de la C.N. de E.F.”, horários de inscrições na CNEF e incorporando, no artigo 2, a possibilidade de recusar inscrições sob a competência da inspeção da Comissão (CNEF, 1911, p. 109). Durante o primeiro período, a subvenção foi de \$150 (CNEF, 1911, p. 266).

<sup>92</sup> Na revista mensal que publica *L’Avenir* a partir de julho 1914 – após 22 anos de fundação do clube –, “de propaganda de la educación física”, explicita-se o vínculo com a CNEF em relação as aulas populares: “La Comisión Nacional de Educación Física, dándose cuanta exacta del beneficio que reporta esta Sociedad a nuestra juventud, ha subvencionado dos clases tituladas <populares>, una para mayores y otra para menores, dando así oportunidad a los *desheredados* para practicar la gimnasia gratuitamente” (*L’AVENIR*, 1914, p. 5-6).

<sup>93</sup> “El Sr. Presidente expone que ante el incremento que ha tomado la inscripción para el gimnasio popular establecido en *L’Avenir*, pues su cifra sorprende, pasando al momento en que habla de seiscientos adherentes, se ha visto en la necesidad de citar, extraordinariamente a la Comisión, pues que el caso es de urgencia para que esta autorice el arriendo del subsuelo del “Ateneo”, instalando allí, el segundo gimnasio popular y envíe a Buenos Aires, a uno de sus empleados con el objeto de cerciorarse si existen allí aparatos gimnásticos que se necesiten para el establecimiento inmediato del gimnasio”. (CNEF, 1911, p. 135).

mejoramiento de la raza], ha anexado a la sección de football, que es casi el único ejercicio que se practicaba hasta hoy, la esgrima [...] box, gimnasia y juegos atléticos [...] Efectivamente; nuestra asociación dispone desde ahora de salas de armas, box, gimnasia, plazas de juegos atléticos, los indispensables baños calientes y fríos, e iluminación eléctrica, etc. [...] Pero comprendiendo [...] que los beneficios [...] no serían tan ampliamente aprovechados, si se redujeran al uso de nuestros consocios, y deseando contribuir, en la medida de sus fuerzas, en la obra benefactora en que se halla empeñada [la CNEF] ha resuelto poner a su disposición todas las secciones antedichas para que una vez reglamentadas [...] las ofrezcan gratuitamente al pueblo. (CNEF, 1911, p. 197).

Existia a imperiosa necessidade de que a comissão obtivesse locais próprios onde estabelecer, sob a sua direção, “gimnasios” e “campos de sport”. A tentativa era fazer do espaço do ginásio,

en una palabra un punto de reunión del pueblo, donde el ciudadano que quiera hacer gimnasia y bañarse gratuitamente pueda hacerlo, favoreciéndose por estos medios activos el cariño hacia la educación física, y también hacia la higiene, por medio de los baños. (CNEF, 1911, p. 18).

O “popular”<sup>94</sup> cobrava um peso significativo nas preocupações da comissão. Como Rodríguez (2012) afirma, do lado da tradição normalista,

---

<sup>94</sup> A partir do estudo de Mikhail Bakhtin sobre a “cultura carnavalesca”, Rodríguez (2012, p. 29) vai dizer que a “cultura popular”, a partir do estabelecimento do regime de classes e do Estado, se refere “a um tipo de expresión cultural ajena a las formas oficiales, canónicas y burguesas de la cultura”, permanecendo “del lado oscuro y, eventualmente, representa una amenaza para la oficialidad, por su carácter desestabilizador, desprovisto de la moralidad dominante”. Aparente oposição entre um tipo de cultura popular – associada ao “grotesco” – e uma outra, a oficial, ligada aos parâmetros de conduta da cultura burguesa. Porém, “Luego de subsumido en las formas culturales de la burguesía, lo popular es apenas una reminiscencia, rostro melancólico que expresa el desconocimiento de una escena primordial” (RODRÍGUEZ, 2012, p.

mencionada na introdução deste trabalho, chega ao Rio da Prata as ideias da “educação popular” na metade do século XIX.<sup>95</sup> As forjas pelo estabelecimento de um sistema educativo obrigatório e efetivo, a partir da última metade do século XIX, no Uruguai, concretizam-se no nível primário pelo “Decreto Ley de Educación Común”, de 24 de agosto de 1877. Esse foi incentivado por José Pedro Varela<sup>96</sup> (RODRÍGUEZ, 2012, p. 60), que tomaria como referência uma publicação do americano James Gordon Carter (1745-1849), com ensaios sobre a educação popular, ideário que “se constituirá como matriz identitária de la educación pública uruguayaya hasta nuestros días” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 60). Sobre esse lema vem se instalar a CNEF, em termos de direito ao acesso à cultura física.

### 2.2.2. Da localização estratégica

Para o estabelecimento dos novos centros de cultura física se encomendava um estudo “relativo al funcionamiento de las instituciones de gimnasia existentes en la capital, y la ubicación que debe dárseles a los que se establezcan” (CNEF, 1911, p. 18). Além dos ginásios populares, outra estratégia da CNEF tinha sido apresentada no dia 8 de janeiro de 1912 pelo Sr. Presidente Smith, ficando ao estudo e avaliação da Comissão Técnica. Na sessão de 24 de julho daquele ano, ele mesmo apresenta um informe e anteprojeto de criação da primeira “plaza vecinal de ejercicios físicos” (CNEF, 1911, p. 147). O projeto inicial tinha

---

32). Seguindo essa linha de interpretação, poderíamos pensar que a presença de um discurso sobre “o popular” não faz outra coisa que reafirmar a oficialidade do projeto burguês nas suas tentativas de se expandir a toda a população.

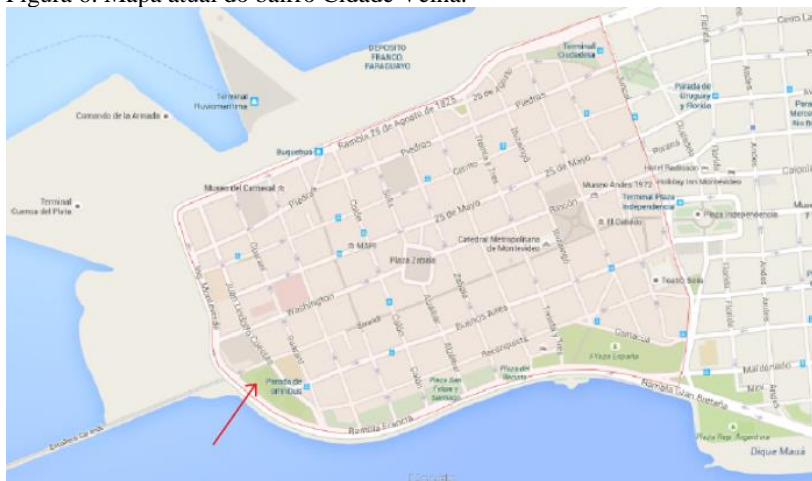
<sup>95</sup> Domingo Faustino Sarmiento publica “*De la educación popular*”, em 1849, e José Pedro Varela “*La educación del pueblo*”, em 1874. Sobre a formação das *Escuelas Normais* nessas obras ver: Rodríguez (2012).

<sup>96</sup> Entre 1867 e 1868 Varela viajou para a Europa e Estados Unidos, onde conheceu ao argentino Domingo Fautino Sarmiento, recebendo as influências que marcariam seu pensamento. No retorno ao Uruguai, em 18 de setembro de 1868, ofereceu a sua primeira conferência pública, evento no qual se funda a “Sociedad de Amigos de la Educación Popular”, que cumpriria um importante papel na concretização da educação “laica, gratuita y obligatoria” no país (DOGLIOTTI, 2012). Dogliotti (2012, p. 63) chama a atenção para o fato que de Varela desenvolve a sua reforma em um governo ditatorial, destacando que tem existido “un vínculo estrecho en nuestro país entre los momentos en que se producen transformaciones del sistema educativo y la emergencia de tendencias políticas autoritarias”.

possibilidade de ser viabilizado pelo oferecimento à CNEF, por parte de Francisco Piria, de um prédio na costa oeste de Montevidéu, conhecido como “Polígono de la Escollera”. O empréstimo seria feito gratuitamente e por tempo indeterminado. Na exposição de Smith se detalham os benefícios da localização:

El terreno se halla sitiado en una situación esplendida por la belleza panorámica que desde él se percibe, como por lo poblado del barrio o vecindad a la cual se pretender servir.- El terreno ocupa un área de cerca de doce mil metros, capacidad suficiente para el propósito a que se le destina. Sus límites son, por el Norte el Hospital Inglés, por el Sud la calle Sarandí con su prolongación de la Escollera Este, por el Este la calle Juan L. Cuestas y por el Oeste el mar.- Su perspectiva; el mar, el Cerro, las calles Buenos Aires y Sarandí en toda su longitud; más tarde todo el proyectado barrio de pescadores. (CNEF, 1911, p. 147).

Figura 6. Mapa atual do bairro Cidade Velha.



Fonte: Googlemaps. Em vermelho assinala-se o terreno emprestado por Piria para a localização da primeira “Plaza Vecinal de Cultura Física”, no cruze do começo da rua Sarandí (continuando a linha da “Escollera Sarandí”) com a rua Juan L. Cuestas.

Figura 7. Fotografia aérea do bairro “Cidade Velha”, vista ao Porto de Montevideú. Ano 1930.



Fonte: Centro de Fotografia de Montevideo. Exposición “lo perdido, lo transformado, lo conservado”, 2012. Na parte esquerda da Orla Sul em construção e algumas das construções que foram demolidas para a instalação desta. Abaixo, na metade esquerda, a Praça da Independência.

O terreno estava localizado na Cidade Velha, bairro que reunia o principal centro comercial e financeiro da cidade, que albergava parte importante da população abastada da cidade, assim como as cada vez mais frequentes pequenas locações destinadas aos de “baixo”, dos setores mais empobrecidos, principalmente nos confins do Porto de Montevideú e do edifício da Aduana. As crônicas de Ramón Collazo (1967) sobre as primeiras três décadas do século XX narram o cenário da zona dos “Bajos”, conhecida por reunir tabernas, cafés, centros noturnos rodeados de vícios, como jogo clandestino, álcool e prostituição. Deste modo, a localização seria estratégica para “atrair” e “reunir” este setor da população empobrecido para as condições saudáveis que a praça ofereceria. A estrutura e os serviços desta teriam “enormes benefícios [...] imediato al vecindario que lo rodea y como consecuencia experimental, a toda la República” (CNEF, 1911, p. 147). Nas palavras de Smith:

La Plaza Vecinal que se trata de fundar será un punto de reunión, que por sus condiciones

higiénicas, por la belleza de su panorama, por lo cercano de las viviendas de los concurrentes, como por las condiciones especiales a que la someterá la Comisión Nacional de Educación Física, dotándola de un grande y hermoso pabellón para baños [fríos y calientes], y para bar<sup>97</sup> higiénico donde se expendía leche especial, frutas y bebidas sin alcohol; de campos de sports, de gimnasios al aire libre y mixtos, de aparatos gimnásticos higiénicos y de recreo, de pista podística, de arcos y para bicicleta; de bancos bajo sombra y de plantas; un punto de reunión, decía, que por todas estas condiciones, atraigan de mañana y especialmente de tarde, a todo el vecindario de la sección y, mientras otras plazas análogas no se establezcan en otros barrios, a vecinos de otras secciones. Los propósitos que tendríamos en vista para su concurrencia serían entre otros: Los niños y las niñas: para tomar baños de aire, sol y agua; a correr y hacer ejercicios libres; a hacer ejercicios físicos, racionales y científicos. A hacer con aire, con oxígeno puro, gimnasia de pulmones y vías respiratorias; a hacer gimnástica general del organismo; a beber leche pura y fresca y comer frutas escogidas. Los adolescentes y los hombres: Los ejercicios anteriores y los deportes atléticos retrayéndolos con los atractivos de la Plaza y alejándolos de las reuniones malsanas y de los clubs o remates de Carreras de Caballos, de los cafés, esquinas u otras reuniones perjudiciales. Las madres: Para que caminen, tomen aire y baños higiénicos fríos o calientes, acompañen sus niños y niñas y mientras presencian sus ejercicios amamanten sentadas en bancos de sombra a sus nenos que también estos, desde que nacen, desde antes de nacer, necesitan gimnástica, necesitan ejercicios físicos, necesitan movimiento. Los padres: Para acompañar a sus hijos, también, entretenerse con sus ejercicios, o hacerlos ellos también, que para los ejercicios gimnásticos e higiénicos no hay edades; para descansar, tomar baños y recuperar las fuerzas perdidas en la tarea del día. (CNEF, 1911, p. 148-149).

---

<sup>97</sup> O sublinhado pertence ao texto original.

Reunir, sujeitar nesse espaço, com tudo o que seria preciso para viver, a população que representa um risco para a sociedade. Como expressa a fórmula de Carl Schmitt, citada por Cavalletti (2010, p. 7), “no existen ideas políticas sin un espacio al cual sean referibles, ni espacios o principios espaciales a los que no correspondan ideas políticas”. Montevideu encaminhava-se para formar “primera fila, entre las más populosas, importantes e ilustradas ciudades del mundo” (CNEF, 1913, p. 9), porém era preciso contrapor as consequências prejudiciais da vida moderna, “con barrios excesivamente poblados, cuyos habitantes viven aglomerados en construcciones poco higiénicas, sin aire suficiente” (CNEF, 1911, p. 149). “Os *pulmones populares*, que no otra cosa son las *plazas vecinales*, en el organismo de las ciudades” seriam necessários para o “porvenir futuro” (CNEF, 1913, p. 9). Como explica Cavalletti (2010), a “expansão” da cidade não é necessariamente um fenômeno exclusivo da modernidade, entendida como ampliação do espaço urbano. *A teoria general de la urbanización* (1867), do urbanista Idelfonso Cedrá (CAVALLETTI, 2010, p. 30), descreve a urbe como “el organismo, la vida, por así decirlo, que anima la parte material”. Uma – mas não a única – novidade desta disciplina moderna, que a distanciava das anteriores artes urbanas, radica na sua pretensão científica, para a qual acode as “mil variantes de la ‘metáfora orgánica’” (CAVALLETTI, 2010, p. 30). Mas a novidade substancial para esta autora está radicada no “giro hacia una procesualidad”, em que a ação urbanizadora é sempre insuficiente, reclama uma nova ação de urbanização em nome da vida e da felicidade pública (CAVALLETTI, 2010, p. 33). A construção das praças como forma de combater os males que atacavam esse lugar da cidade, inseriam-se em renovados esforços estatais por higienizar e embelezar a urbe. Neste sentido, uma das significativas reformas seria o projeto de construção da “orla sul”, que, ao mesmo tempo em que procurou construir um espaço de uso público ganhando terra do mar, visou também “desplazar a los prostíbulos del viejo ‘Barrio Sur’” (CAETANO, 2010 p. 25).



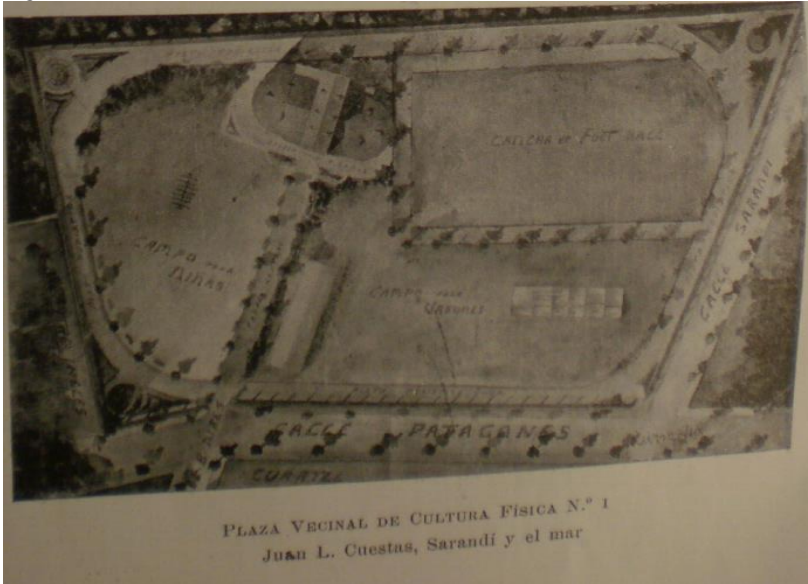
Figura 8. Zona de “El Bajo” durante as obras de construção da Orla Sul. Década de 1920.



Fonte: Centro de Fotografía de Montevideo. “Fotografías de Montevideo Antiguas”, “Plaza Independencia”, 2011.

A nova praça comunitária de cultura física seria desenhada em conformidade com as convenções modernas de prestígio do espaço público, privilegiando a visibilidade e acessibilidade. As medidas de segurança, afastando o indivíduo dos perigos sociais, seriam imprescindíveis para garantir a sua liberdade no espaço urbano. Melhor que na rua, as crianças achariam nas novas praças esse espaço de segurança para garantir o ótimo desenvolvimento do organismo, afastados da sujeira e imoralidade.

Figura 9. Plano da “Plaza Vecinal de Cultura Física N°1”. Ano 1913



Fonte: SMITH, 1913, p. 31. Do projeto da primeira “Plaza Vecinal de Cultura Física” destacam-se claramente três espaços bem delimitados: “campo de meninas” (do lado esquerda do plano), “campo de meninos” (do lado direito, metade inferior) e “campo de football” (do lado direito, metade superior). As metades esquerda e direita são separadas por uma linha/caminho divisório entre o setor feminino e o masculino, respectivamente, este último de extensão notoriamente maior.

O plano da praça previa também uma distribuição espacial interna dos usuários. Diferenciava-se um setor para meninas e outro para meninos. Dentro dos elementos de “ordem e disciplina”, dirigidas especialmente ao sexo masculino, não estava permitido “estacionarse en la línea divisoria del campo de las mujeres, ni estacionarse allí cuando estén practicando sus ejercicios o juegos” (SMITH, 1913, p. 43). De cada lado da praça, um “pabellón para baños fríos y calientes”. O setor feminino, para “señoras y señoritas”, para “bebes y niñas”, devia contar, além do “pabellón de baños”, de um grande “ginásio higiénico para invierno”, “toboggans, escalera, hamacas, paso del gigante, sube y baja”, campo para “pelota al canasto, pelota de barrera, para pelota-base”, “campitos de arena, arcos y rendas para carreras”, entre outros jogos (SMITH, 1913, p. 47). O setor masculino, de maior superfície espacial,

incorporava um campo para football. Cada espaço estaria bem diferenciado do outro, sendo cercado o limite da praça com o exterior. Ainda que o planejado não seria exatamente o concretizado, seriam salvaguardadas a suas premissas. Por exemplo, onde o local não era grande o suficiente para criar um setor de meninos afastado do setor para meninas, seriam organizados os horários para manter essa distância utilizando o mesmo espaço.

Figura 10. “Plaza Vecinal de Cultura Física” N°1 na Cidade Velha. (Entre 1914-1917).



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Aula de exercícios ginásticos dirigidos para meninos.

Figura 11. “Plaza Vecinal de Cultura Física” N°1 na Cidade Velha. (Entre 1914-1917).



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Aula de exercícios ginásticos dirigidos para meninas.

A estrutura desenhada para as praças tendia a induzir certos efeitos específicos não só para quem estivesse no seu interior, senão também para fora dos “muros de contenção”. A praça estaria cercada por um tipo de tecido que “permite a todos los transeuntes contemplar lo que pasa dentro de la Plaza o lo que es muy conveniente” (CNEF, 1911, p. 152). Este tecido (como pode-se observar das imagens 10 e 11 colocadas acima), agindo como o vidro na vitrina da “galeria”, mostrava aos transeuntes “o conveniente”, assim como o passível de eleger e adquirir. Mas também, expunha à vista de todos o que ocorria dentro dela. “Ver e ser visto” seria a nova consigna dos espaços públicos, para o qual seria preciso iluminar as perigosas penumbras dos antigos espaços de encontro que existiam na cidade. Como argumenta Julio J. Rodríguez (1923, p. 55) no “Plan de Acción de la CNEF”, estas praças “deben estar alumbradas con mucha luz, tratando de evitar los rincones oscuros, que pueden constituir focos de inmoralidad”.

“La sociedad de normalización, la sociedad moderna, es una sociedad en la que se cruzan, en una articulación ortogonal, la norma de la disciplina de los individuos y la norma de la regulación de la población, la disciplina y el biopoder” (CASTRO, 2012, p. 62). À produção e

organização do espaço na cidade pensada em termos de poder disciplinar, produção de espaços de individuação e vigilância, integrara-se elementos de segurança.

### 2.3. REGISTRO E PRODUÇÃO DE SABER

A exposição do anteprojeto das “Plazas vecinales de cultura física” do Presidente da CNEF, depois de falar da localização e dos propósitos, fez uma descrição geral da estrutura, nomeando os setores, detalhando os gastos da instalação (os que ficariam nas mãos da Comissão e os “de utilidade transitoria”, os que seriam materialmente perdidos com a devolução do terreno) e incorporou planos esquemáticos. Na seguinte sessão foi aprovado o projeto por unanimidade e continuou-se debatendo o “Reglamento provisorio” da praça. Mais uma vez foi o Sr. Gomes quem discutiu a proposta de regulamento feita por Sr. Smith. A acessibilidade à praça seria também assunto de debate:

en general acepta el trabajo minucioso presentado por el Sr. Presidente pero que encuentra en él un exceso de rigor, particularmente en lo que atañe a la concurrencia de los niños a ese sitio de esparcimiento, cree que se debe ser algo liberal en lo que concierne al ingreso [...] que la plaza debe ser un campo abierto a todos los que necesiten aire, luz y ejercicio. [...] Bastaría que con fines estadísticos se llevara un registro de inscripción de los asistentes, como pasa con el gimnasio L' Avenir y que en cuanto a las observaciones médicas ellas se limitaran al uso de determinados aparatos que permitan un examen general de los concurrentes para evitar la asistencia de aquellos para cuya salud sea peligroso el ejercicio. A su juicio deben tener entrada libre los que más necesitan de los beneficios de los ejercicios, como ser los débiles, los retardados físicamente, porque si no son para ellos los auxilios que les brindamos no comprende a quienes se les pueda ofrecer la plaza vecinal. Si se impide el ingreso de aquellos que ofrezcan un aspecto exterior desagradable, corremos el peligro de alejar del sitio saludable a todos los niños débiles que muestran la pobreza de su sangre, la insuficiencia de su alimentación, o la falta de luz y de aire de sus hogares pobres, en las escrófulas y en los granos de la cara, en los ojos enrojecidos, como

ocurre en buena parte de los niños que concurren a los asilos maternos, o que van por la calle vendiendo periódicos. [...] Las restricciones, deben comprender sólo a los que padezcan enfermedades contagiosas, a los que puedan dañarles, por su constitución endeble los ejercicios continuados reglamentarios. (CNEF, 1911, p. 179-180).

Na continuidade da sua fala, registrada na ata da sessão, a sugestão era a supressão de três incisos do Art. 3 da proposta de Smith referente à impossibilidade de inscrição às praças de “b) Los que padezcan enfermedades físicas visibles, que sin ser contagiosas afecten el espíritu de los demás concurrentes a las plazas. c) Los que padezcan de enfermedades psíquicas notables a la vista o por sus actos. d) Los retardados que puedan ser motivo de sufrimiento propio o causarlo a los demás concurrentes de las plazas” (SMITH, 1913, p. 29). Em resposta aos argumentos de Gomes, Smith responderia:

En cuanto a los degenerados o retardados no son las plazas vecinales las más apropiadas para estos infelices seres, ellos necesitan lugares especiales donde a parte de un tratamiento científico adecuado bajo la vigilancia inmediata de personas competentes se les someta a ejercicios individuales y no se les exponga en una plaza vecinal donde concurrirán millones de niños y otras personas sanas a ser burla o escarnio de estos, lo que la Comisión no podría impedir por muy serenas que fueran las medidas que se tomaran para impedirlo. (CNEF, 1911, p. 181).

Como assinala Castro (2014) sobre a tarefa que se propõe Foucault em *A sociedade punitiva*, a categoria de exclusão fica ampla e neste sentido pouco útil para uma analítica dos mecanismos específicos de poder, além do que, no próprio processo de exclusão, observa-se a implicância da assimilação. Ainda de acordo com Castro (2014), as disciplinas, como tecnologia de poder conhecida antes da configuração da sociedade moderna, vão sofrer uma série de transformações que permitirão distinguir as instituições de reclusão do século XVIII das do século XIX. As primeiras vão excluir os indivíduos do círculo social, as segundas “tem por função sujeitar os indivíduos nos aparatos de produção, formação, reforma ou correção” (FOUCAULT apud CASTRO,

2014, p. 94). Quer dizer, implementam-se diferentes formas de exercício do poder que têm a função de sujeitar e conhecer ao mesmo tempo que de corrigir e produzir o corpo e a vida.

Para o Sr. Gomez (CNEF, 1911, p. 179-180) seria fundamental incluir aos mais desfavorecidos, como “os fracos, os fisicamente retardados”. Seria a praça a instituição responsável pela “correção” das degenerações produzidas pelas condições de vida nas casas das famílias pobres: “insuficiência em seus alimentos, ou a falta de luz e de ar”, aspetos todos percebível na aparência “desagradável” destas crianças. Mais ainda, o “perigo” maior radicava em afastar essas crianças fracas do “lugar saudável” oferecido na praça. Smith responderia que estes “degenerados ou retardados” necessitavam de outro tipo de instituição, onde fossem tratados de forma específica e cientificamente. No dizer de Castro (2012, p. 42), interpretando a obra de Foucault,<sup>98</sup>

el individuo a corregir aparece como tal en la medida en que es incorregible, en la medida en que la familia y las instituciones, con sus reglas y métodos, han fracasado. El anormal no solo será un monstruo empalidecido, sino también un incorregible que habrá que ubicar en un medio de corrección apropiado.

Frente às divergências entre Smith e Gomes, na mesma sessão de 9 de outubro de 1912, o ponto em debate entra em votação, do que resulta a supressão dos incisos b, c y d do Art. 3 do regulamento, em princípio, permitindo que aqueles que eram considerados “anormais” pudessem também se inscrever e frequentar as praças. Apesar disso, na publicação “Plazas Vecinales de Cultura Física”, de abril de 1913, de autoria de Juan A. Smith como presidente da CNEF, os incisos extraídos do artigo 3 permaneceram (SMITH, 1913, p. 29). Quer dizer, segundo a regulamentação impressa, nem todos os indivíduos poderiam entrar no espaço da praça.

Contudo, para além do resultado de permitir ou não a entrada no espaço interior, o que se instala com os mecanismos de funcionamento da praça seria a possibilidade de construir, produzir o conjunto de elementos, de dados capazes de indicar e afirmar o estado de um indivíduo. As novas

---

<sup>98</sup> Castro refere-se mais especificamente ao do curso de 1974-1975 ditado no College de France, *Les Anormaux*, e das três figuras das que fala Foucault: “del monstruo, del incorregible y del onanista” (versão em Espanhol: Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 61).

praças instalam a possibilidade de abrir mão de uma medição, fazer do corpo um dado objetivo, outorgando uma identidade ao sujeito.

Na sessão do 29 de janeiro de 1913, acorda-se a denominação destes espaços como “Plazas Vecinales de Cultura Física” e autoriza-se a impressão das “máximas higiénicas, sociales, reglamentos generales e internos, con el objeto de facilitar la propaganda de estos centros de cultura física” (CNEF, 1911, p. 226).<sup>99</sup>

Os mecanismos para conhecer o estado de saúde da população que teria acesso às praças seriam os “gabinetes antropométricos”<sup>100</sup>. Estes seriam incorporados após se instalar no primeiro ginásio popular no clube L’Avenir, a partir do oferecimento dos serviços profissionais dos médicos Giriale y Casella.<sup>101</sup> A própria CNEF teria comprado os “aparatos e instrumentos para el gabinete antropométrico” (CNEF, 1911, p. 162), que, nas palavras do Sr. Gomez, seriam de “imediate utilidade para comprobar el estado de salud de los inscriptos que concurran a ejectuar los ejercicios reglamenarios [...] en la Sociedad de L’Avenir, único local donde actualmente funciona un gimnasio popular” (CNEF, 1911, p. 162).<sup>102</sup> Esses gabinetes seriam instalados nas praças como elemento indispensável para conhecer o estado de saúde de todos e cada um dos iniciados:

---

<sup>99</sup> Ainda assim, na publicação “Plazas Vecinales de Cultura Física”, de abril de 1913, de autoria de Juan A. Smith como presidente da CNEF, os incisos extraídos do artigo 3 acham-se presentes (SMITH, 1913, p. 29).

<sup>100</sup> Esses “gabinetes antropométricos” seriam também implementados no sistema educativo brasileiro como forma de fazer um “estudo científico da infância”. Sobre isso consultar Carvalho (1997).

<sup>101</sup> “En el deseo de cooperar en la patriótica y humanitaria misión del perfeccionamiento de la raza, que con tanto celo y entusiasmo ha comprendido la Comisión Nacional de Educación Física, el Dr. Giriale ofrece gratuitamente sus servicios profesionales. En idéntico sentido lo hace el Sr. Guinico Casella. Se resuelve aceptar estas corporaciones y agradecer la acción desinteresada de estos Señores”. (CNEF, 1911, p. 155).

<sup>102</sup> À proposta de Smith (com apresentação de um projeto na sessão de 6 de novembro de 1912) conforma-se uma Comissão Especial de “Antropometría, Fisiología e Higiene”, constituída por três membros da CNEF e sob sua superintendência. A direção técnica desta Comissão estaria a cargo de um médico indicado pela CNEF (CNEF, 1911, p. 195). Os “gabinetes de antropometria y observaciones fisiológicas” seriam implementados na “Praza Vecinal N°1”. Designado – no dia 7 de abril de 1913 – uma médica para dirigir o setor de mulheres e meninas e um doutor para o setor de homens e meninos (CNEF, 1911, p. 262).



### **De las inscripciones**

Art.1º Las Plazas Vecinales son para el pueblo; pero para tener libre acceso a ellas es obligatoria la inscripción en el registro especialmente establecido en la Comisión Nacional, sin cuyo requisito no será permitida la entrada. [...].

### **Tarjetas de salud**

Art. 4º. Una vez solicitada la inscripción, los aspirantes deberán someterse a un reconocimiento médico, a fin de comprobar sus condiciones físicas.

Art. 5º. Realizada la observación del facultativo y siempre que no se descubran afecciones que puedan comprometer la salud, la inspección general de la Comisión establecerá la tarjeta de “estado físico” donde se anotarán además de algunos antecedentes hereditarios, la edad, el sexo la talla, mediciones y capacidades del tórax, resistencia pulmonar, etc.

Art. 6º. Esta tarjeta quedará anotada en un registro especial, con sus respectivas anotaciones. Una vez cada seis meses se verificarán las comprobaciones necesarias, a fin de rectificar los nuevos detalles que se observasen, y establecer las equivalencias.

Art.7º. El examen médico y el carnet de estado físico son de carácter obligatorio, sin cuyo comprobante no se entregará el distintivo de entrada a la Plaza. (CNEF, 1911, p. 271-272).

Quem inscrevia-se para fazer uso da praça tinha a obrigação de se submeter ao “reconhecimento médico” com o fim de “comprovar” a suas condições de saúde, de modo a não prejudicar a sua própria condição e a de seus semelhantes. Ao não se “descobrir” anormalidades no indivíduo, outorgava-se o cartão de “estado físico”, no qual seriam feitos os registros, “comprovando” a cada seis meses os “novos detalhes que se observassem”. Uma vez comprovado o estado de saúde, procedia-se no “marcado” do indivíduo “apto”. Colocava-se um “distintivo” na roupa “em lugar visível”, criado pela própria comissão, com o qual podia ingressar à praça. Esse “distintivo” o reconhecia como novo “cultor”, uma identificação que seria “pessoal e intransferível” (SMITH, 1913, p. 39).

É do corpo que se extrai a verdade, ao mesmo tempo em que se tenta aperfeiçoá-lo, corrigi-lo, regulá-lo, em definitivo, produzi-lo, nos termos de Foucault (2009): “introducir lo viviente en un dominio de valor y de utilidad”. Enquanto a finalidade da soberania está radicada nela

mesma, extraindo seus instrumentos com a forma da lei, o fim do governo acha-se no que rege, “debe buscárselo en la perfección o la maximización o la intensificación de los procesos que dirige, y sus instrumentos, en vez de ser leyes, serán tácticas diversas” (FOUCAULT, 2011, p. 126). Da elaboração das regras de normalidade, de “donde ha podido desarrollarse ese nuevo campo de conocimientos que llamamos ciencias humanas o, mejor, es por el entrelazamiento de saber y poder, característico del funcionamiento de las instituciones disciplinarias, que ellas han podido formarse” (FOUCAULT, 1975, p. 223-224). No “Plano de Acción” de 1923 observam-se mudanças nos critérios para produzir os parâmetros de “normalidade”. O que numa primeira etapa consistia em uma carteira de “estado físico”, a partir de um “reconocimiento médico” para comprovar o estado de saúde, passaria a se aperfeiçoar, incorporando os “certificados de eficiencia normal, para varones y mujeres” (RODRÍGUEZ, 1923, p. 56). Estabelecer-se-iam níveis de desenvolvimento normal de acordo com o sexo e a idade e seriam incorporadas provas e exercícios físicos formados pelos “ejercicios fundamentales que practica todo ser humano, como ser: saltar correr, trepar y lanzar” (RODRÍGUEZ, 1923, p. 56). “Así por ejemplo se dirá: un niño normalmente desarrollado, debiera a la edad de 13 años, correr 50 metros en 9 segundos, dar un salto largo corriendo de 3m. 25 cm, hacer 4 flexiones en la barra, etc.” (RODRÍGUEZ, 1923, p. 56). A praça seria o “campo de experimentación” (RODRÍGUEZ, 1923, p. 56) para esses estudos.

Além destes requisitos “de saúde” para o ingresso no espaço das praças, o regulamento incluía um apartado de “normas morales y de buenas costumbres” e, na continuação, outro de “normas higiénicas” (SMITH, 1913, p. 18-26). Apesar de terem sido escritos no modo imperativo, a tentativa era “hacer conocer y recomendar a los *cultores* algunas máximas y sentencias cuya adopción y práctica mucho contribuirá para completar su cultura, física, moral y social” (SMITH, 1913, p. 18). Em relação às primeiras normas, elas indicavam:

1º Las plazas de cultura física te darán inteligencia, fuerza y vigor no para que abuses de esos dones en tu favor, sino para que los uses reflexivamente y en favor de tus semejantes.

2º Sed bueno, culto, afable, y respetuoso con tus semejantes, y muy especialmente con los niños, las señoras y los ancianos.

3º No te dejes arrebatar por la ira, medita tus acciones antes de obrar.

4° Sed reflexivo, no impulsivo.

5° Usa de buenas maneras y palabras cultas, que con ello atraerás simpatías. Las maneras groseras producen repulsión y antipatías.

6° Usa el lenguaje de las personas bien educadas y no limites el usado por la gente grosera.

7° La riqueza en el vestir no es necesaria para traer e imponer respeto, pero sí lo es la limpieza, la pulcritud en la persona y en sus trajes, condiciones que están al alcance de todos.

8° No huyas nunca de un peligro imaginario ni te dejes dominar por el pánico, medita, reflexiona antes de actuar- si te encuentras en agrupación, piensa a quién tus fuerzas, tu vigor y tu vida pueden ser útiles- si hay niños y mujeres en los circunstantes, ayúdales los primeros- después ayuda a los ancianos, después a tus iguales- el último, a ti mismo.

9° No concurras a lugares de ocio o de malas costumbres.

10° Habla siempre a tus superiores con el sombrero en la mano. No entres a local cerrado sin llevarlo en igual forma. (SMITH, 1913, p. 18).

Todo um “dever ser” do indivíduo era esboçado nestas indicações, a moral diretamente ligada às condutas higiênicas seria tão importante quanto as condições físicas. O homem pulcro, respeitoso, culto, racional, reflexivo, cauto, não impulsivo, igualitarista, servil, obediente seria o ideal do indivíduo da República. Na continuação, as “normas higiênicas”, numeradas de 1 a 43, indicavam:

**¡No beses ni te dejes besar!**

1° Sed siempre ordenado en tu modo de vivir.

2° El trabajo y el descanso son igualmente necesarios para mantenerse con buena salud.

3° Después del ejercicio un baño, después del alimento un pequeño descanso, después del descanso el sueño.

4° Toma tus comidas a horas regulares; fuera de estas horas cuida de no alimentarte.

5° Mientras comes, trata de estar tranquilo; mastica muy bien los alimentos.

6° Cuando no te sientas bien, suspende la comida un día o dos; bebe mucho, y bebe sólo leche como alimento hasta sentirte nuevamente bien.

7° Acuéstate temprano y no en lechos demasiado blandos.

8° Debes dormir de ocho a diez horas, apenas despiertas, de mañana, tírate de la cama; vuelve colchones y cobertores, para que se aireen.

9° Mantiene tu cuerpo en perfecto estado de limpieza. La piel pulida no es sólo un embellecimiento del hombre, sino que así nos libera de múltiples enfermedades.

10° Lávate las manos a menudo, muy bien y con jabón antes de comer y tocar los alimentos.

11° Cuando menos una vez por semana en invierno, deberás darte un baño de agua tibia, y jabonarte de pies a cabeza. En verano báñate, cuando menos, una vez por día, en agua tibia o fría, o en el mar. No tomes el baño si no te sientes bien, ni cuando tengas la comida en el estómago, ni cuando estés sofocado o transpirado.

12° Los baños de limpieza e higiene deben ser tibios. Empieza por mojar bien antes de jabonarte, quítate el jabón con agua tibia y baja la temperatura de ésta gradualmente, hasta que los poros de la piel se cierren nuevamente, así evitarás resfríos.

13° Enjuágate a menudo la boca, y haz gargarismos, muy especialmente lo primero después de cada comida. Límpiarte los dientes con cepillo de mañana y de noche antes de acostarte. Hazte observar los dientes por un dentista, a lo menos una vez por año. Esto no sólo preservará tus dientes, sino que te evitará muchos otros males.

14° Todo tu vestir debe estar limpio, muy especialmente tu ropa blanca.

15° No uses, para beber, recipientes con los cuales otros hayan bebido, sin limpiarlos cuidadosamente antes.

16° No te humedezcas los dedos para volver las hojas, ni muy especialmente, hagas uso de ese medio para contar papel moneda.

17° Cuando tosas colócate la mano sobre la boca. No escupas nunca en el suelo.

18° Purifica siempre el aire de tu habitación; el aire puro y la luz del sol son tan necesarios como los alimentos.

19° Esfuérzate siempre en respirar por la nariz; en un ambiente polvoroso es esto una costumbre que preservará tus pulmones de enfermedades.

20° Mantente siempre derecho. La posición recta da un aspecto bello y hace al cuerpo más fuerte y resistente.

21° Aspira a diario, muy especialmente de mañana, aire puro, forzándolo hasta lo más recóndito de tus vías respiratorias. Ten cuidado en no hacerlo en lugares mal sanos, donde se haya dormido o donde haya enfermos. Hazlo en las playas, plazas o en los parques, u otros lugares igualmente sanos. Esto fortalece los pulmones, ensancha el tórax, y oxigena la sangre, expulsando del cuerpo materias gastadas o malsanas.

22° Cuando leas, escribas o hagas labores manuales siéntate, como se te ha enseñado en la escuela.

23° Los ejercicios físicos que hagas, deben ser cuidando las prescripciones de los profesores de cultura física.

24° Sed prudente al jugar y has que el juego no degenera jamás en actos groseros que perjudiquen a tus compañeros y a ti.

25° Los golpes al bajo vientre, a la cabeza y muy especialmente a las orejas, pueden producir lesiones mortales.

26° Te mucho cuidado con los ojos. Cada año numerosos niños quedan para siempre ciegos, por mal uso de tenedores, cuchillos, cápsulas explosivas, pólvora, flechas y piedras.

27° Abstente, cuando estés sudado, de bebidas frías, o tómalas a sorbos para que se entibien en la boca. Evita los enfriamientos bruscos.

28° Avisa a tus padres o maestros, cuando te sientas mal o sufras dolores en cualquier parte del cuerpo, especialmente al tragar, o al toser, o cuando veas o sientas menos que tus compañeros.

29° Hazte limpiar o curar cualquier herida por leve que ella sea.

30° No te unas a personas que tienen enfermedades contagiosas, no toques sus objetos. Si tu tienes una

enfermedad de esa clase debes retirarte de los demás.

31° No bebas agua ni leche sin hervir, cuando no conozcas su procedencia.

32° Cámbiate el calzado y las medias cuando las sientas húmedas.

33° No uses nada muy estrecho al cuerpo, como corsés, cinturones, cordones del calzado, cuellos altos o apretados.

34° No introduzcas al oído pintas de fierro o madera u otro objeto igual; cuando tengas secreciones en las orejas ve inmediatamente al médico.

35° No toques tus ojos con objetos no bien limpios.

36° Si un cuerpo extraño se e introduce en un ojo, no te resfrigues el párpado, da vuelta al párpado superior y si el objeto no sale de inmediato ve al médico sin tardanza.

37° Trabaja sólo con luz clara y que no oscile, nunca con una luz que no sea fija o de mucho calor; no trabajes a la luz incierta de la mañana o de la tarde. No leas alas impresiones.

38° Antes de resolver a adoptar una profesión, consulta al médico si tu cuerpo, en general, o si tus ojos, especialmente, te permiten adoptarla.

39° Abstente de bebidas alcohólicas, especialmente de aguardientes. El uso habitual del alcohol no solo enferma al hombre, sino que lo hace malo. Casi siempre los delincuentes son bebedores. Para los niños cada gota de alcohol es veneno.

40° El uso del tabaco, en la niñez, produce grandes y dañosas perturbaciones en el organismo.

41° No leas libros malos o muy emocionantes, corromperán tu cuerpo y tu alma.

42° Domínate a tiempo. Que los caprichos y los deseos no te manejen. No te abandones a pensamientos melancólicos o de tristeza. Un trabajo serio y los ejercicios físicos te quitarán los disgustos. Un humor igual y pacífico te asegurarán de la mejor manera la salud del cuerpo y del alma.

43° *Cultor*, si alguna de esas reglas higiénicas no fuesen por ti entendidas acude a tus profesores que te las aclararán. (SMITH, 1913, p. 20-26).

O tempo quantificável pode ser incessantemente fragmentado, e por sua vez organizado, sequenciado, estabelecendo rotinas que prescrevem o que fazer e como deve ser feito em cada circunstância. Como indica Rodríguez (2012, p. 176),

Emitir ciertos discursos y proponer ciertas prácticas desde un lugar oficial, es buscar incidir en el conjunto de cosas que son significativas para los individuos, imbricarse en sus rutinas, estar presente como un saber objetivado, es en definitiva pretender ser un a priori fundamental de la existencia corporal.

Mas não é qualquer um que pode enunciar, prescrever, são os homens de ciência, especialmente das ciências biológicas, os legítimos responsáveis de enunciar a verdade sobre a higiene e a moral. Como Dogliotti (2012, p. 198) indica: “Moral e higiene se despliegan como dos caras de una misma moneda, normalizan a las poblaciones para combatir la degenerescencia”. Mais uma vez, as crianças merecem especial atenção nestas normas morais e higiênicas. A infância é o indivíduo e a população do futuro, portanto, investir sobre corpo e a consciência das crianças, é economizar tempo e esforços no governo do amanhã.

A chegada da educação física às crianças e a suas famílias seria um outro canal de intervenção da campanha médica. A primeira indicação que antecedia as quarenta e três “normas higiênicas”: “No te beses ni te dejes besar”, assim como as indicações para evitar toda forma de contato entre os indivíduos (SMITH, 1913, p. 20), seriam aconselhadas e fundamentada pelo Dr. Sebastián B. Rodríguez, membro do Corpo Médico Escolar Nacional e Diretor da revista uruguaia “La Tuberculosis”. Na publicação “Nociones de higiene preventiva”, ele expunha:

La transmisión de la tuberculosis por inoculación o por contacto directo, de boca a boca, encuentra en el beso un enemigo importante y digno de tenerse en cuenta. [...] El beso fuera de la familia, fuera del hogar, debe condenarse en absoluto y sin restricciones de ninguna especie [...] Conviene educar a los niños desde su más tierna infancia a que no besen a nadie ni se dejen besar, educación o enseñanza que comenzada en el hogar, en la familia, debe ser continuada en la escuela

secundaria por los maestros. (RODRÍGUEZ, 1910, p. 39).

Como indica Foucault (2006, p. 66):

No hay enfermedad o trastorno físico al cual el siglo XIX no le haya imaginado por lo menos una parte de etiología sexual. De los malos hábitos de los niños, a las tisis de los adultos, a las apoplejías de los viejos, a las enfermedades nerviosas y a las degeneraciones de la raza, la medicina de entonces tejió toda una red de causalidad sexual.

A enfermidade era adquirida pelo contágio através do contato corporal, o qual era formalizado a partir de uma educação orientada pelos preceitos científicos, provenientes especialmente da corporação médica. Além dessas indicações, os médicos precisavam as condições gerais de uma casa higiênica, a qual devia ter espaços amplos, ventilados, aonde o sol chegasse ao interior “porque no hay nada más prejudicial que uma vivenda oscura y húmeda”, como continuava afirmando: “donde no entra el sol entra el médico” (RODRÍGUEZ, 1910, p. 41). Os “conventillos”, ao qual nos referimos no primeiro capítulo, representavam um dos maiores perigos, porque ali se concentrava o “alojamento insalubre y acumulación de personas [...] durmiendo a veces entre 4, 5, 6 y hasta 7 personas entre grande y chicos” (RODRÍGUEZ, 1910, p. 42). Esta publicação médica prescrevia até o tipo de vida que tinha que levar um tuberculoso, além das condições higiênicas pessoais e da moradia: “debe llevarse además una vida sóbria y metódica, no passar nunca malas noches, no abusar de los placeres, bebidas, cigarros, etc.” (RODRÍGUEZ, 1910, p. 45). Sujeira e imoralidade concentravam-se nestes recintos pobres alvo das campanhas médicas, com as quais contribuíam pedagogos e agora os mestres de cultura física.

Não é suficiente respeitar as normas higiênicas e de conduta no espaço delimitado da praça, o “cultor” adota essas práticas, as “cultiva”, as integra, as corporifica por convencimento não só do benefício pessoal, senão também em favor de seus “semelhantes”. Para que isto ocorresse não bastava apenas sugerir ou recomendar, que seria preciso estabelecer mecanismos contínuos de controle e vigilância. O Diretor Técnico da praça devia se esforçar “en fomentar todos aquellos ejercicios y prácticas tendientes a moralizar las costumbres, a formar el carácter, a despertar el arrojo y el altruismo, al respeto social [...] a dominar las pasiones”.



Deveria também, junto aos professores, “enseñar todo en cuanto tenga relación con la higiene y los hábitos de pulcritud y limpieza, en el cuerpo y en el vestir, aconsejando y prescribiendo todas aquellas prácticas de fácil ejecución aconsejadas por los higienistas” (SMITH, 1913, p.32-33). O Diretor Técnico também seria o responsável por estabelecer os horários de “exercícios livres ou regulamentados”, os horários dos banhos,<sup>103</sup> assim como de dispor as atividades e usos de aparatos nos “horários livres” (SMITH, 1913, p. 40). A sua tarefa incluía “llevar los registros en donde anote las observaciones psíquicas y físicas que, producidas por la educación física, note en los educandos a su cargo” (SMITH, 1913, p. 33).

Nas palavras de Rodríguez (2012, p. 185), “toda una pastoral centrada en el cuerpo” seria condensada nos mecanismos desenvolvidos nas praças com a finalidade de conduzir as condutas de todos e cada um em particular. A compressão das formas políticas da modernidade implica, para Foucault (2011), a necessidade de se remeter ao governo pastoral dos homens. Nas palavras de Castro (2014, p. 126), a primeira versão do poder pastoral “toma forma no cristianismo a partir das tradições hebraica e oriental”, assim como de “certas técnicas de vida da tradição grega”. Porém, o pastorado cristão desenvolvido a partir dessas tradições seria essencialmente diferente, tendo como novidade a criação de uma “imensa rede institucional” (FOUCAULT, 2011, p. 192). Essa prática da pastoral cristã como “prelúdio da governamentalidade” é sustentada por Foucault (2011) a partir da forma particular que adquirem a salvação, a lei e a verdade.

Em relação à salvação, pastor e rebanho estabelecem uma relação que é “íntegra e paradoxalmente distributiva” (FOUCAULT, 2011, p. 197). “Íntegra” na medida em que a salvação de todos implica a salvação de cada um. Torna-se “paradoxalmente distributiva” na medida em que salvar todos pode envolver o sacrifício de uma das ovelhas quando esta comprometa, ameaça a salvação do conjunto. Ainda quando a

---

<sup>103</sup> Os banhos, semelhantemente aos horários das praças, mereceram uma seção especial no regulamento. Depois de cada exercício ou jogo seria “obrigatório”, exceto prescrição médica em contrário. Além disso, seria “motivo de suspensión, que podrá variar de uno a cinco días: los que omitan cuidar sus ropas, ya sea dejándolas tiradas por tierra o cerrándola en los armarios estando todavía húmeda por la transpiración. Será también factible de pena, el apropiarse de útiles ajenos. Estas penas pueden variar según sea la gravedad o reincidencia del hecho, pudiendo llegar a ser motivo de expulsión” (SMITH, 1913, p. 42). Esses banhos seriam planejados sem custo, ainda que na realidade isso pareça não ter-se cumprido. Da leitura das atas pode-se apreciar que vai se receber um dinheiro semanalmente dos banhos das praças.

recuperação de uma das ovelhas seja tanto importante quanto a salvação do conjunto.

Em relação à lei, o pastorado cristão organizaria uma nova forma que Foucault (2011, p. 205) chamou de instância da “obediência pura”: apresenta-se como tipo de “conduta unitária, altamente valorada” e que tem a particularidade de conter a sua “razão de ser em si mesma”. O pastor não é o homem da lei, mas é mais que isso, é quem estabelece uma relação de “dependência integral”. Trata-se de uma relação individual que estabelece a forma de “submissão”, sujeição de um indivíduo a outro como princípio da obediência cristã. Um outro elemento substancial é que essa relação de “servidão integral” é sem fim. Obediência para alcançar o estado de obediência e renúncia à vontade própria. Nas palavras de Foucault (2011, p. 210), “en el fondo, ser humilde es saber que toda voluntad propia es una mala voluntad”. “Servidão” de um lado, missão de serviço, do outro.

Por último, em relação com a verdade, Foucault (2011) parte do ensino grego, no qual o pastor tem a missão de ensinar a todos, de forma não geral e predicando pelo exemplo, com sua própria vida. A respeito dessa forma, a pastoral cristã tem que ensinar, mas não se trata só de dizer o que se tem que saber e o que fazer. O ensino tem que ser uma “direção da conduta cotidiana” (FOUCAULT, 2011, 2014). Se faz preciso, mais que o exemplo, a observação, a vigilância, uma “direção a cada instante”. Neste sentido, o pastor não só ensina a verdade como também dirige a consciência. Porém, a forma cristã guarda a suas diferenças a respeito das formas antigas de direção da consciência. Em primeiro lugar, não se trata, como na prática antiga, de uma ação necessariamente voluntária, nem circunstancial. A direção da consciência cristã é permanente, diz respeito a tudo e durante a vida inteira. Mais uma diferença substancial: o fim desta prática não é “alcançar o domínio de si mesmo” com a “extração” e “produção de certa verdade”, senão a de reafirmar a relação de dependência a respeito do outro que dirige (FOUCAULT, 2011, p. 217).

Assim, essa forma cristã do poder pastoral, como técnica política de individuação, vai reunir quatro elementos, nomeados por Castro (2014, p. 127):

- 1) A responsabilidade do pastor não só concerne à vida das ovelhas, mas a todas suas ações. Os pecados do rebanho são imputáveis, em última instância, ao pastor.
- 2) A relação entre o pastor e suas ovelhas é individual e total.
- 3) O pastor deve conhecer o que se passa no foro mais íntimo de

cada uma de suas ovelhas [que reúne as práticas de exame e direção da consciência, adquirindo forma a doutrina da obediência concebida como submissão total] 4) O pastor deve conduzir suas ovelhas pelo caminho da mortificação, uma espécie de morte cotidiana neste mundo. (CASTRO, 2014, p. 127).

Não obstante, isso não significa que a passagem do governo das almas ao governo dos corpos, do poder pastoral à governamentalidade deva ser interpretada como uma transformação “maciça e global” do poder da Igreja e de suas técnicas de governo dos homens ao do Estado (FOUCAULT, 2011, 266). Trata-se, como adverte Castro (2014, p. 28), em referência à Foucault (2011), de processos complexos nos quais as estruturas estatais modernas incorporam, alteram e apropriam-se de uma série de procedimentos do poder pastoral como técnicas de poder “totalizante e individualizante”. O pastorado implica:

La constitución tan específica de un sujeto cuyos méritos se identifican de manera analítica, un sujeto atado a redes continuas de obediencia, un sujeto subjetivado por la extracción de verdad que se le impone. Pues bien, creo que esa constitución típica del sujeto occidental moderno hace que el pastorado sea sin duda uno de los momentos decisivos de la historia del poder en las sociedades occidentales. (FOUCAULT, 2011, p. 219).

Ao mesmo tempo em que se intervém sobre o corpo do indivíduo por meio da disciplina, se estabelecem mecanismos de regulação sobre o conjunto. Os efeitos benéficos das praças de cultura física sobre o corpo individual teriam seu correlato na estatística, como conhecimento técnico de Estado que garante o bom governo da população:

así el horroroso porcentaje de tuberculosos que en los últimos diez años marcó en las Casas de Beneficencia Pública un 62, 95%! Frente a las demás enfermedades infecto-contagiosas; con el eficaz preservativo y vigorizador ejercicio físico de nuestras Plazas Vecinales, ese malísimo mal declinará de asustadora proporción hasta que la estadística del inteligente Secretario del Asilo “Luis Piñeyro del Campo”, señor López Lomba,

nos dé, en sus cuadros gráficos del futuro, el anhelado cero que señale la desaparición del terrible disco de las enfermedades infecto contagiosas, del desesperante y abrumador sector gris. (CNEF, 1911, p. 149-150).

A tuberculose era uma de “las três plagas”<sup>104</sup> que atentavam contra a sociedade desde o início do século XX e as quais o Estado propunha-se a erradicar. No jornal “El Día”, de maio de 1913, editou-se uma nota que se intitulava: “Las enfermedades contagiosas. Su profilaxis y denuncia obligatoria. Ordenanza del Consejo N. de Higiene”. A CNEF integrava-se comodamente nesta política de Estado, dispondo os dados num aparato administrativo e protagonizando esta campanha:

La práctica de los ejercicios físicos será tal vez durante mucho tiempo una de las fuerzas más positivamente eficaces para luchar con ventaja contra el asalto formidable y destructor de esta triada funambulesca que constituye los tres más grandes flagelos que amenazan la existencia de la sociedad contemporánea: la tuberculosis, la sífilis y el alcoholismo. (CNEF, 1949, p. 8).

As zonas de risco em relação a esses males indicavam diretamente os setores pobres da população que viviam em condições insalubres. A preocupação com o combate dos males da sociedade não era simplesmente uma questão de Estado. Os setores anarquistas reclamavam por condições higiênicas para o proletariado, denunciando as consequências do desenvolvimento do sistema capitalista: “esa virtud del progreso burgués, flor del conventillo y de la fábrica, esposa del tugurio: la tuberculosis” (EL HOMBRE, 1916a). Ainda nesse mesmo jornal, uma nota destacava:

Es curioso que una Liga de arquitectos y constructores se reunan seriamente para tratar sobre higiene de la habitación, cuanto que siendo ellos los que edifican son por fuerza los autores de

---

<sup>104</sup> Assim seria intitulado um artigo do jornal de Batlle y Ordóñez do dia 3 de abril de 1920, em referência à sífilis, ao alcoolismo e à tuberculose (CUADERNOS DE MARCHA, 1967). Porém, pode-se notar a recorrente presença do assunto nos diferentes números do jornal publicados no ano 1913 (EL DÍA, maio 1913), assim como nos jornais anarquistas do período (EL HOMBRE, 1916a, 1916b).

tantas casuchas sin luz, húmedas y estrechas [...] A nadie le parecerá del otro mundo que cuando un individuo posee terrenos sobre los que quiere y hace construir –y ese individuo es del corte de Piria- atiende más al lucro, basado en una buena renta de alquileres, que en la comodidad e higiene que debe existir en las habitaciones. Dos piezas estrechas dan más alquiler que una amplia. (EL HOMBRE, 1916b, s/p.).

A aparente unidade ou consenso no discurso higienista guardava seus matizes, principalmente no que diz respeito às medidas que o Estado tomava para combater essa enfermidade. Os jornais anarquistas, como “El Hombre”, denunciavam a situação frente às condições de vida moderna do proletariado, mas as medidas tomadas pelo Estado – “acciones sociales susceptibles de aplauso” – não eram outra coisa que “remédio” e “caridade” que, ao contrário de erradicar a situação, mantinham a dependência e passividade dos trabalhadores (EL HOMBRE, 1916a, s/p.):

¡Oh! No maltratéis de palabra ni de hecho a los bandidos capitalistas que os condenan a muerte lenta; elementos humanitarios, que toleras vuestra presencia, que respetan vuestra vida porque os necesitan todavía; porque aún no han descubierto el modo de prescindir de vuestro concurso. No los molestéis en lo poco ni en lo mucho. Ellos nacieron para vivir panza arriba, emancipados del trabajo, sin las preocupaciones que plantea la angustia de la necesidad, montados sobre los lomos de millares de esclavos, que hoy se llaman, proletarios, avergonzados quizá de su consciente pasividad. (EL HOMBRE, 1916a, s/p.).

Como afirma González Sierra (1996, p. 202), “el uso del tiempo libre significaba decidir sobre la salud o la enfermedad, la sanidad o la insania, lo moral o inmoral, lo permitido o lo prohibido, lo socialmente conveniente o lo subversivo”. A hegemonia do discurso médico e higienista promovia a disciplinarização da vida social urbana, estando dirigida principalmente aos pobres, evitando a “propagação de enfermidades do corpo e da sociedade” (GONZÁLES SIERRA, 1996, p. 202). As praças de cultura física seriam os espaços para fazer um uso

conveniente do tempo fora do trabalho, principalmente afastando ao indivíduo da vida malsã de álcool e prostituição nas ruas dos “bajos” que narram as crônicas de Collazo (1967), mas também evitando as possibilidades de gerar movimentos revolucionários por parte dos trabalhadores, gerando essa “passividade” do setor obreiro que denunciava o jornal anarquista como consequência do “progresso burguês capitalista” (EL HOMBRE, 1916a, s/p.). A “igualdade democrática” implicava a incorporação do trabalhador ao sistema político, com exercício do voto, participação em clubes, essa era a “cidade batllista” que descreveu Caetano (2011) e na qual se inscreviam os novos espaços de cultura física para a população. O projeto das praças planejava uma organização que pretendia envolver aos concorrentes não só nas atividades físicas, senão na gestão e administração da própria praça, a *cultura cívica* – tão almejado pelo projeto batllista, como anteriormente referido – também podia se expandir nestes espaços públicos. As “Comisiones Vecinales de Educación Física” tinham sido criadas a partir da proposta de Smith e apoiada pela CNEF com modificações sugeridas pela Comissão de “Fomento y Propaganda” (CNEF, 1911, p. 141), e seriam instituídas pela própria CNEF com a função de “cooperar dentro de su sección al desenvolvimiento de los cometidos confiados a la Comisión Nacional” (CNEF, 1911, p. 115). Especialmente teriam competência na “vigilancia e dirección inmediata” dos ginásios populares e das praças de cultura física, seguindo os fins preestabelecidos pela CNEF (CNEF, 1911, p. 115). Os últimos incisos do artigo 3 referem-se à previsão de propor reformas ou medidas à CNEF com vistas à “popularizar, mejorar, o al incremento de la educación física en la sección”, assim como de “interesar a toda la población de su sección en favor de los ejercicios físicos llevándole al conocimiento de los incalculables beneficios que su acción resulta para la salud y moral del pueblo” (CNEF, 1911, p. 116). Durante o primeiro ano de formação, a Comissão Vecinal seria conformada por cinco membros encarregados pela CNEF e posteriormente os integrantes seriam eleitos pelos esportistas da seção, “inscriptos en un registro especial que llevará en su local la Comisión Vecinal y copia de él, en la sede de la Comisión Nacional” (CNEF, 1911, p. 142).

## CAPÍTULO 3 – AS “PLAZAS VECINALES” ENTRE A “CULTURA FÍSICA” E A “EDUCAÇÃO FÍSICA”

### 3.1. DA “CULTURA FÍSICA” AO “ESPORTE”

As praças de cultura física “não representavam uma novidade moderna”. Smith (1913, p. 5) afirmava – em uma típica operação de *comentário* que Foucault atribuí aos discursos (FOUCAULT, 2013) – que “desde muy antiguo, sociedades o comunas, se ocuparon de establecer, en centros populosos, plazas o sitios baldíos a los cuales concurría el pueblo llevando sus niños, para jugar y correr al aire libre, proporcionándoles algunos aparatos de recreo, de primitiva y simple construcción”. Porém, estas “creaciones empíricas” tinham outros fins que não alcançaram o “concepto moderno de las *plazas vecinales de cultura física* [, a saber,] proporcionar al hombre no sólo un centro recreativo, sino la enseñanza racional y científica de todos aquellos ejercicios que contribuyan a la mejora, embellecimiento y vigorización de la raza” (SMITH, 1913, p. 6). Naquele antigo ideário “para nada entraba en sus propósitos usar las plazas, como medio exquisito, tal vez, y sin tal vez, el mejor de todos los preconizados en épocas recientes para perfeccionar la raza humana física y moralmente” (SMITH, 1913, p. 6).

A versão moderna dessas novas praças, que se inaugurava em Montevideu como experimento da CNEF a ser replicado em cada centro povoado do Uruguai, tinha sua referência nos países da Europa e “muy especialmente en Estados Unidos”, onde “los gobiernos de los estados y los municipios gastan en sus instalaciones sumas enormes” (SMITH, 1913, p. 7). A publicação de Smith (1913) citava o livro de “American Playgrounds”, de E. B. Mero (1908), explicitamente para se referir às cifras que aquele país investia no projeto. Enquanto, “en los últimos años que precedieron al 1909, se gastaron en Estados Unidos CINCUENTA Y CINCO MILLONES DE PESOS en sus *playgrounds*” (SMITH, 1913, p. 7), a CNEF

con sus escasísimos recursos (\$50.000 anuales), y sin querer desatender las múltiples obligaciones que su complejo y vasto cometido le imponen, ha querido crear las *plazas vecinales de cultura física*, y en su iniciación ha querido ir más allá y ha ido, que su sabia hermana del norte [...] Nosotros damos a nuestras plazas una organización mucho más

perfecta y mucho más amplia. (SMITH, 1913, p. 10-11).

As praças de cultura física no Uruguai “superavam” aos *playgrounds* dos Estados Unidos em dos principais elementos. O primeiro, “no son sólo para niños o los adolescentes, a ella también pueden concurrir las madres, los padres, los jóvenes o ancianos; a presenciar los ejercicios de sus hijos, o para hacerlos ellos mismos, que para todo ha previsto la [CNEF]” (CNEF, 1913, p. 11). O segundo elemento se refere à “direção organizada” que incorporava a versão uruguiaia:

Nuestras plazas, cuentan además con directores y profesores competentes que dirigen racionalmente los ejercicios de esos centros, fijando a cada cual aquel o aquellos que convengan a su salud o a su desarrollo, e instruyéndoles en los ejercicios reglamentados o libres, de manera de obtener el más favorable éxito en pro de su perfeccionamiento moral y físico. (CNEF, 1913, p. 11).

As praças inscreviam-se em um programa de educação física escolar com a tentativa de melhorar os “inconvenientes de los edificios escolares [que] ni ahora ni nunca podrán llegar a reunir condiciones de higiene y de espacio al aire libre” (CNEF, 1913, p. 12). No conceito da CNEF, o programa escolar teria que ser sempre um “programa mixto, de educación intelectual y de educación física, quitándole dos horas a la primera para dárselas a la segunda, con el propósito de que los niños puedan concurrir diariamente a esos centros de cultura física al aire libre”. Como indica Crisorio (2007, p. 69),

resultaba indispensable reformar los horarios y programas escolares respetando los límites que la fisiología imponía al trabajo intelectual y destinando mucho más tiempo para el ejercicio libre de los juegos, “para el desarrollo del organismo y para el reposo del cerebro”, así como dotar a las escuelas de las condiciones de higiene necesaria, de los metros cuadrados mínimos de espacio libre que cada alumno requería y, sobre todo, de patios y jardines lo suficientemente grandes y aireados para el recreo de los estudiantes.



A reforma europeia da Ginástica, analisada por Crisorio (2007), seria uma “empresa radicalmente política” que estabeleceria a ciência como garantia de uma nova educação, criando e consolidando – entre 1880 e 1890 – o termo Educação Física que substituiria à “Ginástica” como “designación de las prácticas corporales educativas”. Como diz Crisorio (2007, p. 68), “la ciencia mostraba que la gimnástica era muy inferior a los juegos, tanto en cantidad de ejercicio muscular como en cuanto a la calidad del mismo.”

No caso do Uruguai, a criação da CNEF pode ser lida, como será assinalado em outras recentes pesquisas, como o segundo grande ícone a respeito da educação do corpo. O primeiro estaria representado na reforma educativa proposta por José Pedro Varela na década do setenta do século XIX (DOGLIOTTI, 2012; RODRÍGUEZ, 2012). O acontecimento do ano 1911, nas palavras de Dogliotti (2012, p. 59), pode ser considerado o momento de “quiebre discursivo, [...] en el que los discursos en relación a la gimnástica comienzan a ser superpuestos y, por momentos, puestos en tensión con los discursos en relación al deporte”. Mais ainda:

Podríamos manejar como hipótesis primaria que en este momento [de criação da CNEF] comienza a haber un lento y paulatino pasaje de la gimnástica al sport que culminará recién a mediados de siglo XX. (DOGLIOTTI, 2012, p. 59).

Pérez Monkas (2013) analisa os conteúdos da educação física incorporados no programa de ensino escolar a partir da reforma Vareliana – presentes na obra “La Educación del Pueblo” (1874). Destaca, acompanhando a hipótese de Dogliotti (2012), um predomínio na referência aos sistemas ginásticos da corrente europeia continental<sup>105</sup> frente aos *sports* de origem anglo-saxônica. O seguinte programa de ensino escolar, após a morte de Varela, em 1879, retomaria aspetos da sua obra “La Educación del Pueblo” (1874), e incorpora aos “Ejercicios gimnásticos” os “Juegos libres”.

---

<sup>105</sup> Como sinala Dogliotti (2012, p. 70), as referências de Varela em termos de *cultura física* acham-se nos países de Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, sendo a ginástica “el modelo predominante que caracteriza a la educación física en el pensamiento vareliano”. A educação física para este entendida como ginástica ou exercícios físicos, os esportes não seriam incorporados, ainda tendo a Inglaterra como referência.

Los juegos libres constituirán la base de la educación física. El maestro irá enseñando estos juegos sucesiva y oportunamente y los hará emplear en los recreos teniendo en cuenta la edad, sexo y condiciones físicas de los alumnos, condiciones del local, etc. – No obstante una vez atendidas estas circunstancias se dejará que los niños elijan los juegos que sean de su predilección. [...] Donde la amplitud del terreno lo permita, las niñas jugarán al disco, croquets, lawn tennis, y los varones jugarán además, al foot-ball, a las bochas y a los bolos y quillas. (PROGRAMA DE ENSEÑANZA PRIMARIA PARA LAS ESCUELAS URBANAS, 1907 apud PEREZ MONKAS, 2013, p. 3).

Monkas (2013) indica que esta incorporação dos *sports* no programa escolar acontece ainda na forma de “Ejercicios físicos”. A partir do foco da presente pesquisa, as “Plazas Vecinales de Cultura Física” no marco da CNEF, também é plausível supor esta passagem. Não seria casual a mudança na denominação destas praças, na sessão do dia 7 de abril de 1915, passando a se chamar “Plazas de Deportes”.<sup>106</sup> Ainda sem figurar discussão que aporte informação a respeito dessa resolução, surgem as perguntas: em que medida se pode aludir à esta incorporação dos esportes uma mudança na direção da educação do corpo? É no deslocamento da ginástica ao esporte que poderíamos achar uma outra forma de educar o corpo, agora não mais apenas do indivíduo, mas também da população?

Crisorio (2007) vai discutir essas questões. O surgimento da Educação Física, como “jovem disciplina”, que aparece a partir do

---

<sup>106</sup> A denominação “Plazas Vecinales de Cultura Física” passaria por várias mudanças. Da proposta inicial de julho de 1912, “plaza vecinal de ejercicios físicos” (CNEF, 1911, p. 147), à de janeiro de 1913, “plazas vecinales de cultura física”, até a última mudança, em 7 de abril de 1915: “Plazas de Deportes”. Sendo presidente da CNEF o Sr. Ghiigliani, aprova-se a nova denominação sem figurar no registro de ata nenhuma discussão a respeito (CNEF, 1915). A terceira praça, localizada no Parque Urbano, inaugura-se em outubro de 1915 com essa denominação. O Sr. Ghiigliani tinha se integrado à CNEF a partir da sessão de 14 de setembro de 1914 (CNEF, 1911, p. 323) e foi o responsável da publicação oficial desta comissão, a revista “Uruguay. Sports” (o nome da revista não é menos importante aqui), a partir do ano 1918 (GUTIÉRREZ, 1991, p. 33).

referido movimento de “reforma da ginástica” por parte dos médicos e fisiólogos no contexto europeu, provocou um deslocamento da ginástica alemã ao *sport* inglês em toda Europa continental. Que dizer, a educação física vai nascer em oposição à um tipo de ginástica caracterizada por sua artificialidade, dificuldade e força muscular local e intensa, na procura de um “método fisiológico y natural”<sup>107</sup> (CRISORIO, 2007 p. 68). Nesse sentido, explica o autor:

La reiterada defensa de la gimnástica sueca y los argumentos que se utilizaban constituyen una prueba adicional de que el problema de la reforma no fue la oposición gimnástica – deporte sino la “artificialidad” de la gimnástica alemana y su falta de “cientificidad”. (CRISORIO, 2007, p. 71).

Como assinala Dogliotti (2012, p. 129-130), seria a ginástica sueca a que estruturaria fundamentalmente as propostas da educação do corpo e especificamente da educação física no sistema educativo Uruguaio desde a reforma “vareliana” até a segunda década do século XX:

Es recién en la segunda década del siglo XX que Lamas propone su propio “sistema uruguayo de gimnasia”, aludiendo fundamentalmente a adaptaciones fundadas en las pésimas condiciones edilicias de nuestras escuelas y en las características psicológicas de los alumnos uruguayos, más cercanas a un tipo descriptivo que denota “cierta barbarie”. Las adaptaciones consisten en disminuir la intensidad del ejercicio, pero la estructura y fundamentación del sistema

---

<sup>107</sup> “La inclusión de la práctica médica en un cuerpo de ciencia físico-química despojó a la naturaleza del carácter matemático y mecánico que le habían atribuido Galileo y Descartes, y desplazó definitivamente el entendimiento del cuerpo humano como una máquina para concebirlo como un organismo en intercambio con el medio ambiente. En la segunda mitad del siglo XIX, la valoración de las funciones vitales acabó con el predominio de las taxonomías y la geometría del movimiento. Esta comprensión de lo natural como normal y del cuerpo humano como un organismo se hace visible en el discurso de los reformadores de la Gimnástica. En primer lugar, a los ejercicios corporales “artificiales” de la gimnástica opusieron ejercicios que emplearan “los movimientos naturales del cuerpo, aquellos a que se siente el hombre llevado instintivamente, y que pueden, por esta razón, llamarse ejercicios *naturales*” (Lagrange, 1894:11)” (CRISORIO, 2007, p. 68).

gimnástico sigue siendo el desarrollo del cuerpo orgánico, las formaciones simultáneas que siguen la voz de mando del profesor ejecutadas al unísono. (DOGLIOTTI, 2012, p. 130).

Ainda assim, este “sistema uruguayo de gimnasia”, proposto por Lamas,<sup>108</sup> estaria composto por vários exercícios “calistênicos”<sup>109</sup> que teriam por objetivo “vigorizar o corpo”. Como Dogliotti (2012, p. 127) destaca, “la fisiología es la que regula y dictamina el saber de la gimnasia; pareciera que no hay otro saber sobre el cuerpo que este”. Nesse mesma direção, Crisório (2007, p. 76) dira que

la fisiología despojó a la naturaleza del carácter matemático y mecánico que le había atribuido la “revolución científica” y desplazó definitivamente el entendimiento del cuerpo humano como una máquina para concebirlo como un organismo.

Schneider (2004) realiza uma análise sobre a educação física e o esporte no contexto brasileiro entre 1930 e 1940, abordando como categorias as metáforas utilizadas por Carvalho (1997) para compreender os discursos educacionais nas quatro primeiras décadas do século XX no Brasil. A ideias de “disciplina como ortopedia e disciplina como eficiência” são as chaves para compreender a procura de “[...] legitimarse enquanto saber pedagógico de tipo novo, moderno, experimental e científico” (CARVALHO, 1997, p. 269). Os deslocamentos dos mecanismos de correção das degenerações e defeitos do organismo à uma procura da eficiência no âmbito da pedagogia em geral teria seu correlato sobre os pressupostos da educação física, tornando-se chave para

compreender como o discurso da ginástica, como elemento principal de um programa de exercitação

---

<sup>108</sup> Alejandro Lamas “fue dentista, ‘reconvertido en Profesor de Gimnástica y ganador del primer concurso para proveer docentes para el dictado de las primeras clases sistemáticas de gimnasia y juegos a partir de 1905’” (GOMENSORO, 2009, p. 25 em DOGLIOTTI, 2014, p. 2). No ano 1903 publicou “Educación Física y Primer Manual de Gimnasia Escolar” entre outras obras. A partir de 1908, mas durante um curto período, ditou aulas de ginástica para a formação normalista (DOGLIOTTI, 2014).

<sup>109</sup> Presente en el Primer Curso Intensivo Teórico-Práctico para Maestros de Plazas de Deportes a inicios de 1920.

física, foi progressivamente sendo substituído por um outro discurso sobre a exercitação corporal. A racionalidade e os “novos códigos” que o esporte desperta para a “educação física”, os saberes que apresenta como científicos, a nova capacidade disciplinadora que oferece, em que a eficiência pode ser medida em décimos de segundo, comparada e generalizada, trazem para o âmbito da educação física formas inéditas de intervenção disciplinar. O professor, de posse desses saberes, poderia ter um ferramental que possibilitaria descobrir e conduzir as potencialidades do educando de maneira a alcançar o máximo de produção, em termos de velocidade, força e resistência nos esportes, com o mínimo de tempo e de energias gastas. (SCHNEIDER, 2004, p. 45).

É possível perceber que o deslocamento ocorrido na redefinição dos objetivos do campo educacional, que passa de uma concepção ortopédica para uma concepção que se projeta em termos de eficiência: “Disciplinar não é mais prevenir ou corrigir. É moldar” (CARVALHO, 1997, p. 286).

Como indica Crisorio (2007, p. 70), “la Educación Física se sitúa en un escenario y un tiempo que la proyección en el campo de la educación del dispositivo disciplinario no alcanza a explicar, al menos si no se lo opone y a la vez se lo completa con el dispositivo biopolítico de seguridad”. A Educação Física como produto estritamente moderno,

No sólo nació en medio de la modernidad –Europa, 1880-1890- sino que lo hizo de un parto característicamente moderno: del vientre de la ciencia y de la mano del Estado. El motivo de la reforma, en efecto, no fue la inclusión de los juegos (deportes), ni como complemento ni como parte principal de la gimnástica, sino la adecuación de ésta a los desarrollos y requerimientos de la ciencia, es decir, para el caso, de la fisiología. (CRISORIO, 2007, p. 70).

A “quebra discursiva” que anunciava Dogliotti (2012), e retomada por Malan e Craviotto (2013), de substituição da ginástica pelo *sport*, seria estudado a partir dos textos de Varela e Lamas entre 1874 e 1911, e os discursos da CNEF, analisados a partir da revista oficial “Uruguay.

Sport” entre os anos em que ela foi publicada (1918 e 1926).<sup>110</sup> Porém, esse deslocamento não aparece tão evidente nos primeiros anos de funcionamento da CNEF estudados aqui. Especificamente, a partir da aproximação aos documentos em relação à criação dos primeiros “Gimnasios populares” e ao projeto inicial de Smith de “Plazas Vecinales de Cultura Física”, “exercícios e jogos”, “livres ou regulamentados” seriam as atividades a realizar na praça (SMITH, 1913, p 40-43). Os “exercícios livres” e os “exercícios racionais e científicos”, para uma “ginástica do organismo” (SMITH, 1913, p. 14), vão se constituir no centro da proposta em referência à infância. Além dos exercícios ginásticos regulamentados para meninos e meninas (ver, acima, imagens 10 e 11), as atividades para “adolescentes e homens” incluía, além dos anteriores, os “esportes atléticos”, mas agindo muito mais como atrativo para os afastar das “reuniones malsanas” (CNEF, 1911, p. 149), a outros com a mesma finalidade, como podiam ser a biblioteca e o cinematógrafo (SMITH, 1913).

---

<sup>110</sup> Dogliotti assinala: “Es interesante destacar que “la ley de 1911 ha servido de base a la creación de organismos que tienen el control y dirección de la educación física en varios países de América” (BLANCO, 1948, p. 349). [...] Esto nos merece una observación especial: el hecho de que la educación física escolar sea impartida a partir de la década del 20 por la CNEF (ya que en la década del 10 hubo intentos pero nunca se llegó a instrumentar) permitió, en cierta medida, que la entrada del deporte en la escuela haya sido de forma un poco más rápida que en otros países de la región. Las clases de educación física escolar eran dictadas en las plazas de deportes cercanas a las instituciones educativas, lo que permitía una relación fluida y directa entre los ámbitos escolar y extraescolar, entre las clases de educación física escolar y el resto de las actividades de “cultura física” desarrolladas en la plaza de deportes, que estaban bajo la égida de la CNEF, organismo que regulaba todo lo relativo a la “cultura física” del país. A diferencia de nuestro país, en Argentina recién a fines de la década del 30, en un contexto dictatorial, se comienza a dar mayor importancia al deporte al interior de la escuela cuando se crea la Dirección General de Educación Física, organismo dependiente del Ministerio de Justicia e Instrucción y no de las Direcciones que regulan cada nivel del sistema educativo (AISENSTEIN, 2006, p. 39)” (DOGLIOTTI, 2014, p. 120-121).

Figura 12. “Plaza de Deportes” N° 2 – Goes. Entre 1916-1920.



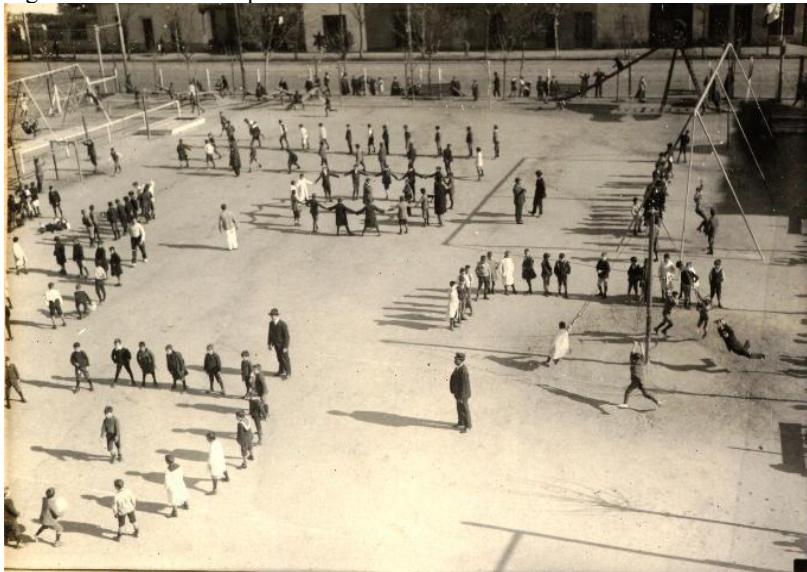
Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acceso 2014. Jogos de “relevos” meninas.

Figura 13. “Plaza de Deportes” N° 2 – Goes. Entre 1916-1920.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acceso 2014. Ginástica para meninas dirigida pela mestra de ginástica (à direita, junto ao aro de basquetebol). Atrás meninas jogando nos aparelhos.

Figura 14. “Plaza de Deportes” N° 2 – Goes. Entre 1916-1920.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Jogos, formações, rondas entre meninos. Cada setor com subgrupo de meninos tem um professor que observa de fora. À direita meninos nos aparelhos “passo del gigante”. Atrás, sobre o tecido que delimita o espaço da praça meninos.

Todavía, a presença de um espaço específico para a prática do football nas praças chama a nossa atenção. Como assinalado nas fontes já citadas, o football seria o primeiro esporte a se popularizar efetivamente no país, também era promovido através do jornal “El Día”, mas não sem gerar sentimentos ambíguos nos diferentes setores sociais. No caso da CNEF, pretendia-se promover a prática de outros esportes além do football mas se tinha clara consciência do atrativo social que ele representava. Instalar um espaço para a prática do football na praça seria estratégico em relação aos “niños y jóvenes que iniciaba sus prácticas futbolísticas en patios, calles y baldíos montevideanos, no rendían expreso culto a las teorías de la higiene pública” (GONZÁLEZ SIERRA, 1996, p. 218).

Como indica González Sierra (1996, p. 220), esta prática que se multiplicara nas primeiras décadas do século XX, seria criticada por aqueles que promoviam uma “experiência cultural alternativa do



proletariado”. Caso dos anarquistas, que se manifestaram sobre isso em um periódico do ano 1917:

El Football llena casi todo el pensamiento de la vida civil de los pueblos. Há alcanzado proporciones de epidemia, de manía colectiva [...] Hombres y mujeres, ancianos y jóvenes, ricos y pobres –más los pobres- háblanle sólo de football y ya sea en el hogar como en la calle ¿de qué se habla? De football. ¡Es algo atroz, reventador, y antipático! Máxime si se tiene en cuenta que quienes son sus principales sostenedores y fomentadores es el Estado y la burguesía que explotan la ignorancia y la tontería del pueblo. (LA BATALLA apud GONZÁLEZ SIERRA, 1996, p. 221).

Los anarquistas colocaram o futebol fora da fronteira do proletariado, os comunistas o “politizaron y lo convirtieron en expresión e instrumento de la lucha por el poder del proletariado” (GONZÁLEZ SIERRA, 1996, p. 222). Estes criaram, em 1921, a “Federación Roja del Deporte”, na tentativa de se afastar das instituições esportivas “oficiais” do país, de caráter “escencialmente burgués, y que son criadas con el único fin de adormecer la mentalidad de la clase trabajadora y tenerla siempre bajo su dominio e ignorante de todo principio de liberación” (GONZÁLEZ SIERRA, 1996, p. 222).<sup>111</sup>

---

<sup>111</sup> Para aprofundar na recepção do *football* (entre outras expressões culturais) pelos setores operários da sociedade montevideana e a constituição de uma ideia de “cultura operária” na primeira metade do século XX, ver Porrini (2012).

Figura 15. “Plaza de Deportes” N° 2 – Goes. Ano 1916-1920.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Corrida de “relevos” com bola entre jovens.

Figura 16. “Plaza de Deportes” N° 1 – “Ciudad Vieja”. Entre 1916-1920.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Voleibol: jovens e homens adultos.

Outros esportes seriam incorporados à dinâmica das praças, mas ainda como exercício ou prática recreativa, sem a rigorosidade das regras e indumentária específica da estrutura esportiva. Neste sentido, o esporte não parece ter protagonismo ainda no impulso da primeira “plazas vecinales de cultura física”, onde ainda todo elemento incorporado pela educação física apresenta-se como exercício com a suas fundamentações na fisiologia. Aparentemente, com a criação da terceira praça no ano de 1915, localizada no “Parque Urbano”, aparecem com maior força os esportes nestes locais administrados pela CNEF.<sup>112</sup> Pode-se observar, a partir das atas de sessão da CNEF, que este novíssimo espaço seria formulado como “Campo de Deportes” (CNEF, 1915, p. 10). Sem ser distinguido explicitamente das “Plazas Vecinales de Cultura Física”, as possíveis diferenças seriam eliminadas com a resolução N° 1720, de abril de 1915, com a qual nomeara-se “Plaza de Deportes” às três existentes até aquele ano e as que seriam criadas desde então. Ainda assim, dos registros fotográficos e das atividades que prefiguram nas atas, apreciam-se diferenças na infraestrutura da nova “Plaza de Deportes N°3” com respeito às praças antecedentes. O local no Parque Urbano contaria com

---

<sup>112</sup> É importante assinalar que a CNEF vai se ocupar dos esportes, subvencionando clubes e apoiando iniciativas particulares. Porém, as políticas diretamente promovidas por este organismo centram-se, não sem ambivalências e discussões, na prática “amateur” dos esportes, distinguindo-a da prática profissional. No ano de 1915, cria-se no âmbito da CNEF a “Federación Deportiva del Uruguay” (FDU), proposta por Ghigliani junto a Atilio Narancio, na tentativa de “unificar las reglas del juego y organizar torneos nacionales en los diversos deportes” (GUTIÉRREZ CORTINAS, 1991). Em 1918, cria-se o “Registro de Sociedades Sportivas del Uruguay”, compreendendo “tantas secciones como deportes haya” (CNEFb, 1917-18, p. 309-310). A necessidade de distinguir o desenvolvimento dos esportes, que tinha a plena autonomia como ideal, das competências da CNEF acrescentavam-se. Ainda assim, essa “libertad absoluta para regirse a si misma” (CNEF, 1917, p. 412) era regulada pela CNEF. Este organismo estabeleceria quais associações esportivas cumpriam com as condições para adquirir esse reconhecimento, e “encárguese a la Dirección Técnica [da CNEF] la gestión de organizar aquellos deportes que no lo estén aún” (CNEF, 1917, p. 413). Nesta sessão foi reconhecida a autonomia federativa de: “Para el Football: la Asociación Uruguaya de Football. Para el Remo: la Unión de Remeros del Uruguay. Para el Tiro: la Liga Nacional de Tiro. Para el Atletismo: La Federación Atlética del Uruguay. Para el Ciclismo: la Federación Ciclista Uruguaya. Para la Natación: la Federación Uruguaya de Natación. 5°) Deróguese las disposiciones que contraríen los fines de la presente resolución.” (CNEF, 1917, p. 413). O boxe torna-se um desses esportes a ser regularizado diretamente pela CNEF.

o espaço necessário para instalar, além dos aparelhos de exercícios físicos habituais, presentes nas outras duas praças, a infraestrutura para outros esportes, como seria o caso do tênis e do boxe.

Figura 17. “Plaza de Deportes” N° 3 – “Parque Urbano”. Ano 1916.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Quadras de tênis.

Figura 18. “Plaza de Deportes” N° 3 – “Parque Urbano”. Ano 1916.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Tênis masculino.

Figura 19. “Plaza de Deportes” N° 3 – “Parque Urbano”. Ano 1916.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Tênis feminino.

O caso do boxe mereceria maior atenção. Um projeto de Lei do PE, firmado por José Batlle y Ordóñez no dia 16 de dezembro de 1912, propõe uma “ley protectora que se proyecta, para poner a salvo los principios de humanidad y civilidad” (URUGUAY-SPORT, 1918, p. 404). Esse projeto, longamente discutido desde a sua apresentação, conclui na promulgação da Lei N° 5675, no dia 17 de abril de 1918, estabelecendo a suspensão de “toda la actividad que vaya em detrimento de la salud física y mental de animales y/o personas, tales como corridas de toros, las riñas de gallo, rat-pit y boxeo” (URUGUAY-SPORT, 1918, p. 482). Essa lei interpelava diretamente as competências da CNEF, e a discussão tampouco terminaria com a sua publicação. No dia 17 de julho de 1918 promulga-se uma nova lei, na qual “permítense la realización de matches de box en las condiciones establecidas por esta ley” (URUGUAY-SPORT, 1918, p. 466). As condições estabelecidas nesta lei colocavam a CNEF como único organismo responsável pela “superintendência diretiva e disciplinaria”. Sendo tomado o assunto diretamente pela CNEF, esse organismo passaria a se ocupar de tudo o que fosse relativo à regulamentação, administração e gestão de competências deste esporte. Ao invés de sua proibição, as fotografias da CNEF demonstram que o boxe torna-se um esporte popular como espetáculo, assim como também

um relevante conteúdo de ensino da educação física no âmbito das “Plazas de Deportes”, como se observa nas fotografias dos anos 1930 e 1931, especialmente dirigido a crianças e jovens homens.

Figura 20. “Plaza de Deportes” N° 3 – “Parque Urbano”. Ano estimado 1918.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Torneio de Boxe. No fundo, crianças em atividade nas instalações da praça.



Figura 21. “Plaza de Deportes” N° 3 – “Parque Urbano”. Ano estimado 1918.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Torneio de Boxe. No fundo, crianças em atividade nas instalações da praça.

Figura 22. “Plaza de Deportes” N° 1. Ano 1930.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Demonstração de boxe de meninos.

Figura 23. “Plaza de Deportes” N° 1. Ano 1930.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Crianças jogando boxe.

Figura 24. “Plaza de Deportes” N° 1. Ano 1931.



Fonte: “Ministerio de Turismo y Deporte”, sección “Dirección Nacional de Deportes”, acesso 2014. Crianças jogando boxe. Do lado deles o professor agindo como árbitro. Crianças e jovens olhando.



### 3.2. ELEMENTOS PARA UMA GENEALOGIA DA CULTURA FÍSICA

A frequente menção e centralidade que adquire o termo “cultura física” nas fontes desta pesquisa assinala um elemento que merece especial atenção. As pesquisas que antecedem este trabalho, referentes à educação do corpo no Uruguai (DOGLIOTTI, 2012; RODRÍGUEZ, 1999; 2012) já tinham instalado análises sobre esta categoria. Na mesma linha dessas pesquisas, temos achado também referência ao termo “cultura física” em pesquisas historiográficas de países vizinhos. No caso do Brasil, em Taborda de Oliveira e Linhales (2011, p. 362-362) achamos o termo em citações de suas fontes de pesquisa, especificamente em algumas das teses provindas do Rio de Janeiro e nas apresentadas na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba, 1927). No caso da Argentina, tanto Ainsentein (2008) quanto Scharagrosky (2011, 2015) têm se referido e dedicado atenção ao termo “cultura física”, assim como analisado as formas específicas que ela adquiriu naquele país. Todas essas pesquisas coincidem, de modo geral, com o período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Partindo dessas indicações, a intenção a seguir é levantar outros elementos que possam contribuir para a compreensão do termo “cultura física” como elemento determinante na construção de uma subjetividade do cidadão moderno uruguaio.

A publicação de “Plazas Vecinales de Cultura Física”, em 1913, começa com uma primeira seção de “conceitos”, elaborada por Smith (1913, p. 4), na qual constam, entre outros, “Educação Física”, “Cultura Física”, “Cultor” e “Exercício Físico”. A Educação Física apresenta-se como a “ciência” que vai reunir todos aqueles “conhecimentos” tendentes a “aperfeiçoar as qualidades psíquico-físicas do homem”. O seu propósito, além de “vigorizar e embelecer o seu corpo”, é “elevar a capacidade moral e intelectual” para a posse das “virtudes” que podem “adornar” um “espírito sublime”. No que diz respeito à “Cultura Física”, define-se como a “ação” que tende a “cultivar de modo completo o organismo humano” de modo “harmônico, racional y científico”, conforme às “prescrições ditadas pela Educação Física” (SMITH, 1913, p. 4).

Pelo menos dois elementos podem ser apontar destacados dessas explicações. Em primeiro lugar, para além do caráter distintivo da Educação Física como ciência, não há uma clara distinção e hierarquização em relação ao conceito de “Cultura Física”, na medida em

que o conceito de “Cultura Física” implica a ação de “cultivo” do organismo seguindo os pressupostos científicos da “Educação Física”. As práticas dignas de integrar a “Cultura Física” do país são aquelas que seguem a indicações dessa ciência, direcionadas ao aperfeiçoamento do organismo: a “más perfecta de las máquinas, la máquina del hombre” (CNEF, 1911, p. 33), mas sem se esgotar nele. As corridas ciclistas e a pé seriam algumas das primeiras práticas impulsionadas pela CNEF, cuja justificativa seria a seguinte:

La carrera a pie, las marchas rápidas o forzadas, las de resistencia, “el alpinismo” como todos los demás ejercicios que constituyen la educación física, no son meros constituyentes de perfecciones materiales, las que profesando casi un culto por esa educación y amor a ella “cultores militantes”, lo somos porque es en nuestra convicción profunda que ella no tiende solo al embellecimiento y vigor de la raza, como simple condición de perfeccionamiento “plástico” permítaseme la dicción sino también y en primer término por lo que perfecciona el sentimiento, moraliza las costumbres, forma el carácter, desarrolla la bondad, acrecienta el cariño, prolonga el altruismo y la abnegación en favor de sus semejantes. (CNEF, 1913, p. 37).

Como adverte Dogliotti (2012, p. 131), a “Cultura Física”, que emerge nos “novecentos”, não se afasta dos atributos desenvolvidos anteriormente pela educação física:

La cultura física se erige como un modelo a desarrollar e inculcar en cada uno de los sujetos para convertirlos en ciudadanos, para civilizarlos, pero para esto la educación higiénica es fundamental. [...] La cultura física no implica cualquier práctica corporal sino solo aquellas científicas como la gimnasia, los juegos metodizados y fundamentalmente al aire libre.

Para a autora, a partir de estudo que focaliza a formação de mestres em educação física, essa mudança semântica está relacionada a uma outra, de institucionalidade. Da “ginástica”, que de modo diferente dos países do norte europeu e de norte América, se desenvolve principalmente no

interior do sistema educativo escolar, à “cultura física” configurada no processo gestacional da CNEF

remite, a diferencia de la “gimnástica”, a un campo más amplio de prácticas corporales y también de acción, ya no solo dirigida a los escolares sino a toda la población. Pero en ambos significantes lo físico o corporal remite al cuerpo puramente orgánico, biológico. [...] la cultura física remitía a ciertas prácticas corporales instauradas a partir del desarrollo de “las ciencias” y se oponía a otras, como el circo [...] En el Novecientos, la “cultura” se identificaba con civilización [...] No hay casi diferencias de sentido importante en relación a “cultura física” y “educación física” [...] Aunque pareciera que el término “educación física” fuera más utilizado por los actores formados en el propio campo, Jess Hopkins y Julio J. Rodríguez, que en los discursos de los actores políticos ya nombrados”. (DOGLIOTTI, 2012, p. 301).

Talvez essa última indicação da autora explique, em parte, a permanência e vigência de certos discursos e não outros no campo da Educação Física. Enquanto o Sr. Smith seria um político engajado com a cultura física do país, Jess Hopkins e Julio J. Rodríguez seriam os primeiros “diplomados” em Educação Física no âmbito de atuação da CNEF. Como indicado anteriormente, o estadunidense Hopkins (mestre em Educação Física graduado na Universidade de Springfield Còllege da YMCA norteamericana) radicara-se no Uruguai no ano de 1912, como encarregado do recém criado “Departamento de Educação Física” da *Asociación Cristiana de Jóvenes* (ACJ), fundada em 1909 (CNEF, 1911, p. 211; DOGLIOTTI, 2013). Na sessão do dia 12 de dezembro de 1912, se faz um ajuste das competências da figura do Diretor Técnico das praças. O próprio Sr. Smith, que exercia a função de Presidente no momento, propõe que Hopkins fosse o diretor técnico da primeira “plaza vecinal de cultura física”, argumentando que

Las recomendaciones de que viene procedido el Sr. Hopkins, sus títulos normalistas y su actuación como profesor en Estados Unidos, lo recomiendan como persona de especial competencia para el desempeño de su cometido y como hombre de condiciones morales y de carácter ejemplar para el

desempeño del cargo [...] el señor Hopkins es un cultor que más que profesional ejerce sus funciones como un apostolado y en el caso actual no hace cuestión de interés. (CNEF, 1911, p. 209-211).

Tempos depois, mais precisamente em 1920, passaria a ser diretor técnico da CNEF. Julio J. Rodríguez seria selecionado por Hopkins para realizar seus estudos universitários na Universidade de Springfield, obtendo o título de “Bachiller” em Educação Física<sup>113</sup> no ano de 1920. As funções cumpridas por Hopkins seriam retomadas por J. J. Rodríguez, que ocuparia a direção técnica da CNEF entre os anos 1920 e 1960 (DOGLIOTTI, 2012, 2013b, 2013c).

A segunda observação que admitem os conceitos esboçados por Smith (2013), acima mencionados, se refere especificamente à alusão da “cultura física” como ação de “cultivar” o organismo e a Educação Física. A metáfora agricultora tem força nas fontes que se referem a esse termo, principalmente ao referir-se à infância, “semente” da qual se pode obter uma boa “colheita”, se cuidada como devido. Assim seria enfatizado pelo Diretor de Instrução Pública, Alejandro Lamas, quando expôs as prioridades que a CNEF deveria ter em relação ao uso das novas praças: “Para que la educación física dé todo su fruto deberá comenzar en la infancia” (CNEF, 1911, p. 315). Com especial ênfase nas crianças submetidas às condições de pobreza, mas susceptíveis de modelar, “los adultos sólo entran en un orden y categoría inferior” (CNEF, 1911, p. 316).<sup>114</sup> O problema pedagógico é assunto agora do “serviço” de educação

---

<sup>113</sup> Na sessão da CNEF do dia 1 de agosto de 1917 anuncia-se que o Sr. Julio J. Rodríguez viajaria para estudos a “Norte América”, permanecendo 4 anos para obter a titulação de “Professor de Cultura Física” na Universidade de Springfield. A CNEF apoiaria estes estudos destinando \$240 para as passagens assim como fotografias da Comissão Técnica (CNEF, 1915, p. 233).

<sup>114</sup> O “serviço nacional da educação física” devia se aplicar: “particularmente a los niños de las escuelas públicas las cuales se supone que por la pobreza de sus padres no viven generalmente en un medio de buenas condiciones higiénicas. Es precisamente durante la edad escolar que el crecimiento se hace más activo y que los hábitos y el carácter se encuentran en proceso de formación; el organismo entero es en cierto modo plástico y por consiguiente fácilmente maleable. Es durante este período que debe empezarse a aplicar un sistema de entrenamiento físico que tenga por objeto guiar y facilitar el desenvolvimiento físico y mental del niño hasta su pleno desarrollo. Este entrenamiento aplicable con discernimiento entre los siete y catorce años de edad constituye además a formar hábitos de disciplina, despierta los nobles sentimientos, estimula el espíritu de

física estatal. Assim como as praças, qualquer outra medida em relação à segurança da infância seria meritória de ser implementada por parte desta Comissão. A condução das condutas requer mecanismos contínuos e eficazes de intervenção, captura e produção. O “cultor” como aquele que dedica o seu agir ao “cultivo da Educação Física” (SMITH, 1913, p. 4), tem a missão de se “cultivar” constantemente, assim como se dedicar a suas forças ao “cultivo” dos outros. Como indica Rodríguez (2012, p. 177):

el ciudadano modificará sus prácticas corporales, sus hábitos, solamente si comprende que aquello encierra un sentido no solo para él, individualmente, sino para la sociedad toda. Al mismo tiempo, lo que las instituciones proponen como “cultura física” debe ser posible de integrar a la biografía, a lo cotidiano [...] Se trata de que el sujeto entre en nuevo tiempo, proponiendo una nueva institución que regule el mundo de la vida cotidiana, se trata en definitiva de que el tiempo sea el tiempo del progreso, de la producción, del crecimiento ilimitado, del control de la naturaleza, de la eficacia y la eficiencia.

O “cultor”, aquele assinalado na figura de Hopkins, entrega a sua vida por uma missão, a de predicar com o exemplo as condutas estabelecidas pelos “pedagogos e higienistas”, via Educação Física, mas também de garantir o seu cumprimento, fazer o seguimento e a condução das condutas cotidianas e um controle por meio dos exames médicos e psicológicos. Como indicado por Castro (2012, p. 414), a partir da obra de Foucault, “en Occidente, no se llega a ser individuos sino a través de

---

buen compañerismo y contrarresta los efectos perjudiciales a la salud y a la moral que se desprenden del medio anti higiénico en que los niños suelen vivir. Claro está que el entrenamiento físico debe prolongarse más allá de la edad escolar pero en nuestra opinión siguiendo este sistema a los catorce años se habrá obtenido desde ya, un grado tal de sano desarrollo que él influenciará la salud del niño para todo el reto de la vida de un modo feliz y permanente. El entrenamiento físico que se hace durante la edad adulta con todo lo excelente de sus efectos aplicándose a organismos cuyo crecimiento ha terminado y en los cuales los caracteres morales están ya formados limitan necesariamente los beneficios que se derivan de él. [...] Por consiguiente todo play de educación física nacional debe concebirse desde un vasto punto de vista que comienza con el niño y que se extiende al mayor número posible de niños”. (CNEF, 1911, p. 316-317)

estos procesos de subjetivación que toman forma en las prácticas del gobierno”. Em outras palavras:

El hombre occidental se individualiza por intermedio del pastorado en la medida en que éste lo conduce a su salvación que fija para siempre su identidad, lo somete a una red de obediencias incondicionales, le inculca la verdad de un dogma en el momento mismo en el que le arranca el secreto de su verdad interior. Identidad, sujeción, interioridad: la individualización del hombre occidental durante el largo milenio del pastorado cristiano se produjo al precio de la subjetividad. Por subjetivación. Es preciso llegar a ser sujeto para convertirse en individuo (en todos los sentidos de la palabra ‘sujeto’). (FOUCAULT, 2011, p. 369-370).

As novas praças apresentam-se como *dispositivos* de produção do humano. Para Agamben, a partir de uma genealogia dos dispositivos foucaultianos, eles se referem à “capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas e os discursos dos seres viventes” (CASTRO, 2012, p. 105). Estes espaços seriam uma outra estratégia de governo para a expansão dessa “moral laica” ideal para a cidade batllista. Só aquele indivíduo capaz de se conduzir na vida seria digno de exercer a sua liberdade e de participar da vida pública do país.

É importante chamar a atenção que a “cultura física” e o uso dessa expressão no Uruguai vai se constituir em elemento substancial no projeto de expansão e difusão da cultura cívica, essa nova “religião civil” que devia reger e conduzir o indivíduo no espaço público da cidade moderna de Montevidéu.

A moralização desenvolvida dentro das praças tinha o seu correlato naquilo que acontecia no seu exterior. A escola e a fábrica cumpriam com a sua função já desde as últimas décadas do século XIX, já as novas praças – entre outras medidas da CNEF – deviam se ocupar da vida das crianças e os adultos por fora dessas instituições. Invadir a vida inteiramente, governar o ingovernável.

A “cultura física” que se promovia a partir das políticas de Estado, especificamente desde as iniciativas da CNEF, teria influência direta das iniciativas dos representantes da YMCA no Uruguai. Além da participação de Sr. Towers, Presidente da ACJ de Montevidéu, como

membro designado pelo PE à CNEF, somava-se a direta participação de Hopkins na direção técnica das novas “plazas vecinales de cultura física”. Uma carta de Hopkins dirigida à YMCA, organismo norteamericano que representara a “cristiandade muscular” (TORRES, 2011, p. 263), resulta ilustrativa da recepção de Batlle y Ordóñez aos ideais deste organismo, ainda quando se tratava de quem “odia todo lo que save a cristianismo”:

Conard,<sup>115</sup> nuestro secretario y un graduado de la Universidad de Illinois, y Monteverde,<sup>116</sup> su asociado, un uruguayo muy influyente, han sentado las bases para un maravilloso trabajo de la asociación en este pequeño pero importante país. Hablando del país, no puedo menos que describirlo como hizo el último historiador sudamericano, Dawson: “El pequeño y valiente Uruguay siempre ha tenido y siempre tendrá una influencia en los asuntos de Sudamérica que exceden en proporción a su tamaño”. En poco más de tres años, estos dos hombres han construido una membresía de 750 de los cuales 6/7 son uruguayos; tienen en su comisión algunos de los hombres más fuertes de la ciudad; han asegurado el activo interés de la mayoría de los hombres influyentes en el cuerpo diplomático. Monteverde pasó una hora con el presidente hace poco tiempo describiéndole nuestro trabajo y el Presidente odia todo lo que save a cristianismo, pero cuando terminó se fue con el ejecutivo alabando nuestro trabajo. Este Presidente ha designado una Comisión Nacional de Educación Física y el Congreso ha destinado \$50.000 por año para su trabajo. El Presidente de la Asociación, Mr. Towers, es miembro de esta comisión, y ha aceptado la designación con el solo propósito de usar su influencia para poner al Director Físico de la Asociación en buenas relaciones con esta Comisión. Y esto, me complace decirlo, está funcionando muy bien. La Comisión está

---

<sup>115</sup> Felipe A Conard, norteamericano, foi fundador no ano 1909 da ACJ de Montevideu (DOGLIOTTI, 2012, p. 171).

<sup>116</sup> Vice-presidente da ACJ Montevideu desde a sua fundação e desde o ano 1910 o seu Secretário, dedicaria a sua vida nesta instituição (DOGLIOTTI, 2012, p. 172).

planificando un sistema de plazas de deportes y justo esta tarde el presidente (chairman) vino en su automóvil para llevarme a inspeccionar el sitio de la primera plaza. Me dio un bosquejo de sus planes y me pidió para reunirse conmigo mañana y ofrecerle las sugerencias y críticas que desee. (HOPKINS, 1912).

Os novos espaços de cultura física e esporte engendraram, organizaram e sistematizaram um conjunto de práticas de intervenção e saberes sobre o corpo e o tempo livre, expandindo a nova “religião civil”, a qual deveria, segundo os ideais batllistas, dominar o espaço público a partir daquele momento. Porém, quais seriam as características distintivas dessa nova religião? Os enunciados citados acima deixam entrever essa suposta moral “laica” a se expandir e a qual a “cultura física” se pretendia fiel.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> Essa estreita relação entre a CNEF e YMCA (anunciada e abordada por Doglotti e Craviotto/Malan, 2015) aporta elementos, ainda insuficientes neste trabalho, para aprofundar na interessante hipótese sugerida na banca da qualificação pelo Prof. Dr. Santiago Pich: pode-se pensar a “cultura física” como *secularização* (no sentido agambeniano do termo) da “*Muscular Christianity*”? A “cristandade muscular” foi um movimento religioso-pedagógico idealizado pelo reverendo Thomas Arnold, que, através de uma reforma pedagógica, introduziu nas antigas *Public Schools* da Inglaterra vitoriana uma metodologia para alcançar o ideário do *Christian Gentleman* (LUCAS, 1975; BOLÔS; TORRANO, 2004).



#### **4. À GUIA DE CONCLUSÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMPO LIVRE**

Uma primeira aproximação às nossas fontes de pesquisa já tinha nos advertido da ausência do termo “tempo livre”, tanto que nos levou a pensar que seria anacrônico utilizar este termo para referir ao nosso período de estudo. Ainda assim, a nossa hipótese consistiu em pensar estas políticas uruguaias do início do século XX, especificamente aquelas relativas à criação da CNEF e, conseqüentemente, das “plazas vecinales de cultura física” (“Plazas de Deportes”, a partir de 1915), como o estabelecimento das condições de possibilidade para a emergência de um saber sobre o tempo livre. A nossa tentativa foi mostrar, no percurso desta pesquisa, que o esforço do Estado pela racionalização da jornada laboral teria seu correlato na preocupação e ocupação do problema do tempo livre tanto dos operários, nas horas fora dos locais de trabalho, quanto das crianças, nas horas fora do espaço escolar.

Contudo, algo nos indica que não é casual a ausência do termo “tempo livre” nas fontes investigadas. Os enunciados sobre a funcionalidade desse tempo, que ficaria por fora do tempo diretamente produtivo, não se referem a um tempo “livre” para o indivíduo eleger o que fazer nele, ainda que como “liberdade organizada” (ADORNO, 1993, p. 57). Nas políticas analisadas nesta investigação, o tempo de não trabalho é explicitamente tanto ou mais importante para a formação do “novo cidadão” do que o próprio trabalho e, nesse sentido, alvo de intervenção. No período estudado, as atividades para esse tempo de não trabalho requeriam direta intervenção estatal, nem só proibindo ou permitindo determinadas práticas, senão principalmente normalizando, modelando as condutas dos indivíduos nessa nova esfera do tempo social. E isso, precisamente, tem tudo a ver com a conformação de um saber sobre o tempo livre. Um saber necessário para o indivíduo moderno que se enfrentará às ofertas de uma indústria do espetáculo e do entretenimento em pleno desenvolvimento. Nem por acaso, vemos surgir uma série de produtos a serem elegidos e consumidos nessas horas “livres”, como seria o caso do esporte (Imagens 19 e 20). Como indica Adorno (1993, p. 54), “aun cuando se atenúe la proscripción y los hombres se persuadan, al menos subjetivamente, de que actúan por propia voluntad, siempre aquello de que anhelan liberarse en las horas ajenas al trabajo modela de hecho esa misma voluntad”. Sob esse mesmo ponto de vista, Adorno dirá que

Aún nos falta una sociología que estudie a fondo el deporte, y sobretodo, al espectador. Con todo, parece convincente, entre otras, la hipótesis según la cual, mediante el esfuerzo que requiere el deporte, mediante la funcionalización del cuerpo en *team*, que precisamente se cumple en las formas de deporte más populares, los hombres se adiestran sin saberlo para los modos de comportamientos que, más o menos sublimados, se esperan de ellos en el proceso de trabajo. (ADORNO, 1993, p. 61).

O tempo livre não se mostra ainda como tal no período investigado, mesmo assim, se apresentarão certas condições históricas para a sua emergência. As novas políticas *reformistas* sintetizam a configuração de uma nova temporalidade, associada ao estabelecimento de uma relação peculiar entre o trabalho e a recuperação física. Uma nova temporalidade é produzida e organizada, o tempo se torna flexível e expansível, uma vez que se estabelece uma relação econômica com ele. Para pensar justamente esta nova temporalidade e as relações que podem se estabelecer entre as entidades desse novo tempo social, é que servimo-nos das discussões realizadas pelo linguista francês Jean-Claude Milner, especificamente na sua obra “El salario del ideal. La teoría de las clases y de la cultura en el siglo XX” (MILNER, 2003).

Uma primeira medida seria, então, estabelecer uma clara distinção entre o trabalho e essa outra esfera social que temos chamado de “tempo livre”. O discurso do Presidente Batlle, em 1906, anteriormente referido, assim como a própria lei que regulamentou a jornada laboral no Uruguai, aprovada em 1915, declara e promove a habilitação de um tempo por fora do par *trabalho e tempo de repouso*. Defendia Batlle: “Cuando hayan destinado [los obreros] a la alimentación y al reposo de su organismo el tiempo necesario, todavía deben armonizar ideas con sus esposas, para conocer y acariciar a sus hijos y para extender su cultura moral e intelectual”. Nos termos de Milner (2003), o tempo livre de repouso se manifesta como um segmento do trabalho requerido para a reconstituição fisiológica da força de trabalho produtivo, portanto, é útil e indiretamente criador de valor. Distingue-se do ócio na medida em que esse “não depende, por nenhuma razão da produtividade, utilidade e criação de valor” (MILNER, 2003, p. 44). Dessa forma, ócio, trabalho e repouso adquirem uma relação particular, na qual o primeiro se confronta com os opostos: trabalho/repouso.

O que estava implicado nessa expansão da “vida cultura e intelectual” que Batlle proclamava para os operários? Seria possível distinguir outra possibilidade para além da relação tempo de trabalho-tempo de repouso? Em que medida pode-se distinguir quando se trata de uma prática de ócio ou quando se trata ainda da recomposição das forças de trabalho? Como indica Milner (2003, p. 43), “la separación teórica es más cómoda, pero no evita la confusión”.

Segundo Milner (2003), a conformação das sociedades modernas ocidentais tem a ver com o surgimento e predomínio de uma nova classe social, não mais a que vive da posse e renda de propriedades, como a aristocracia, senão de uma classe remunerada, mais especificamente, a burguesia assalariada.

Cuando se habla de modernizar una sociedad burguesa, eso sólo significa una cosa: con un mismo gesto y una misma decisión, abrirse a la innovación tecnológica y aumentar el número de burgueses remunerados, ya sea aburguesando a algunos remunerados no burgueses, ya sea empobreciendo a ciertos burgueses rentistas para obligarse a dejarse remunerar. Éste es el problema paradigmático de Occidente en el siglo XX. (MILNER, 2003, p. 23).

Ainda que a hipótese de uma burguesia assalariada termine com a correspondência estabelecida por Marx entre proletariado e trabalho assalariado, o que emerge, segundo Milner (2003), é uma nova estrutura salarial, na qual a remuneração burguesa necessita poder se diferenciar do salário proletário. O salário proletário, adotando as premissas de Marx seguidas por Milner (2003, p. 29), “está determinado por el precio mínimo de la mercancía <fuerza de trabajo>”, e pelo preço mínimo das mercadorias que se estimam necessárias para a reconstituição fisiológica da força de trabalho. Quer dizer, enquanto o salário proletário depende desse salário mínimo, estabelecido como o preço “justo” da força de trabalho para o sistema capitalista, o salário burguês é “escencialmente independiente [desse] fundamental. [...] [Mais ainda] el salario burgués debe ser la más de las veces sensiblemente desigual al salario fundamental correspondiente”<sup>118</sup> (MILNER, 2003, p. 31). O preço do salário burguês é um preço “político”, independente do mercado, porque o salário burguês

---

<sup>118</sup> Ainda que nem sempre isto aconteça, se aceita o “mal pago” em troca de “um título de burguesia” (MILNER, 2003, p. 33).

responde a uma necessidade política não econômica. Este salário burguês é sobreestimado, vai se caracterizar por conter um “sobresalario”, que, “respecto al justo precio, el sobresalario por definición, no retribuye ninguna cuantía de la fuerza de trabajo, paga un no trabajo” (MILNER, 2003, p. 36). Esse sobressalário vai se traduzir basicamente em termos de ócio. Lembrando a distinção citada acima, entre ócio e repouso, o salário paga o repouso o sobressalário o ócio. Seguindo o raciocínio de Milner (2003), este ócio pode adquirir duas materializações. Uma simples e direta, que é o tempo, e outra substitutiva e indireta, manifesta pela posse de determinados bens ou adoção de certas práticas. A essas formas de sobressalário, Milner (2003) vai estabelecer dois tipos extremos de burguesia assalariada: a “sobrerremunerada” (não dispõe de nenhum tipo de ócio, pode ter acesso ao ócio mercadoria) e, por outro lado, a burguesia do “sobretempo” (de remuneração pequena, próxima à fundamental, como a do proletário, que não tem acesso ao ócio mercadoria, mas seu sobressalário se converte integralmente em tempo de ócio. Ócio-mercadoria/sobretempo, “sociedades de consumo”/“sociedades de ócio”, respectivamente (MILNER, 2003)<sup>119</sup>.

Em todas as sociedades fundadas no trabalho, diz Milner (2003, 46), a parte perdida configura-se como ócio “en calidad de tiempo perdido para el trabajo”. O ócio apresenta-se, assim, como o “lugar fundamental da civilização”:

Así, una sociedad fundada en el tiempo de trabajo es civilizada solamente si propone esa metáfora, y lo es tanto más cuanto más diversos son los signos de la multiplicidad en la que se polimeriza. Por el contrario, es bárbara toda sociedad de trabajo que enrarezca esos signos, que prohíba su posesión y su uso, o que simplemente los censure, ya sea en nombre de la moral, de la religión o de la maldad de los tiempos. (MILNER, 2003, p. 46).

Nas sociedades comerciais, fundadas no trabalho, estes “signos da perda” inscrevem-se sob a forma de mercancia. A civilização torna-se “um vasto almacén de mercancias”. O que resulta disso, nas palavras de Milner (2003, p. 45-46), é que

---

<sup>119</sup> Milner (2003) apresenta os dois extremos para o seu estudo, porém vai assinalar que geralmente estas formas manifestam-se combinadas. Nesse sentido, estas formas de ócio não são sempre excludentes uma da outra.

Si antes afirmaba que el tiempo se podía perder, y demostraba mediante objetos de placer y de belleza que esa pérdida era lícita, en adelante afirmará que el tiempo perdido, que el tiempo de ocio, tiene un equivalente-mercancías, y que, gracias a ella, siempre se puede hacer, y cada vez más, que lo absorban objetos. Precisamente en la medida en que habla de ocio, la civilización material permite reducirlo materialmente a tiempo nulo.

Pelo contrário, em um vínculo particular com o “sobretempo”, o sobressalário pode permitir uma outra entidade, “estrangeira” em relação às mencionadas antes, e que Milner (2013) chama *otium*. Esse não guarda nenhuma relação com as obrigações do trabalho, nem com a relação deste com o repouso, nem do ócio como imagem invertida do par trabalho/repouso. Manifesta-se nas sociedades antigas por meio da prática de certas atividades, como artes, filosofia, política, prazer, etc. E, nas sociedades modernas e burguesas,

parece que sea electivamente el tiempo en que el individuo se encuentra consigo mismo, el tiempo del ante sí mismo, del tiempo para sí mismo. [...] Pero en todas las sociedades en que el *otium* ocupa algún lugar, ya sea público o clandestino, es el tiempo de dos gestos mayores: las libertades y la cultura. (MILNER, 2003, p. 56).

Não obstante, Milner agrega que com a passagem às sociedades modernas integram-se as obras da cultura nas marcas da classe ociosa, adquirem, contraditoriamente, forma de mercadoria, anulando a distinção entre ócio e *otium*. “Em tempos do assalariado burguês, tudo o que vale ócio, vale também *otium* e suas obras: as libertades e a cultura” (MILNER, 2003, 63). Esta superposição entre duas entidades tão radicalmente distintas como ócio e *otium* é, nas palavras de Milner (2003, p. 60), “una gran mentira del mundo moderno”. Mais ainda, daqui vai se deduzir que é a burguesia assalariada a classe que tem possibilidades de acessar ao *otium*: “del sobressalario al sobretiempo, del sobretiempo al otium, del otium a la cultura [...] hasta el punto final: solamente merecen el nombre de libertad lo que esta burguesia reconoce como tal” (MILNER, 2003, p. 60).

No marco das novas políticas analisadas nesta dissertação, aprecia-se a configuração de um novo tempo social digno de atenção crítica.

Especificamente em relação às políticas impulsionadas pela CNEF, entre elas as “Plazas Vecinales de Cultura Física”, absurdo pareceria pensá-las como habilitadoras de algo mais do que paga o salário: trabalho e repouso. As praças seriam em definitiva “para descansar, tomar baños y recuperar las fuerzas perdidas en la tarea del día” (CNEF, 1911, p. 148-149). Ainda mais difícil pareceria achar nelas um lugar para os gestos próprios do *otium*, das “liberdades e a cultura”. Poderíamos dizer que, ao contrário, trata-se de pura finalidade produtiva, de puro impulso civilizador? Como indica Rodríguez Giménez (2012, p. 185):

¿Funcionalismo? Absoluto. Las libertades del cuerpo son allí cuestiones pragmáticas y no hay subterfugio alguno; el tiempo del trabajador es uno solo, dentro del cual se puede distinguir, y siempre dentro del mismo tiempo, producción y reposo. Lo sabían muy bien quienes invertían en este tipo de políticas. El derecho del trabajador al esparcimiento y a un espacio público donde pueda recuperar energías para la próxima jornada laboral es, finalmente, la condición de posibilidad del equilibrio social burgués ¿Proyecto civilizador? Si. ¿Cultura? No parece tan claro.

A separação do sujeito de toda civilização material, “solo queda la pura y simple contemplación del vacío (instrospección, pesca, camping, bricolaje, quehaceres domésticos, etcétera) o las diversiones gratuitas (deporte, escenas familiares, adulterios [...]). Por eso el nombre de <cultura> sirve a veces para excusar y enmascarar esta separación” (MILNER, 2003, p. 51). Uma civilização material fundada somente no trabalho tende a perseguir e exterminar todo *otium*, como Milner (2003, p. 59) indica no caso extremo do nazismo. Na sequência, vai assinalar que: “a incultura es así el horizonte de algunas civilizaciones protestantes”.

Algumas passagens dos trabalhos historiográficos consultados para esta pesquisa chamaram a nossa atenção para pensar as possibilidades de efetivação das manifestações do *otium* na sociedade montevidéana das primeiras décadas do século XX. Seria isto possível? Segundo Gonzáles Sierra (1996, p. 2013), os “domingos obreiros” seriam a instância na qual “la reparación de las fuerzas adquirirían nuevos sentidos”: comidas, festas, *picnics* e passeios familiares, sindicais ou políticos. Assim também os antigos bares e cafés, assinalados como sítios malsãos, onde se concentravam o vício do álcool, o jogo e a prostituição,

seriam testemunho de outras manifestações. Depois da jornada laboral, a “esquina” ou o bar representavam um espaço de encontro com o outro, “espacio de complicidades e realizaciones particulares (cine, fútbol, baile, recreo, pesca, juegos de cartas [...], actividades culturales, sindicales, sociales o políticas, etc” (GONZÁLES SIERRA, 1996, p. 209). Giaudrone (2012) vai reconhecer o lugar desses espaços de clandestinidade na produção artística e literária da intelectualidade montevidéana. A partir dos casos do reconhecido poeta e dramaturgo Horacio Quiroga (1878-1937), com sede em “una piecita larga y angosta de una pensión de la Ciudad Vieja”, e do dramaturgo e ensaísta Julio Herrera y Reissig (1875-1910), que celebrava suas reuniões em “el decrepito altillo de la residencia familiar de los Herrera” (GIAUDRONE, 2012: 189). Sítios caracterizados pela precariedade de suas paredes em confronto com a “intensa y fructífera vida cultural” (GIAUDRONE, 2012, p. 189). Podemos pensar que nesses espaços sórdidos e perdidos na cidade perdurassem algumas das manifestações do *otium*? Claro, não é menor assinalar que tanto no caso de Quiroga quanto no de Herrera y Reissig não estamos nos referindo ao “homem” que pode estar representando a esse setor da população ao qual se dirigiam as políticas batllistas. Ainda assim, as possibilidades de manifestação do *otium* tem a ver com uma questão de classe? Essas possibilidades de “ascensão social” que caracterizaria a Montevideu nas primeiras décadas do século XX (RODRÍGUEZ SIERRA, 1996, p. 206) teriam a ver com as possibilidades de acessar a essas expressões das “liberdades e da cultura”? Os diversos cenários do tempo livre, caracterizados acima, nos convidam a decifrar e identificar para cada caso as diferentes entidades do tempo livre caracterizadas por Milner (2003). Por enquanto, considerando as perguntas que nossas fontes suportam, nada se podemos saber sobre a relação do indivíduo com o tempo livre.

Na perspectiva de Seré (2015, p. 82), se houve alguma possibilidade de *otium* só poderia ter sido na aristocracia. A burguesia (assalariada) e o proletariado só poderiam acessar à “cultura como mercadoria, como produto cultural reificado”, o *otium* “subvertido à forma de ócio”. Ainda assim, nas palavras de Milner (2003, p. 62), “diremos que, de esta manera el *otium* está preservado, así como las obras que acoge? Sin duda, pero hay que pagar un precio por ello, y bastante oneroso. Ese precio es una perpetua equívocidad”. A respeito dessa equívocidade Milner (2003, p. 65) vai dizer:

De esta equívocidad podríamos decir que tiene un nombre, el *ideal*, del que Ibsen decía que no es más

que otro nombre de la mentira. El ideal es propiamente lo que vuelve opaca la diferencia de naturaleza que separa al reposo, del ocio y al *otium*. Es al mismo tiempo lo que vuelve opaca la diferencia entre civilización material y cultura, entre frivolidad y libertades, entre obra y ociosidad. Gracias a él, los signos de cada término se convierten en signos de otro término. De resultas, en ese mundo las inversiones dictan la ley. Como la barbarie y la civilización, como la obra y la desocupación, lo frívolo y lo serio se intercambian incesantemente cuando no se sustituyen uno al otro. Lo frívolo es a veces la marca de lo que es tan serio que excede al trabajo y al reposo, y lo serio es a veces la marca de la más profunda falta de seriedad. Pero también puede ocurrir que la apariencia no engañe y que haya que atenerse a ella para no errar. La inteligencia y el discernimiento son entonces las virtudes más necesarias. Pero también son las más extrañas al burgués asalariado. El ideal está ahí para descerebrarlo.

A emergência do tempo livre como problema e realidade, assim como a suas manifestações em relação aos indivíduos, merece ainda ser aprofundado. Como foi dito acima, provavelmente nada mais afastado das possibilidades da emergência do *otium* que as novas políticas de promoção da “cultura cívica” via “cultura física” analisadas neste trabalho. A cultura, tal e como é apresentada, parece ser não mais que puro repouso, quando muito, com alguma restrita possibilidade de acesso ao ócio-mercadoria. Nem libertades, nem cultura. Ainda assim, que o se pode dizer a respeito das possibilidades destas expressões no indivíduo? Nada, exceto a *equivocidade*.



## FONTES

ACEVEDO DE BLIXEN, Josefina L. **Novcientos**. 2 ed. Montevidéu: Ediciones del Río de la Plata, 1967.

COLLAZO, Ramón. **Historias del bajo**. Cr nicas. Montevidéu: Editorial Alfa, 1967.

COMISIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA. Ministerio de Turismo y Deporte. Atas de Comisión Nacional de Educación Física, ago. de 1911 - nov. 1914. Livro 1. Montevidéu.

COMISIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA. Ministerio de Turismo y Deporte. Atas de Comisión Nacional de Educación Física, 30 de nov. de 1914 – mar. 1915. Livro 2. Montevidéu.

COMISIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA. Ministerio de Turismo y Deporte. Atas de Comisión Nacional de Educación Física, mar. 1915 – set. 1917. Livro de Atas 3, Montevidéu.

COMISIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA. Ministerio de Turismo y Deporte. Atas de Comisión Nacional de Educación Física, set. 1917 – ago. 1918. Livro de Atas 4, Montevidéu.

COMISIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA. La Educación Física y la Recreación en el Uruguay. Origen. Plan de Acción. Montevideo, 1949.

RODRÍGUEZ, Julio J. **Plan de Acción de la Comisión Nacional de Educación Física**. Montevidéu: Imp. LATINA, 1923.

EL DÍA, Jornal. Biblioteca Nacional de Montevidéu (Arquivo microfilmado), maio e junho de 1913.

HOPKINS, Jess T. Carta a J. H. Mc Curdy, 26 de agosto de 1912. Montevideo: CNEF.

MARCHA. Batlle. Publica o uruguaia mensal “Cuadernos de marcha”, Carlos Quijano (Org.), n  31, novembro de 1969a.

MARCHA. Batlle. Publicação uruguaia mensal “Cuadernos de marcha”, Carlos Quijano (Org.), n° 32, dezembro de 1969b.

EL HOMBRE. Semanario anarquista de combate. Centros de Estudios Sociales de Arroyo Seco y Villa Muñoz. Ano 1, n°1, 29 de outubro de 1916.

EL HOMBRE. Semanario anarquista de combate. Centros de Estudios Sociales de Arroyo Seco y Villa Muñoz. Ano 1, n°2, 4 de novembro de 1916.

L’AVENIR. Sociedad de Gimnasia. Revista mensal, Carlos Steffen (Org.). Biblioteca Nacional de Montevideú (Arquivo microfilmado). Ano 1, 1° de julho de 1914.

SMITH, J. Arturo. **Plazas Vecinales de Cultura Física.** Orígenes, propósitos, normas morales y de buenas costumbres; prácticas higiénicas. Comisión Nacional de Educación Física. Reglamentaciones. Montevideú: Talleres gráficos: A. Barreiro y Ramos, 1913.

URUGUAI. Lei n. 3.789, 15 de julho de 1911. Juegos atléticos y Comisión Nacional de Educación Física. Poder Legislativo, Montevideú. Disponível em: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=03789&Anchor=>>. Acesso em: set. 2013.

URUGUAI. Lei n. 5.350, de 19 de novembro de 1915. Jornada laboral de ocho horas. Poder Legislativo, Montevideú. Disponível em: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=5350.&Anchor=>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

URUGUAI. Lei n. 17.243, de 6 de julho de 2000. Servicios públicos y privados, seguridade pública y condiciones en las que se desarrollan las actividades productivas. Montevideú. Disponível em: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=17243&Anchor=#art81>

URUGUAI. Lei n. 17.866, de 31 de maio de 2005. Creación del Ministerio de Desarrollo Social. Montevideú. Disponível em:

<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=17866&Anchor=>

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Consignas**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1993.

AISENSTEIN, Ángela. Tensiones en el discurso de la Educación Física: definiciones en la prensa pedagógica, Argentina, 1900-1940. In: SCHARAGRODSKY, Pablo (Org.) **Gobernar es ejercitar. Fragmentos históricos de la Educación Física en Iberoamérica**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 65-74.

BARRÁN, J. Pedro. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay**. Tomo 2: El disciplinamiento (1860-1920). Montevideo: Banda Oriental, 2004.

BARRÁN, J. Pedro; NAHUM, Benjamin. **Batlle, los estancieros y el imperio británico**. Tomo 1: El Uruguay del novecientos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1979.

BARRÁN, J. Pedro; NAHUM, Benjamin. **Batlle, los estancieros y el imperio británico**. Tomo 3: El nacimiento del batllismo. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1982.

BARRIOS PINTOS, Aníbal. **Montevideo**. Los barrios 1. Montevideo: Editor Daniel Aljanati, 1971. 62 f. (Texto digitado).

BASSANI, Jaison; RICHTER, Ana Cristina; VAZ, Alexandre. Corpo, educação, experiência: modernidade e técnica em Walter Benjamin. **Revista Educação**, Porto Alegre, vol. 36, n. 1, p. 77-87, jan./abr. 2013.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**. magia e técnica, arte e política. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOLÒS, Oriol de; TORRANO, Conrad Villanou I. Joventut, esport i religió: el moviment Muscular Christianity. **Joventut, Esport I Cultura Física A L'època Contemporània**, Barcelona, v. 07, n.7, p.64-92. 2004.

CAETANO, Gerardo. **La República Batllista**. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

CAETANO, Gerardo; PÉREZ, Cecilia; TOMELO, Daniela. Baroffio, arquitectura y primer batllismo: las bases físicas de un modelo de ciudadanía. In: BAROFFIO, Eugenio P. **Gestión urbana y arquitectónica 1906-1956**. Montevidéo: Facultad de Arquitectura, 2010, p. 23-38.

CAETANO, Gerardo; GEYMONAT, Roger. Ecos y espejos de la privatización de lo religioso en el Uruguay del Novecientos. In: BARRÁN, J.P., CAETANO, G., PORZECANSKI, T. **Historias de la vida privada en el Uruguay**. Tomo 2: El nacimiento de la intimidad 1870-1920. Montevidéo: Editorial Taurus, 1996.

CARVALHO, M. Marta Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos C. de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 269-287.

CASTELLANOS, Alfredo R. **Historia del desarrollo edilicio y urbanístico de Montevideo (1829-1914)**. Montevidéo: Biblioteca José Artigas, 1971.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Tradução por Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault**. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Buenos Aires: Universidad de Quilmes, 2004.

CASTRO, Edgardo. Educación, Disciplina, Biopoder: El Desafío del Liberalismo en la Perspectiva de Michel Foucault. In: KROEF, Ada Beatriz; MADEIROS, Simone. **Conversações**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 2007, p. 10-44.

CAVALLETTI, Andrea. **Mitología de la ciudad**. La ciudad biopolítica. Tradução por María Teresa D'Meza. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2010.

CORRAL, M. Rosa. El cuerpo “apropiado” en la rambla de Montevideo. Construcción de identidades. In: GUIGOU, L. Nicolás; ÁLVAREZ PEDROSIAN, Eduardo (Org.) **Espacios etnográficos y comunicación urbana**. Montevidéo: Tradinco SA, 2011, p. 133-150.

CRAVIOTTO, Agustina; MALAN, Paula. Entre la gimnasia y el deporte: la configuración de la educación física en el Uruguay (1911-1930). **Políticas Educativas**. Porto Alegre, v. 7, n.1, p. 32-42, 2013.

CRISORIO, Ricardo. Educación física y biopolítica. **Temas & Matices**. Paraná, n. 11, mar./jul. 2007, p. 67-78.

DOGLIOTTI, Paola. **Cuerpo y currículum**: discursividades en torno a la formación de docentes de educación física en Uruguay (1874-1948). Año 2012. 327 f. Mestrado em “Enseñaza Universitaria”- Universidad de la República, Montevidéo.

DOGLIOTTI, Paola. Alejandro Lamas: "cultura física" en el primer plan de educación física escolar en Uruguay. **Revista Movimiento**, Porto Alegre, v. 19, n. 01, jan/mar de 2013, p. 203-220.

DOGLIOTTI, Paola. Imágenes del “maestro de cultura física” en la revista Uruguay-Sport: archivos de la CNEF. **Imagens da Educação**, v. 3, n. 1, jan. 2013, p. 1-10.

DOGLIOTTI, Paola. La formación del maestro de educación física en el Uruguay (1921 – 1929). In: 10º Congreso Argentino y 5º Latinoamericano de Educación Física y Ciencias. set. 2013, La Plata, Atas 10 e 5. 9 f. (Texto digitado).

FERNÁNDEZ QUINTEIRO, Laura. **Arquetipos de uma identidade urbana**. Cafés y bares montevidéanos (1900-1960). Montevidéo: CSIC, Biblioteca Plural, 2012.

FOUCAULT, Michel. Historia de la Medicalización. 2da. Conferencia 1974. Educación médica y salud, Vol. 11, No. 1, 1977, p. 3-25.

FOUCAULT, Michel. **Defender la sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad**. Tomo 1: Voluntad de saber. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Seguridad, territorio, población**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuitas, 2013.

GAGNEBIN, J. M. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. Volume 1. Tradução por Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora brasiliense, 2011.

GOMENSORO, Arnaldo. Historia del Deporte, la Recreación y la Educación Física en Uruguay. Crónicas y relatos. Montevideo, 40 p. Trabalho não publicado.

GONZÁLES SIERRA, Yamandú. Domingos obreros en los albores del siglo XX. Itinerarios del tiempo libre. In: BARRÁN, J.P.; CAETANO, G.; PORZECANSKI, T. (Org.) **Historia de la vida privada en el Uruguay**. Tomo 2: El nacimiento de la intimidad 1870-1920. Montevideo: Ediciones Santillana S. A., 1996, p. 200-228.

GUIAUDRONE, Carla. La esbeltez de los barcos que están casi en el aire. El cenáculo y el barco como heterotropías en el 900. **Cahiers de LLRI.CO**, 5, 2010, p. 189-204.

GUTIÉRREZ CORTINAS, Eduardo. **Sociedad de Gimnasia L'Avenir**. 100 años. Montevideo: s/ed., 1991.

LUCAS, John A. Victorian 'Muscular Christianity': Prologue to the Olympic Games Philosophy. **Olympic Review**, Pennsylvania, n. 98, p.456-460, nov./dez. 1975.

MARIÑO, Roberto. **Por las calles del recuerdo**. Montevideo: Ediciones Polifemo, 2000.

MILNER, Jean Claude. **El salario del ideal**. La teoría de las clases y de la cultura en el siglo XX, Barcelona: Gadisa editorial, 2003.

NAHUM, Benjamin. **Historia Uruguaya**. Tomo 8: La época batllista. 1905-1929. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

PORRINI, Rodolfo. Izquierda uruguaya y culturas obreras. Propuestas al 'aire libre': el caso del fútbol (Montevideo, 1920-1950). **Diálogos**, v. 16, n.1, p. 69-95, jan.-abr./2012.

PORRINI, Rodolfo. La historia de la clase obrera y los sindicatos en el siglo XX: experiencias y aportes. **Trabajo & Utopía**, N° 22, set. 2002, p. 18.

RODRÍGUEZ, Raumar; GOITÍA, Nelly; PERI, Silvia. La Cultura Física en el Proyecto Moderno Uruguayo. ENCUESTRO DE INVESTIGADORES EN EDUCACION FISICA, 5, Montevidéo, Actas del V Encuentro de Investigadores en Educación Física, 1999, p. 65-80.

RODRÍGUEZ, Raumar. Saber del cuerpo: una exploración entre normalismo y universidad en ocasión de la educación física (Uruguay, 1876-1939). Año 2012. 261 f. Mestrado em Enseñaza Universitaria – Universidad de la República, Montevidéo.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: Técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Cia. das letras, 1998, p. 513-619.

SCHARAGRODSKY, Pablo (Org.) **Gobernar es ejercitar**. Fragmentos históricos de la Educación Física en Iberoamérica. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

SCHARAGRODSKY, Pablo (Org.) **La invención del Homo Gymnasticus**. Fragmentos históricos sobre la educación de los cuerpos en movimiento de Occidente. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

SCHARAGRODSKY, Pablo. El Sistema Argentino de Educación Física. Entre el cientificismo, la higienización, el eclecticismo y la argentinidad. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**. Campinas, v. 37, n. 2, Abr.-Jun. 2015, p. 158–164.

SCHNEIDER, Omar. Entre a correção e a eficiência: mutações no significado da educação física nas décadas de 1930 e 1940 – Um estudo

a partir da Revista *Educação Physica*. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, jan. 2004, p. 39-54.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução por Marcos Aarão Reis. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERÉ QUINTERO, Cecilia. Políticas do corpo e governo da cidade: do retorno à vida democrática na cidade de Montevideu – Uruguai. Ano 2014. 149 f. Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A.; ASSBÚ LINHALES, Meily. Pensar la educación del cuerpo en y para la escuela: indicios en el debate educacional brasileño (1882-1927). In: SCHARAGRODSKY, Pablo (Org.) **La invención del Homo Gymnasticus**. Buenos Aires: Prometeo editorial, 2011.

TOMEIO, Daniela. Hoteles y turismo hace cien años. Los cimientos de uma indústria. In: Almanaque 2013, Montevideu: Banco de Seguros del Estado, 2013.

VAGNER, Milton. **José Batlle y Ordóñez**. Pensador, político, historiador, antropólogo. Bueno Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1968.

VAZ, Alexandre. Da modernidade em Walter Benjamin: crítica, esporte e escritura histórica das práticas corporais. **Revista Educar**, Curitiba, n. 16, 2000, p. 61-79.